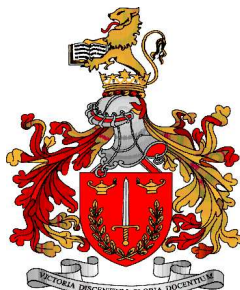


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Rúben David Ferreira Campos

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

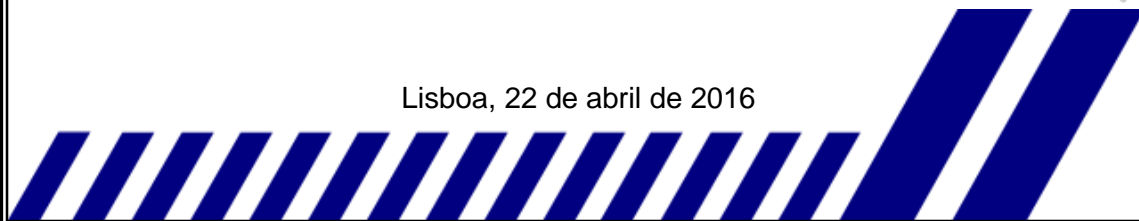
“Fui eu que chamei a polícia”:

Os sem-abrigo entre o sentimento de insegurança
e a utilidade social

Orientadora:

Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Lisboa, 22 de abril de 2016



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Rúben David Ferreira Campos

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

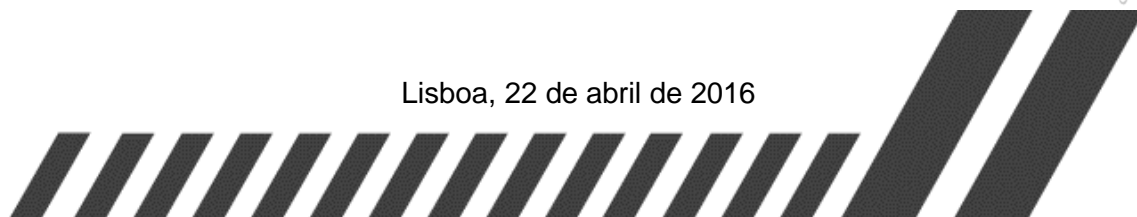
“Fui eu que chamei a polícia”:

Os sem-abrigo entre o sentimento de insegurança
e a utilidade social

Orientadora:

Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Lisboa, 22 de abril de 2016



Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob orientação científica da Professora Doutora Lúcia G. Pais.

Aos meus pais, a quem devo tudo o que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

À Polícia de Segurança Pública pela oportunidade de concretização de um sonho.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, nas pessoas que contribuíram para o meu percurso académico e profissional.

Aos elementos do XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia pela forma como tornaram mais simples esta extensa e difícil caminhada.

Ao “Javardex” pelos eternos momentos que passamos e sem os quais a passagem pelo ISCPSI não teria o mesmo significado.

A todos os que contribuíram para a presente investigação, sem os quais esta não teria o mesmo alcance e dimensão. Uma palavra especial ao Professor Doutor Luís Fernandes da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e ao Intendente Leitão da Silva, com quem tivemos oportunidade de conferenciar e que em muito contribuíram para a construção do caminho que decidimos percorrer.

À Glória, ela saberá porquê.

Last but not least, à Prof.^a Doutora Lúcia Pais, por ter aceitado orientar esta investigação que conduziu pautada por profissionalismo, rigor e total disponibilidade; pela motivação que soube dar nos momentos certos; pela forma como foi estimulando a minha procura de conhecimento; enfim, por personificar em pleno as dimensões da palavra orientação.

A todos, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

O sentimento de insegurança, arrogando especial centralidade no debate das questões de problematização social, corporiza uma preocupação para as organizações que formalmente integram o controlo social. Sob o sustentáculo de um modelo integrativo de explicação do sentimento de insegurança, as incivildades incorporam o crescente leque das causas que potenciam esse sentimento. A existência de figuras com potencial de desvio entre os demais atores sociais pode provocar insegurança, reclamando uma atuação policial atenta a esta realidade. Sendo exigidas soluções securitárias, os atores que patrocinam incivildades representam uma preocupação. O sem-abrigo, cujo potencial de desvio é espelhado pelas estratégias de sobrevivência que patenteiam a sua relação com a urbe que habita, poderá contribuir para o aumento do sentimento de insegurança. Todavia, é pertinente pensar a forma como lhes pode ser atribuída utilidade social e policial. A presente investigação debruça-se sobre estas temáticas. Desenvolveu-se um estudo qualitativo, exploratório, com aproximação etnográfica, na cidade do Porto. Recorrendo à entrevista como instrumento de recolha de dados junto de sem-abrigo, comerciantes e elementos policiais, usamos o trabalho de campo para desenvolver observação participante, permitindo o cruzamento com o fenómeno dos sem-abrigo. Os resultados obtidos por via de análise de conteúdo vão além do comumente expectável. Quando olhados sob o ponto de vista do sentimento de insegurança, parece ser a mendicidade que levam a cabo que os coloca nesse complexo enredo inseguritário. Não obstante, também lhes pode ser atribuída utilidade social: porque podem ser pensados não só como dispositivo de prevenção criminal, mas também enquanto informantes privilegiados.

Palavras-chave: Polícia; sentimento de insegurança; incivildades; sem-abrigo.

ABSTRACT

The feeling of insecurity, centrepiece of the social problematization debate, embodies a concern among the organizations that formally integrate social control. Under the sinew of an integrative model for explaining the feeling of insecurity, incivilities incorporate the growing range of the causes that support it. The existence of players with potential for deviant behaviour among the remaining social actors may engender insecurity, which claims for a police activity concerned with this reality. Inasmuch as security solutions are demanded, the actors who support incivilities are of concern. The homeless, whose potential for deviance is mirrored by the strategies of survival that derive from his relationship with the *polis*, may contribute to an increased feeling of insecurity. However, it is pertinent to conceive the manner in which they can be attributed police and social utility. The present body of work concerns itself with these themes, through the development of a qualitative, exploratory study, with an ethnographic approach, in the city of Oporto. Data was collected resorting to interviews with homeless, traders and police officers, and also through participant observation during fieldwork. These techniques allowed us to align with the homeless phenomenon. The results obtained through content analysis go beyond the commonly expected. When looked upon from the point of view of the feeling of insecurity, it appears that it is the mendicancy the homeless carries out which puts him in that complex plot of insecurity. However, social utility can also be attributed to them: they can be framed not only as a criminal prevention device, but also as privileged informants.

Keywords: Police; feeling of insecurity; incivilities; homeless.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO	4
1. Sentimento de insegurança, incivildades e atuação policial	4
1.1. Emergência e delimitação do objeto sentimento de insegurança.....	4
1.2. Modelo integrativo de explicação do sentimento de insegurança.....	7
1.3. Incivildades: que contributo para o sentimento de insegurança?	10
1.4. Da demanda da segurança à atuação policial perante o sentimento de insegurança.....	13
2. Sem-abrigo	17
2.1. Da Escola Sociológica de Chicago às carreiras desviantes	17
2.2. Questões definitórias e características do fenómeno	20
2.3. Os sem-abrigo na história e na lei: da repressão ao vazio legal	23
2.4. Estratégias de sobrevivência: um potencial ator do desvio?	26
3. Formulação do problema de investigação.....	29
II – MÉTODO	32
1. Caracterização do território de estudo	33
2. Participantes	33

3. <i>Corpus</i>	34
4. Instrumentos	34
4.1. De recolha de dados.....	34
4.2. De análise de dados	37
5. Procedimento.....	40
III – RESULTADOS	44
1. Apresentação.....	44
1.1. Pré-categorias	44
1.2. Categorias e subcategorias	45
2. Discussão	50
2.1. Cidade do Porto: que sentimento de (in)segurança?	50
2.2. O contributo dos sem-abrigo para o sentimento de insegurança	53
2.3. Sem-abrigo: de dispositivo de prevenção criminal a informantes privilegiados	56
IV – CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	65

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1: Exemplos de perguntas constantes no guião das entrevistas realizadas aos elementos policiais	83
Anexo 2: Exemplos de perguntas constantes no guião das entrevistas realizadas aos comerciantes	84
Anexo 3: Exemplos de perguntas constantes no guião das entrevistas realizadas aos sem-abrigo	85
Anexo 4: Termo de consentimento informado	86
Anexo 5: Excertos do diário de campo	87
Anexo 6: Mapa com referência aproximada dos locais onde foram realizadas as entrevistas aos sem-abrigo	88
Anexo 7: Registo fotográfico dos locais onde foram realizadas as entrevistas aos sem-abrigo	89
Anexo 8: Pedido de autorização para realização de entrevistas aos elementos da Polícia Municipal do Porto	91
Anexo 9: Autorização para realização de entrevistas aos elementos da Polícia Municipal do Porto	92
Anexo 10: Características dos entrevistados em função da idade, género, estado civil e profissão	93
Anexo 11: Grelha Categorical	94
Anexo 12: Quadro dos resultados obtidos na análise de conteúdo	104
Anexo 13: Distribuição das u.r. pela pré-categorias e categorias	108

“Foi uma fase em que esta loja tinha as grades avariadas e eles realmente vinham para aqui dormir. Se por um lado deixavam aqui um cheiro um bocadinho desagradável, por outro lado eram eles próprios a tomar conta da loja. Com eles aqui ninguém faz nada”

(Comerciante, 47 anos, género masculino, casado)

INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea, passível de ser caracterizada como predatória, apresenta-se repleta de novidades, preocupações e incertezas (Matias & Fernandes, 2009). Como ensina L’Heuillet (2004, p.128), “o que torna a cidade impensável, fá-la parecer ingovernável e, por consequência, promove-a ao escalão de objectivo privilegiado da Polícia”: a cidade é, pois, o espaço por excelência para policiar, no sentido de exercício de polícia (Silva, 2012). Fortemente marcada por fenómenos que oferecem ao cidadão novos e crescentes receios, espoletados pela crescente consciencialização da sociedade do risco (Beck, 1997; Luhmann, 1993), a urbe é “sinónimo de perigosidade, evocando imagens perturbadoras e contraditórias; por um lado símbolo de progressão e civilização; [mas] por outro, de crime, desordem e medo” (Rêgo, 2007, p.1).

As questões atinentes à (in)segurança, adotadas com progressiva frequência pelos discursos das instâncias de controlo social formal, foram fixadas em torno de imagens repletas de incerteza, não só pelos paradoxos que a comunidade científica já mostrou serem integrantes do sentimento de insegurança mas também pela proliferação das falas dos diferentes atores do tecido social em cena (Rêgo & Fernandes, 2012). Diariamente fomentadas nos órgãos de comunicação social, as preocupações com o aumento da criminalidade e a crescente verificação de marcas de desvio e consequente marginalidade potenciam no cidadão o desenvolvimento do sentimento de insegurança: “um fenómeno urbano gerador de graves problemas sociais” (Fernandes, 2006, p.32).

A polícia, com vista ao combate do sentimento de insegurança, necessita dominar a forma como são construídos os densos – e por vezes emaranhados – imaginários inseguritários do cidadão, que diariamente os assolam e atropelam o seu quotidiano (Machado, 2004). Nesse desígnio, é premente conhecer todos os fenómenos que contribuem para a ampliação desse sentimento. Para além das compreensíveis implicações do crime, é igualmente obrigatório equacionar o que Roché (1996) denomina de incivildades: marcas do desvio que atentam contra a ordem socialmente instituída, cujos efeitos nefastos levam o cidadão a desenvolver mecanismos de evitamento que resultam no isolamento social, por sua vez, intensificador desse mesmo sentimento de insegurança (Fernandes, 2009).

Comummente associados a diversos fenómenos do desvio, entre as várias formas de marginalidade social que integram as incivildades (Bastos, 1997), os sem-abrigo edificam um alvo de curiosidade digno de investigação, pelo que assumem a condição de objeto científico do presente estudo. Apesar de se apresentar nas sociedades contemporâneas como uma realidade incontornável (Jesus & Menezes, 2010; Quintas,

2010), a problemática dos sem-abrigo tem visto poucos estudos realizados em Portugal, em particular aqueles que o olham sob o prisma teórico-metodológico como o que nos propusemos realizar. A compreensão deste eventual relacionamento entre os sem-abrigo e o sentimento de insegurança do cidadão, cada vez mais marcado na cidade, reveste extrema importância: é um fenómeno social que obriga a Polícia de Segurança Pública (adiante PSP) a dar respostas, adotando medidas adequadas à prossecução da sua missão de garantia da tranquilidade e segurança públicas. Destarte, justifica-se um estudo que, enquadrado nas Ciências Policiais, tem por objetivo genérico relacionar toda a realidade acima explanada.

Os objetivos específicos deste trabalho são, por um lado, científicos: a) componente teórica – enquadrar os sem-abrigo entre as figuras potencialmente desviantes que habitam a cidade e a forma como podem contribuir para o sentimento de insegurança dos que a frequentam; b) componente prática – procurar evidenciar a possível relação dos sem-abrigo com o sentimento de insegurança na cidade do Porto mas também que utilidade social e policial subjaz a essa figura, num verdadeiro paradoxo securitário. Por outro lado, objetivos sociais e policiais: a) possibilidade de reflexão mais consistente acerca dos discursos que circundam os sem-abrigo, procurando afastar alguns dos rótulos que lhes são impostos; b) acrescentar ao domínio teórico da polícia conhecimento sobre esta personagem potencialmente desviante mas também desenvolver considerações de índole prática pela possível utilidade que lhes está subjacente, cujas repercussões são passíveis de serem equacionadas no seu policiamento.

Por forma a cumprir cabalmente os objetivos enunciados e com vista ao estabelecimento de um pano de fundo teórico-epistemológico, a primeira parte, composta por três capítulos, é resultado de pesquisa bibliográfica relativa ao estado da arte dos objetos sobre os quais nos debruçamos. Norteando a aproximação aos materiais empíricos utilizados e sua interpretação, a primeira parte do trabalho assume, em certos momentos, uma característica centrífuga relativamente ao que se pretendia estudar, no sentido da subjetivação do problema. Sendo céticos em diferentes momentos, fomos levantando algumas questões (também) com o propósito de espoletar o raciocínio crítico do leitor. Obedecendo ao critério de adequação ao problema de investigação formulado e partindo do geral para o particular, assiste-te ao traçar de um caminho teórico que é reflexo dos objetivos da investigação e suas opções metodológicas.

No capítulo primeiro, partindo do conceito que enquadra toda a problemática em estudo – o sentimento de insegurança – apresentamos as incivildades como objeto multidisciplinar presente na urbe que permite, devidamente enquadrada num modelo integrativo, a explicação desse sentimento: porque os atores com potencial de desvio, nos quais se incluem os sem-abrigo, podem criar insegurança. Do eco inseguritário associado

às incivildades, aprofundamos as suas possíveis implicações para a atividade policial, discutindo mormente a possibilidade de serem exigidas soluções securitárias dirigidas a esta componente explicativa do sentimento de insegurança.

Criado o sustentáculo teórico que enquadra genericamente o estudo e afunilando sob o ponto de vista do critério da importância para o desenvolvimento do problema de investigação aprofundamos, no segundo capítulo, o conhecimento sobre o fenómeno dos sem-abrigo. Realizando uma primeira abordagem que os posiciona como uma das preferidas figuras estudadas pela Escola Sociológica de Chicago, partimos para a análise de algumas dinâmicas atinentes ao fenómeno propriamente dito. Nesse intento, desenvolvemos um enquadramento conceptual em que levantamos temáticas que frequentemente são evitadas por tocarem na ferida social. Num segundo momento optamos por olhar os sem-abrigo sob um ponto de vista com interesse operacional para a polícia e que os permite enquadrar como desviantes: as suas estratégias de sobrevivência.

Chegados ao problema de investigação – o fenómeno dos sem-abrigo como potenciador do sentimento de insegurança e a utilidade social que lhes pode ser atribuída – desenvolvemos, na segunda parte do trabalho, um estudo na linha etnográfica da metodologia qualitativa de investigação científica. Utilizando a entrevista como instrumento de recolha de dados, damos também importância à figura do investigador que no seu trabalho de campo desenvolve observação participante, permitindo o cruzamento com a realidade dos sem-abrigo. Desenvolvendo com detalhe o procedimento que subjaz a toda a componente prática, é enquadrada a terceira e última parte desta investigação onde são apresentados e discutidos os resultados que sustentam algumas das conclusões tecidas.

Deste modo, vão sendo paulatinamente exploradas temáticas de significativa importância para PSP. Parte-se de uma realidade que integra as questões da problematização social para estudar temáticas críticas para as Ciências Policiais. De destacar ainda a forma como, ao longo do texto desenvolvido, a componente descritiva é frequentemente acompanhada pela componente reflexiva, desde logo, pela ilustração das asserções apresentadas.

I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO

1. Sentimento de insegurança, incivildades e atuação policial

1.1. Emergência e delimitação do objeto sentimento de insegurança

A insegurança e temáticas a ela subjacentes são centrais no discurso hodierno, sendo que nunca se materializaram tanto numa preocupação da Humanidade. Nessa condição, arrogam um especial destaque na opinião pública. Hospedaram-se nas narrativas mediáticas do discurso sociopolítico com progressiva frequência nas últimas duas décadas do século XX (Fernandes, 2004).

Desde a década de setenta que tal condicionante do comportamento do ser humano é estudada. O seu combate, por outro lado, tem-se revelado muito menos eficaz, o que patrocina a utilidade da investigação científica desta temática. É no sentido da mitigação eficiente dos diversos fenómenos potenciadores do sentimento de insegurança, com os quais as pessoas vivem no seu quotidiano (Sparks, 1992), que se torna premente melhor conhecer os mesmos. Estes, espelhando realidades insegurárias, colocam em causa o bem-estar da população, criando condições que contribuem de forma decisiva para o isolamento social promotor, por sua vez, do aumento desse mesmo sentimento de insegurança, edificando-se uma espécie de espiral recessiva (Amerio & Roccato, 2005; Bricenõ-León & Zubillaga, 2002; Jackson, 2006).

Apesar de estudada desde a década de setenta do século passado, é a partir da década de oitenta que a insegurança integra os objetos de investigação científica. Nesse sentido é inteligível que, dada a sua recente construção teórico-conceptual, as teses produzidas sejam ainda algo incongruentes: materializa-se num campo do saber que é tudo menos pragmático, o que justifica tal divergência. Como ensina Robert (2002, p.103) “o conhecimento [deste objeto] será lento, mas permitirá uma tomada de consciência de uma multiplicidade de facetas”, donde a sua possível sintetização se dificulta à medida que evolui a realidade que visa tratar (Guinote, 2006).

O sentimento de insegurança, tornado objeto de problematização social, chega à comunidade científica com contornos difusos, imperando um trabalho de filtragem e de precisão. Afinal, o que é o sentimento de insegurança? É possível sequer retratá-lo num conceito aceite por toda a comunidade científica? Efetivamente, por forma a levantar o véu desta complexa temática, deslinda-se como primeira ideia o quão difícil é a concretização e observação deste objeto numa definição objetiva e estanque, o que lhe atribui diferentes

perspetivas de estudo. “Exige abordagens multidisciplinares (...) tendo em vista à formulação e implementação de políticas públicas de segurança” (Leitão, 2000, p.13).

É nos anos noventa do século passado que se assiste à inclusão do objeto sentimento de insegurança nas ciências sociais. Indicador desta tendência terá sido a inclusão, em 1991, de um número temático dedicado a este objeto na influente revista *Déviance et Sociétés*, principal voz da criminologia crítica na Europa (Fernandes, 2004). Em Portugal, depois de um intenso debate desenvolvido em torno da escalada do fenómeno da droga, o tema chega também à comunidade científica e, em 1996, é criado o Observatório Permanente de Segurança do Porto. São desenvolvidos trabalhos diversos que caracterizam tanto os níveis de criminalidade como as características e a extensão do sentimento de insegurança na população do Porto: em 1998 surge a primeira dissertação de mestrado que explicitamente trata este tema (na Universidade do Porto) e em 2000 a primeira tese de doutoramento (na Universidade do Minho).¹

Fundado sobre os pilares da superficialidade relacional entre os indivíduos (Leal, 2010), o sentimento de insegurança assume especial relevância nos debates das questões de problematização social, que articuladas constituem a “questão social” (Fernandes, 2004). Esta dita aquilo sobre o que se fala, em detrimento das anteriores preocupações não sendo mais que “o conjunto das linhas de problematização social que, num dado período, alimentam os problemas científicos e as discussões da comunidade dos cientistas sociais (Fernandes & Carvalho, 2000, p.2). Até aos anos setenta, os contornos da “questão social” foram circunscritos às greves operárias e à ação sindical. Posteriormente, entraram em cena os problemas da imigração, da delinquência juvenil e da insegurança. Os conflitos laborais deram lugar à exclusão social e a questões atinentes à dinâmica da cidade. A exploração foi substituída pela segregação. A luta de classes caiu perante as questões da integração e da marginalidade (Dubet & Lapeyronnie, 1992). Podemos ainda pensar no sentimento de insegurança como um facto social se o entendermos como tudo o que é “susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior (...) que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais” (Durkheim, 1998, p.39).

Quais as principais modificações, em contexto urbano e lidas a partir da intensificação do sentimento de insegurança, que ocorreram nas últimas décadas? Afinal, por que cresce atualmente o sentimento de insegurança nas grandes cidades dos países do capitalismo avançado? Como constrói o indivíduo a sua experiência com a cidade? Parece ser “a modificação desta experiência em relação a um passado ainda recente que

¹ Respetivamente, Ernesto Fonseca, *Representação social da insegurança, crime e crise*; e, Carla Machado, *Discursos do medo, imagens do «outro»: Estudos sobre a insegurança urbana na cidade do Porto*.

está na base da intensificação actual do sentimento de insegurança” (Fernandes, 2004, p.94): das alterações sociais às ecológicas, passando tanto pela estrutura física das urbes como pelas dinâmicas populacionais das mesmas.

Perante a amplitude de abordagens que o sentimento de insegurança comporta e tudo o que sobre este se possa dissertar, “afigura-se complexa uma definição concreta para o conceito manifestando-se uma temática difícil de sintetizar devido ao permanente evoluir da realidade que visa retratar” (Cunha, 2013, p.7). Na esteira de Fernandes (2006, p.32), o sentimento de insegurança é “um fenómeno urbano gerador de graves problemas sociais”. As marcas de desordem e consequente marginalidade que dele resultam condicionam intimamente o cidadão, levando este a desenvolver um conjunto de respostas na tentativa de o mitigar. Falamos da adaptação aos cenários de insegurança que o rodeiam. Clemente (2000) apresenta-o como conceito subjetivo e que, nessa condição, varia de acordo com o indivíduo, ou seja, remete para “a perceção que cada um tem da sua própria segurança” (Cunha, 2013, p.8). É um espelho dos receios próprios, das circunstâncias onde se habita, das experiências vividas (Frias, 2004; Leal, 2010) e das características socioculturais de cada pessoa: género; idade; estado de emprego; classe social; e, o número de filhos (Fernandes, 2009).

Ambiguidade é uma das principais características da insegurança: o assalto a uma residência provoca receio mas também resignação: “podia ter sido pior”; “se roubou é porque precisava”. De certa forma, perante uma realidade que todos tendem a censurar existem também discursos de desculpabilização. Acrescem ainda como características a sua complexidade e simbolismo: porque o sentimento de insegurança pertence ao domínio do imaginário (Fernandes, 1999). Mas será possível explicar a insegurança de outra forma? Uma coisa parece certa: era mais fácil se constituísse um objeto isolável, de modo a ser acessível a um processo analítico próprio dos procedimentos científicos. Mais do que um objeto, a insegurança resulta da convergência de temas dispersos nos discursos circundantes da questão social e que levam à proliferação de comportamentos securitários que alimentam o mercado do medo (Fernandes, 1999): é “uma área de convergência temática” (Fernandes & Carvalho, 2000, p.19).

Quando individualmente tomado, está dependente de fatores vários que, numa configuração mais ou menos percecionada, intimamente influenciam o cidadão. Tem na sua base componentes emocionais, cognitivas e comportamentais (Magro, 2001; Zani, Cicognani, & Lindberg, 2001), permanecendo ainda hoje a discussão quanto à sua (ir)racionalidade. Arriscamos uma definição: o sentimento de insegurança é uma aura de perturbação urbana, indissociável de medos e preocupações de distintas naturezas, cuja origem radica num complexo procedimento de mutações sociais que caracteriza a sociedade. Mas que realidades explicam o sentimento de insegurança?

1.2. Modelo integrativo de explicação do sentimento de insegurança

São diversos os estudos publicados que, sob o telhado da criminologia contemporânea, possuem o seu cerne na questão da avaliação do sentimento de insegurança (Farrall, Bannister, Ditton, & Gilchrist, 2000). Apresentados sob diferentes perspectivas, procuram diferenças entre géneros, escalões etários, classes sociais e até a influência das forças policiais e modelos de policiamento por elas adotados. Caminha-se no sentido de uma intervenção realista pautada pela adequação e direccionalidade (Bayley & Andersen, 2006; Zani et al., 2001) relativa a subgrupos populacionais.

Pensar o sentimento de insegurança é mais complexo do que possa comumente imaginar. Seria lógico deduzir que a importância dada ao estudo do sentimento de insegurança estivesse relacionada com o aumento do crime nas sociedades atuais. Contudo, a questão criminal é apenas uma das possíveis explicações (Evans & Fletcher, 2000; Zani et al., 2001). Nesta linha de raciocínio, ao nível macro, podemos considerar o sentimento de insegurança em dois patamares distintos. Um – o objetivo – que o reduz ao crime e outro – o subjetivo – que o apresenta como um sentimento sem a obrigatoriedade de conexão com a perigosidade “real” (Fernandes, 1999). Assim, quando abordadas as causas do sentimento de insegurança, este pode ser visto num duplo prisma: por um lado, como consequência uma do crime; e, por outro, como o desfecho de causas inúmeras.

Do ponto de vista objetivo, quando se pensa na relação entre insegurança e crime, remetemo-nos, em primeira linha, para a expressão anglo-saxónica *fear of crime*, ou, medo do crime. Materializa-se uma relação que vê no medo à cidade, em consequência única do crime, a mais visível das expressões do sentimento de insegurança (Fernandes & Carvalho, 2000; Ferreira, 1998; Machado, 2004). Defendemos, no entanto, que o medo do crime para que nos remete a tese objetiva é diferente do sentimento de insegurança. Assim, porque não podem ser confundidos, torna-se oportuna a distinção entre os mesmos. Enquanto o sentimento de insegurança poderá resultar de um conjunto de fatores para além da criminalidade (Leitão, 2000; Moreira, 2008), o medo do crime cinge-se a si mesmo.

Pensar o medo do crime como resultado da criminalidade, como defendido por Walklate (2007), leva àquilo que Agra (2002) denominou de “tese securitarista”. O medo, numa perspectiva individual (Leitão, 2000; Valério, 2009), é resultado de uma experiência de vitimação (Thompson & Norris, in Machado & Agra, 2002) ou da assimilação da sua possibilidade (Feldman, in Machado, 2004), o que Garofalo (1981) define como fragilidades percecionadas do ambiente. Numa abordagem estritamente criminal, Ferraro (cit. in Leitão, 2000, p.5) define o medo do crime como “uma reacção emocional de pavor ou ansiedade pelo cometimento de um crime ou por símbolos que a pessoa associa ao crime”.

Concomitantemente, autores outros defendem a existência de uma relação entre o medo do crime e a insegurança: o primeiro é parte integrante do segundo (Fonseca, in Matias & Fernandes, 2009; Lourenço, 2012b; Hirtenlehner, in Sessar & Kury, 2009; Machado, 2004; Roché, 1991). Na esteira de Fernandes e Carvalho (2000, p.81) ambos se definem por marcas de “ambiguidade, fluidez e carácter vago (...) [que, apesar de oferecerem] uma plena existência discursiva, não correspondem porém a evidências perceptivas”.

Esta perspetiva puramente criminal explica o sentimento de insegurança com base num conjunto de conceitos relacionados com a vulnerabilidade perante as situações de crime, vitimação pessoal ou vicariante. Parte da premissa que aqueles que se veem como mais vulneráveis, os que foram vítimas de crime e aqueles que estão próximos dessas vítimas (vitimação vicariante) têm um superior sentimento de insegurança (McCrea, Shyy, Western, & Stimson, 2005). Esta perspetiva permite pensar a forma como as pessoas mais vulneráveis se inibem de comportamentos de risco e estão mais atentas para as medidas de proteção ou de evitamento. Veja-se, por exemplo, a forma como os mais idosos evitam certos locais no período noturno. São frequentes os discursos de índole securitária no seio desta população porque, reconhecendo as suas limitações, percecionam o risco que lhes está subjacente. Surgem as limitações físicas deste segmento da população associadas às questões ecológicas patentes na cidade como vulnerabilidades (Bissler, 2003; Katz, Webb, & Armstrong, 2003), permitindo pensar a forma como o sentimento de insegurança está relacionado com a perceção do risco.

Por outro lado e do ponto de vista subjetivo, acompanhamos os autores que defendem a forma como uma relação direta e objetiva entre crime e insegurança é parca (Lagrange, 1984, 1995; Robert & Pottier, 1997; Roché, 1993, 1998; Skogan, 1990). Ackermann, Dulong e Jeudy (1983) colocam em causa a conceção que cristaliza a insegurança na sua dimensão objetiva, alertando para os seguintes argumentos: 1) a não coincidência entre as agressões à ordem jurídica instituída e o sentimento de insegurança; e, 2) a relação não linear entre os discursos que apelam ao reforço securitário e os níveis objetivos de delinquência. Os mesmos autores traçam ainda um panorama da forma – elementar e imprecisa – como a insegurança tenta ser calculada sob a forma da equação ‘insegurança = criminalidade’. Acrescentam que esta é adotada pelos que preferem explicações redutoras, na tentativa de atribuir responsabilidades mediáticas que resultam em julgamentos em vez de resultados científicos: os *media* como paradigmáticos.

É notória a pertinência de não centrar a emergência da insegurança no crime (Lourenço, 2009), permitindo pensar numa relação entre o sentimento de insegurança e as incividades com alguma clareza (Fernandes & Carvalho, 2000). Deve-se olhar para o sentimento de insegurança não só pela perspetiva criminal mas também pela via do comportamento desviante: que não se reduz ao crime (Fernandes, 2009). Falar da

criminalidade como causa do sentimento de insegurança não corresponde à complexa realidade atinente a este objeto: não é linear tal relação causa/efeito. Pode-se pensar no crime como uma estrela, parte integrante do universo que é o sentimento de insegurança (Valério, 2009) e para o qual convergem diversos fatores (Fernandes, 2009). Esta perspectiva de análise, intitulada de “tese pragmática” por Agra (2002), associa as marcas de erosão físicas e sociais da cidade às causas da insegurança, alimentando a ideia de que esta admite uma realidade vasta. Têm que obrigatoriamente ser somados a esta equação espaços e atores sociais: todos quantos forem precisos desde que capazes de gerar medos e evitamentos na vida cidadina (Matias & Fernandes, 2009).

No domínio da subjetividade (Rêgo & Fernandes, 2012), a insegurança é um desfecho do crime e de um conjunto de fenómenos outros que caracterizam a sociedade atual (Sá, 2000). A perspectiva das incivilidades acima apresentada permite a explicação da existência do sentimento de insegurança em locais cujo risco de vitimação é baixo e inclui aspetos como as perturbações sociais e físicas. Se as primeiras dizem respeito a realidades como a existência de sem-abrigo ou toxicodependentes, as segundas referem-se a marcas de desgaste como casas abandonadas ou os *graffiti* (Bissler, 2003; McCrea, et al., 2005). As incivilidades transformam-se num sinal de perigo antecipado, não sendo necessária a existência e o conhecimento de situações reais e concretas de crime.

Na construção de um modelo integrativo de explicação do sentimento de insegurança foram já adiantadas a perspectiva criminal e a perspectiva das incivilidades, sob o ponto de vista objetivista e subjetivista, respetivamente. Podemos acrescentar, na linha de Valério (2009), a perspectiva da desorganização social. Este autor apresenta a forma como a inexistência de processos sociais num certo local como a reciprocidade entre vizinhos, o sentido de comunidade ou o controlo social informal, permite aumentar tanto incivilidades como o crime e, por conseguinte, o sentimento de insegurança dos seus habitantes, assentando nas perceções das dinâmicas das comunidades (Katz et al., 2003).

Do modelo integrativo de explicação do sentimento de insegurança, importa a ideia de que todas as perspectivas acima dissecadas (criminal, incivilidades e desorganização social) contribuem para o aumento do sentimento de insegurança. A sua emergência não se limita à questão criminal, sendo decisivos os contributos das incivilidades e da desorganização social: daí defendermos um modelo integrativo pela forma como todas as perspectivas se interrelacionam, funcionando como vasos comunicantes. Mais do que estar na presença de três perspectivas diferentes, materializa-se um modelo que, podendo ser dividido em diferentes componentes explicativas, apenas quando integrado faz sentido pela forma como exercem influências mútuas que condicionam o sentimento de insegurança.

1.3. Incivilidades: que contributo para o sentimento de insegurança?

Partindo da impossibilidade de imputação objetiva à relação crime/sentimento de insegurança, a que outras dimensões pode este último ser remetido? Dentro das diferentes perspetivas que tentam a explicação do sentimento de insegurança, como temos vindo a defender, pensamos que aquele resulta de um sentimento de índole subjetivo e que nessa condição se traduz numa leitura individual da mundividência. O crime não é o único fator a ter em conta, sob prejuízo de resultados pouco amplos. Têm que ser considerados fatores outros – sociais e espaciais em especial – que ameaçam as condições de sociabilidade e por isso são espelho do desvio. São, nesta linha, diversos os autores em que nos podemos ancorar para afirmar: a questão do sentimento de insegurança não se esgota na criminalidade (Cusson, 2002; Matias, 2008; Mével, Oblet, & Villechaise-Dupont, 2005; Roché, 1991, 1993; Valério, 2009). Roché (1996), acompanhando a tese subjetiva, torna como certo que o sentimento de insegurança não pode ser limitado a uma interpretação exclusivamente criminal, indo ao encontro de Sparks (1992) que prefere uma análise feita de acordo com fatores globais relacionados com a qualidade de vida em geral.

As marcas de desvio têm implicações mais significativas que o crime: tanto pela visibilidade com pela frequência das mesmas (Hunter, 1978). As desordens sociais, sinais físicos de desgaste da ordem socialmente instituída, criam insegurança. De estruturas grafitadas até aos sem-abrigo, muitos poderiam ser os exemplos (Cusson, 2002; Fernandes, 1998; Hunter, 1978; Rêgo, 2007; Skogan, 1990). Locais aos quais a ilicitude não é estranha e onde imperam marcas de marginalidade “são o âmago da questão dos evitamentos que patenteiam o sentimento de insegurança” (Cunha, 2013, p.5), levando à colocação do rótulo de inseguro nesses locais: o que “significa a amputação de um espaço da cartografia (...) e a sua remissão para labirintos do medo” (Domingues, 2001, p.36).

A “histeria face à desordem social” (Cunha, 2013, p.8), própria da sociedade do risco (Beck, 1992; Luhmann, 1993), concorre para a problemática do sentimento de insegurança. O reconhecimento deste cenário social onde imperam marcas de desvio, traduzidas em marcas de marginalização, resulta na questão da insegurança. A existência de sinais de desordem (Skogan, 1990; Taylor, 1987) não são mais que marcas de violação das expectativas da sociedade, a que Becker (1963) e Cohen (1972) chamaram de desviância. Este é um conceito muito mais vasto que o de crime, que se refere apenas à violação da lei penal (Giddens, 2001). Apesar de “durante algum tempo relativizada, [e] até mesmo negada, a questão das incivilidades parece impor-se hoje como um incontornável problema social” (Vidal-Naquet & Tiévant, 2005, p.13). Para Alves (2008, p.79), as incivilidades “merecem uma especial atenção, até por que podem ser interpretadas como

sintomas anunciadores de mal maior e a sua percepção permite introduzir algumas medidas com carácter preventivo”. Efetivamente, o autor destaca as incivildades, devidamente enquadradas em comportamentos marginais, como o principal alimento do sentimento de insegurança.

Neste âmbito, deve ser atribuída à escola francófona a incorporação das incivildades – que Roché (1996, p.47) define como “nada mais do que rupturas à normalidade da vida diária” – no sentimento de insegurança. Nesta linha, Oliveira (2006) defende que as incivildades são uma das explicações não só para o aumento do crime como também do sentimento de insegurança. Resumidamente, o termo abrange todos os comportamentos que lesam, de alguma forma, a vida em comunidade e que, pela menor censurabilidade, não são merecedores de tutela penal. São comportamentos que ocorrem em domínio público e não no espaço privado, pelo que incomodam os demais (Roché, 1996): o consumo de estupefacientes, por exemplo. As incivildades materializam-se num “conjunto de «peri-delitos» e de sinais de deterioração que assinalam aos transeuntes a presença de um perigo difuso nas ruas (...): *graffitis*, vandalismo, edifícios deteriorados, vidros partidos (...) mendigos sem pudor” (Cusson, 2002, p.191).

Acresce que tratar o sentimento de insegurança como resultado das incivildades obriga a falar na “teoria dos vidros partidos” (Wilson & Kelling, 1982). Estes adiantam o exemplo que deu o nome à teoria: se um vidro de um prédio for partido e não imediatamente reparado, o resto dos vidros serão rapidamente quebrados. Ora, quando todos os vidros estiverem partidos, outras incivildades vão surgir e a longo prazo podem começar a ocorrer naquele local furtos, roubos ou outro tipo agressões à ordem juridicamente instituída. De simples vidros partidos a um lugar sem lei, que se tornou inseguro. Este ambiente – por vezes sinónimo de fratura da sociedade – gera sentimentos de rejeição e de receio que culminam em reflexos de degradação social (Alves, 2008). A ideia-chave é a de um mecanismo em espiral que acaba por conduzir, a longo prazo, à prática de ilícitos de índole criminal. De forma simplista, os autores supra defendem um nexos causal entre as incivildades e o crime (Oliveira, 2006). Afinal, “é fácil deslizar das incivildades para os delitos” (Alves, 2008, p.79). Recorrendo àquela expressão, mostram como os locais onde imperam incivildades se tornam zonas de evitamento: “o cidadão adivinha intuitivamente as relações que unem as incivildades e a delinquência” (Cusson, 2002, p.191). Desenvolve-se a insegurança em resultado do amontoado de incivildades. Toda a teoria se desenvolve em torno da premissa: “a desordem [onde se enquadram as incivildades] (...) leva ao desenvolvimento do sentimento de insegurança” (Wortley & Mazerolle, 2008, p.252).

Quando em contacto com as incivildades, as pessoas sentem-se inseguras. Elas significam risco e abrem o caminho para a prática de atividades ilícitas. Num ambiente cada

vez mais complexo, criam-se condições à prática de crimes. De um vulgo *tag* a uma parede desorganizadamente grafitada. Desta parede a um bairro vandalizado e por isso metáfora de desvio. Afinal, onde se sentem as pessoas mais inseguras? Num local com diversas marcas de ameaça à condição social ou onde aconteceu um furto? Numa rua onde pernoitam sem-abrigo ou onde ocorreu um crime de ofensas à integridade física? Tendo por base a diferença entre medo do crime e sentimento de insegurança e tendo desde logo em conta que não existem respostas estanques às questões acima colocadas, parecem ser as primeiras hipóteses as mais corretas. Vejamos: quantas pessoas assistiram ao crime de furto ou de ofensas à integridade física para os poderem temer? Só os lesados e testemunhas pontuais. Por outro lado, quem percebe as incivildades referidas? Todos os que por lá passam. São estas manifestações que contagiam os que frequentam os espaços citadinos tornando-os vulneráveis e expostos, promovendo a erosão dos mecanismos de controlo social informal (Oliveira, 2006). As desordens sociais, materializadas em sinais físicos de desgaste da ordem socialmente instituída, criam insegurança. São criadas condições favoráveis à ocorrência do crime (Matias, 2008).

Neste sentido, deve ser feito um esforço no sentido da neutralização destes sinais de fratura social, evitando o “declínio social” (Oliveira, 2006, p.66). A cidade é o local onde “as pessoas são confrontadas com um vasto conjunto de actos (...) que atropelam o seu quotidiano” (Lourenço, 2009, p.88). É aqui que se encaixam as incivildades que, apesar de em certos casos serem pequenos significados de desvio, quebram as regras sociais. Como violadoras da ordem social (Hunter, 1978) “minam o vínculo social” (Rêgo & Fernandes, 2012, p.62). São inúmeros os cenários categorizados como uma ameaça (Wacquant, in Fernandes & Carvalho, 2000) e nos quais se enquadram “a presença de sem-abrigo ou toxicodependentes e arrumadores de automóveis” (Cunha, 2013, p.12). Os sinais de ameaça que personificam as incivildades contrariam o socialmente instituído e por isso constituem marcas de degradação: “trata-se de elementos que tendem a girar em torno da marginalidade e que mais não fazem que expressar a ruptura da ordem local, fragmentando as rotinas da boa cidade” (Rêgo & Fernandes, 2012, p.61).

A vivência na urbe está fortemente marcada pela desordem social, que potencia a emergência de um sentimento de vulnerabilidade, resultando também na erosão dos mecanismos de controlo social (Matias, 2008). A condição urbana é, por conseguinte, causa do sentimento de insegurança, em resultado das incivildades que nela imperam e, em resultado destas, de diversas violações à ordem social. Curioso será atentar à forma como os cenários de insegurança marcados pelas incivildades e criminalidade adquirem o rótulo de naturalização do desvio: assumem um estatuto de inevitabilidade (Garland, in Fernandes, 2003). A rua promove encontros indesejados e os que a frequentam adotam medidas de segurança para os evitar: a cidade é, pois, predatória.

1.4. Da demanda da segurança à atuação policial perante o sentimento de insegurança

Qual o ponto de partida da demanda da segurança? Apenas quando tratados os fenómenos criminais, ou podem todos os que contribuem para o sentimento de insegurança reclamar soluções securitárias?

Valente (2012) defende que a demanda da segurança se formaliza e intelectualiza, por vezes, de forma atabalhoada e desordenada. Frequentemente apresentada como bandeira de campanha em busca do apoio popular, resulta numa política securitária isolada, que olvida causas e se atraca na solução imediata do problema. O resultado? Políticas de segurança precárias que deixam por resolver de forma efetiva os problemas causadores da alteração da ordem e tranquilidades pública. Porquê? Parece mais fácil pensar numa vertente objetiva do sentimento de insegurança que diretamente o imputa à problemática do crime. As soluções, quase sempre gerais e abstratas, esquecem-se que o crime é normativo, pelo que serão sempre insuficientes. As preocupações securitárias que resultam do sentimento de insegurança e que reclamam medidas que o extingam não se esgotam no crime.

Por outro lado, do ponto de vista subjetivo da insegurança, para a qual contribui um vasto leque de causas, é necessário um trabalho de fundo e mais complexo, tendo que se estudar soluções individuais para cada um dos percussores da insegurança: os *graffiti* não tem a mesma solução que a problemática dos sem-abrigo. No entanto, quando no campo da subjetividade, é possível obter resultados efetivos no que diz respeito ao combate ao sentimento de insegurança. Por norma, para os problemas de segurança, procuram-se soluções rápidas e que por isso têm sempre causas facilmente identificáveis e cómodos objetos de imputação. Daqui resultam medidas precárias, que apenas vão adiando a resolução dos problemas. Resolvem-se pontualmente, ficando por tratar aqueles que verdadeiramente contribuem para o sentimento de insegurança.

A segurança, definida por Clemente (2015, p.93) como “um estado de tranquilidade resultante da ausência de perigo” está marcada das pessoas. Enquanto “direito generalizado” (Ost, 2001, p.344), é capaz de as condicionar na sua convivência social, ou seja, é capaz de lhes limitar a liberdade: expõe-se a vertente subjetiva da segurança (Fernandes, 2006; Fernandes & Carvalho, 2000; L’Heuillet, 2004). É neste contexto que se aflora a relevância dos mecanismos de controlo social que a polícia formalmente corporiza. “O estudo da legitimidade da intervenção policial (...) [leva-nos] a olhar para o homem como o centro nevrálgico de decisão face à crescente bandeira da «demanda da segurança» cristalizada e apartada da bandeira fulcral de uma comunidade e democracia

crescente: a liberdade” (Valente, 2012, p.161). A polícia encontra-se numa posição central na relação do Estado com a população (Fernandes, 2003). A natureza das suas atribuições de regulação colocam-na no cerne da tensão social, que se apruma nos problemas urbanos com que se depara e procura solucionar. Como garantia para a vivência em sociedade, a polícia está legalmente obrigada a garantir a segurança dos que nessa condição vivem, daí que a segurança seja uma necessidade coletiva (Oliveira, 2006).

No entanto, o desvio à norma é uma condição inerente à sociedade e atenta contra a sua segurança. Os frequentes e diversificados comportamentos desviantes que se manifestam sob a forma de incivildades, violam também a liberdade e a segurança das pessoas. A atuação policial relaciona-se com a temática do sentimento de insegurança e, por maioria de razão, com problemáticas como as incivildades a ele associado. As representações sociais da insegurança perturbam as pessoas, permitindo questionar a capacidade efetiva do Estado em garantir a segurança dos cidadãos (Lourenço, 2009).

A existência de atores sociais de diferentes origens certifica a complexidade das sociedades modernas. Esses atores, principalmente os que se configuram também como figuras do desvio, provocam insegurança que se cristaliza em mecanismos de isolamento e evitamento (Amerio & Roccato, 2005; Briceño-León, 2002; Fernandes, 2003; Fernandes 2006; Hunter, 1978; Wacquant, 2008). Este isolamento social leva a que o Estado tenha “uma menor capacidade de pacificar a sociedade e de impor a ordem social” (Lourenço, 2009, p.89), pelo que se assume como uma responsabilidade do trabalho policial definir estratégias que tentem a garantia da segurança do cidadão. A confiança deste na polícia pode ter como unidade de medida o seu sentimento de insegurança (Diogo, 2000; Fernandes, 2009; Kapeller & Gaines, 2009).

Perante este cenário – o do sentimento da insegurança como resultado de incivildades – torna-se importante esclarecer que lidar com o sentimento de insegurança pode ser considerado como uma atribuição da polícia. É aqui que ela se assume como ator principal. Atualmente, as forças de segurança dão resposta a diversas situações que, embora não punidas legalmente, incomodam os cidadãos (Oliveira, 2006; Roché, 1998), privando-os do livre exercício dos demais direitos. A polícia é chamada para um vasto conjunto de situações porque as pessoas veem nela uma solução para os seus desconfortos, já que “a par do crime, os cidadãos identificam um conjunto de novos riscos, os quais esperam ser objecto de acção policial” (Bland, in Ribeiro, 2006, p.13). Entre estes riscos encontram-se “um conjunto de incidentes, descritos normalmente como comportamentos anti-sociais, incivildades, desordens e outros, relacionados com a qualidade de vida em comunidade” (Ribeiro, 2006, p.13). Neste contexto, não se mostra descabido considerar que o sentimento de insegurança, enquanto vertente subjetiva da segurança, é juridicamente protegido. É um objetivo da atuação policial e enquadra-se nas

suas atribuições (Moore & Braga, 2003), devendo a sua proteção legal deixar de ser presumida mas antes formal (Cordner, 2010). Tal facto não permite a uniformização de quais os comportamentos que devem ser alvo de atuação por parte da polícia, pelo que se ergue o campo da discricionariedade, “em que a justificação para a reação policial pode ser considerada ilegítima ou mesmo ilegal” (Ribeiro, 2006, p.15).

Ainda no sentido da mitigação da insegurança, acompanhamos Diogo (2000) que no seu estudo acerca da atuação policial defende a forma como a presença da polícia tranquiliza as pessoas e por isso contribui positivamente para o seu sentimento de segurança. A visibilidade policial permite combater a “insegurança real, isto é, a situação resultante do estado objectivo da delinquência” (Oliveira, 2006, p.57). A presença policial contribui para a diminuição do sentimento de insegurança (Kapeller & Gaines, 2009; Leitão, 2000) ao mesmo tempo que aumenta a própria credibilidade e legitimidade (Fernandes, 2009). Cria-se nas pessoas a ideia de que estão protegidos dos riscos quotidianos, ou seja, combate-se momentaneamente a insegurança que as pessoas sentem.

Não será por acaso que as esquadras definem pontos estratégicos onde devem ser feitas paragens de visibilidade policial, usando para esse fim o critério do volume de afluência populacional aliado às horas de maior acesso da mesma. Caso contrário, quando é que as pessoas veem a polícia? Deslinda-se, efetivamente, a utilidade e importância do patrulhamento apeado por oposição ao paradigma do patrulhamento auto. Defendemos a utilidade de ambos principalmente em razão das características das áreas a patrulhar mas no que toca ao sentimento de insegurança parece ser o patrulhamento apeado o mais eficiente: porque este último permite que a polícia esteja visível durante mais tempo. Os (imaginemos) três segundos em que o cidadão vê o carro de patrulha a passar numa certa área são claramente insuficientes. Importa consolidar a imagem de que a presença policial não é mais significado de que coisas más estão a acontecer e para isso os elementos policiais têm que estar acessíveis à população. O paradigma da visibilidade, baseado na filosofia da proximidade, traz grandes vantagens no que ao sentimento de segurança diz respeito. De acordo com Clemente (2015) este é um desafio para que a rua permaneça como um símbolo de liberdade cívica, ou seja, amplamente raciocinando, para que as pessoas não se isolem.

Hodiernamente, o serviço policial procura a aproximação à comunidade no sentido de uma relação mais próxima, acessível e humana (Oliveira, 2006). A prevenção assume-se como primordial para a segurança das pessoas (Clemente, 2015): é um “imperativo policial”. Mais que proteger os cidadãos da delinquência, consegue-se fazer com que se sintam seguros pela presença policial. Para um mais eficiente combate do isolamento social destaca-se uma filosofia de policiamento que se concretiza num modelo próximo da comunidade: uma polícia, próxima da comunidade, na qual as pessoas possam confiar.

A imagem que as autoridades policiais transpiram – sob a égide da visibilidade e da eficiência – é decisiva na construção do sentimento de segurança (Ferguson & Mindel, 2007). Estes últimos autores defendem a forma como uma relação onde predomina a proatividade e a proximidade com a comunidade facilita o combate ao sentimento de insegurança por via da legitimação da ação policial e, concomitantemente, da melhoria da confiança recíproca. Quando subvertida a novos elementos da governança da segurança como a utilização de contratos locais de segurança potencia-se confiança entre a polícia e a sociedade (Lourenço, 2012a).

A promoção do sentimento de segurança implica a mobilização de recursos para resolver as situações de insegurança: umas derivadas da prática de ilícitos criminais e outras de causas de diferente natureza (Cusson & Dupont, in Clemente, 2015). Na esteira anglo-saxónica, contribuem para a manutenção da ordem não só as medidas de controlo e repressão policiais mas também os mecanismos de controlo exercidos pela própria sociedade, daí que “uma zona [ou] um bairro no qual os comportamentos sociais não são reguláveis por controlos sociais informais é mais vulnerável à invasão da delinquência” (Oliveira, 2006, p.67). Perante a falência do controlo social horizontal, a polícia procura colmatar tal condição passando a ter um papel mais interventivo: deixa de adotar uma postura meramente repressiva para se focar, igualmente, no trabalho social que é expectável e até exigível (Roché, 1994). Deixa de se focar somente no crime para se focar nas pessoas, permitindo um relacionamento que releve o papel dos cidadãos e responda às expectativas da cidadania, favorecendo o controlo social horizontal. Desta forma, aproxima a forma de atuação que adota daquilo que as pessoas esperam (Clemente, 2015): tem que se responder às necessidades dos cidadãos (Monet, 2002; Moore & Braga, 2003), que não se centram na questão criminal.

Conclui-se que a atuação policial está intimamente ligada às problemáticas do sentimento de insegurança e, por maioria de razão, das incivildades. Vemos, no entanto, que a polícia espelha maioritariamente a vertente objetiva de insegurança. Quantas vezes se veem tratadas as questões das incivildades por parte daquela? Na verdade, a filosofia do seu policiamento parece ainda estar focada na questão criminal *tout cour*. A polícia vive maioritariamente de medidas de prevenção e repressão criminal. As intenções são boas mas os resultados podem não ser os melhores quando se fala de sentimento de insegurança. Claro que a questão criminal, pelo alarme social que cria e pelos bens jurídicos associados, é pragmática. Defendemos, não obstante, que devem também ser aplicadas medidas de prevenção e repressão das incivildades que, como demonstrado, são as que mais contribuem para o sentimento de insegurança. Este é um desafio para o qual a PSP deve estar atenta, por forma a continuar a dar cartas no que à prossecução da segurança e tranquilidade públicas diz respeito.

2. Sem-abrigo

2.1. Da Escola Sociológica de Chicago às carreiras desviantes

Os estudos que olham pela primeira vez para o fenómeno da desviância remontam aos trabalhos da Escola de Chicago, nas décadas iniciais do século XX. Esta, com decisivos contributos para a construção de uma sociologia urbana, executou um conjunto admirável de “estudos sobre os problemas com os quais a cidade de Chicago foi confrontada (...) [sendo que nesse desígnio] desenvolveu métodos originais de pesquisa: utilização científica de documentos pessoais, trabalho de terreno sistemático, exploração de fontes documentais diversas” (Coulon, 1992, p.4). Aludimos, sobretudo, para a forma como o crescimento da cidade se cristalizou sobremaneira num lado negro e desumanizante refletido em problemas étnicos e laborais. Foi justamente essa condição que tornou Chicago uma fonte abonada de fenómenos que viriam a ser inspiração para os estudos desenvolvidos (Coulon, 1992), onde binómio marginalidade/controlo social foi eleito como o problema central da Sociologia (Bastos, 1997).

As pesquisas empíricas, teoricamente esquadras, permitiram que os trabalhos mais representativos da Escola de Chicago sejam dotados de uma qualidade ímpar (Bulmer, 1984), constituindo hodiernamente a base dos estudos ecológicos sobre a cidade (Grafmeyer & Joseph, 1990). Foram realizadas investigações diversas que levaram ao desenvolvimento e afirmação da ecologia urbana que pensa a cidade como um laboratório social, apresentando-a como integradora da experiência humana (Grafmeyer & Joseph, 1990). A ecologia urbana, ocupando-se de fenómenos que a (des)organização citadina gera, olha para a cidade como “um produto da natureza, particularmente da natureza humana” (Park, Burgess, & Mckenzie, 1984, p.1).

Para melhor perceber as razões que estiveram na base da proliferação do desvio e seus autores em Chicago, torna-se incontornável entender como os processos sociais ali desenvolvidos gravitavam em torno da figura do estrangeiro (Grafmeyer & Joseph, 1990), que personifica uma das principais características da dinâmica das grandes cidades: a mobilidade. A sua figura é expressão máxima da diferenciação social e do temperamento que a cidade admite (Félix, 2001). A personagem social que está na base da construção teórica da figura do estrangeiro, o *hobo*, foi desenvolvida por Anderson (1923) que observava um homem desvinculado, que refutava modelos relacionais comuns com os demais cidadãos e com os quais travava uma tensão particular em resultado da impossibilidade de partilhar códigos análogos (Grafmeyer & Joseph, 1990). A este indivíduo, cuja itinerância laboral se refletia em todas as fases da sua existência, é possível

associar os sem-abrigo, desde logo, pelas diferentes dimensões – das psicológicas às sociais – que foram estudadas (Anderson & Schwartz, 1993).

A Escola de Chicago, focando os fenómenos do desvio, desenvolveu investigações sobre as carreiras desviantes: conceito formalizado por Everett Hughes nas décadas de 1940 e 1950 (Barley, 1989). Foram, então, compiladas “histórias de vida de delinquentes, ladrões profissionais ou sem-abrigo” (Félix, 2001, p.25). Sobre o reduto desta metodologia inovadora, os sociólogos de Chicago procuraram capturar o mundo social em que as figuras do desvio viviam e qual o significado que estas atribuíam à sua vida. As primeiras etnografias de Chicago constituíram-se como os pilares empíricos da ação individual e da estrutura social da emaranhada malha que é o estudo das carreiras desviantes (Barley, 1989). A carreira resulta da aliança entre a participação institucional expressa como “um conjunto de estatutos, cargos definidos, sequências de posição, sucesso, responsabilidade e mesmo aventura” (Hughes, 1993a, p.137) e a realidade de cada indivíduo, que se traduz “na forma como ele observa a sua vida como um todo e interpreta o significado dos seus vários atributos, ações e situações que lhe acontecem” (Hughes, 1993a, p.137). Estas duas perspetivas, que Derr e Laurent (1989) denominaram respetivamente de externa e interna, são elementos essenciais na construção de uma carreira. É justamente na sua fusão e na dualidade que liga os fatos observáveis à interpretação individual da experiência de carreira que se patenteia a sua natureza dialética (Barley, 1989).

A cidade potencia e amplia a diversidade humana, permitindo a noção dos processos afetados na divisão do trabalho e no papel social de cada um. Os diferentes tipos de personalidade que abarca desenvolvem agregadamente uma cultura, que se diferencia perante as restantes (Hughes, 1993b, 1993c). Por conseguinte, podemos pensar os indivíduos como seres sociais, definidos pelos contextos culturais a que pertencem (ou foram obrigados a pertencer) e categoria de atores em que estão inseridos. As carreiras emergem, por isso, como propriedades coletivas que colocam um conjunto de alternativas à disposição do indivíduo. É por isso que “as pessoas não fazem as carreiras, as carreiras fazem as pessoas” (Barley, 1989, p.51). Assim, optar por uma carreira não depende apenas da vontade do sujeito. Blau (1994) e Thomas (1989) argumentam que são distintos os fatores que concorrem para a limitação das oportunidades de carreira e que influenciam, direta ou indiretamente, os comportamentos individuais e grupais na resposta às experiências laborais. Destacam o meio social da classe a que pertencem, a segmentação do mercado de trabalho, a disposição organizacional das ocupações e as estruturas sociais dominantes. Se as carreiras forem meramente analisadas como um conjunto de empregos ou ocupações, “perdem grande parte da sua riqueza teórica e humana” (Félix, 2001, p.30). Mais do que profissões, Hughes (1993c) pensa as carreiras como a articulação entre as aspirações do sujeito e as instituições que o acolhem, no sentido de um interesse mútuo.

Daqui resulta não só a construção da identidade do próprio indivíduo mas também a manutenção da ordem social instituída e da estruturação do poder (Barley, 1989).

Luckenbill e Best (1996), dentro da temática das carreiras desviantes, sustentam argumentos que derivam da Escola de Chicago: as carreiras do desvio assemelham-se em muitos aspetos a carreiras “comuns” ou, arriscaríamos em consequência da sua frequência, carreiras normativas. Tal como estas, as carreiras desviantes fornecem conhecimentos e competências àqueles que decidiram por uma carreira de tal natureza. No entanto, a progressão numa carreira desviante é dotada de forte instabilidade (se é que esse critério, nos dias de hoje, ainda se mantém como passível de constituir alguma diferença entre carreiras). A íntima relação com atividades ilícitas resulta na sua fraca estruturação e evolução indeterminada, donde a gestão de uma carreira desviante é incerta e depende das múltiplas opções do trabalhador desviante e dos cenários a que se associa. Curioso é o paralelismo apresentado por Luckenbill e Best (1996): a uma carreira normativa assemelha-se o percurso de um alpinista; a uma carreira desviante, sem uma estrutura organizacional rígida, aplica-se a metáfora do passeio no bosque.

A Escola de Chicago construiu um empreendimento intelectual que foi inovador na forma de produzir ciência e pela alteração da visão até então tida das cidades e das dinâmicas sociais nelas existentes. O desidrato do seu contributo reside na utilização de métodos que privilegiavam a perspetiva dos investigados assim como pelo fornecimento de temas de pesquisa ainda hoje atuais, devolvendo a cidade à investigação (Bulmer, 1984; Coulon, 1992; Grafmeyer & Joseph, 1990). A cidade é, como ensinam Park et al. (1984), “um mosaico de pequenos mundos” onde universos paralelos e modos de vida involuntários se cruzam e podem chocar. Os processos sociais inerentes à organização urbana, cristalizados em conceitos como o de carreira desviante, permitem examinar de forma mais pormenorizada certos mundos sociais tidos como desviantes e de que forma comportamentos igualmente desviantes se reproduzem e perduram. A carreira é um analisador da desviância (Anderson & Schwartz, 1993; Barley, 1989; Hughes, 1993a,b,c; Shaw, 1966; Sutherland, 1937).

No entanto, parece-nos, algumas questões continuaram por responder. Será que as cidades condicionam negativamente o comportamento humano? Ou será que os fenómenos considerados desviantes são resultado da vivência no contexto da urbe? Importante será ter presente a dimensão subjetiva do desvio: porque o desvio social resulta da forma como se olha para o desvio. Não se trata, muitas vezes, da natureza do desviado mas da forma como se olha para aquele comportamento desviante. Afinal, por que se considera desviante a prostituição? Das condicionantes temporais às geográficas, temos que ter presente a forma como o desvio de hoje pode não o ser amanhã e que o desvio em Portugal pode não o ser num outro país.

2.2. Questões definitórias e características do fenómeno

Os objetos científicos, mormente os de matriz sociológica, são incontornavelmente alvo de construções por parte de quem o investiga. Por conseguinte, é possível desenhar, para cada um desses objetos, uma evolução no meio académico que caminha paralelamente à forma como a Sociedade os olha. Neste panorama, Bourdieu (in Thiry-Cherques, 2006) apresenta um investigador que é moldado pela Sociedade: porque o obriga a pensar os problemas integrantes da questão social de acordo com os pensamentos dominantes relativos a esse objeto. Assim, podemos pensar a ciência como uma mera extensão das práticas dominantes e por isso justificadora da ordem social estabelecida, resultando no enviesamento do discurso (Bourdieu, in Thiry-Cherques, 2006). O fenómeno dos sem-abrigo parece corroborar esta tendência. Sobre ele imperam narrativas que apresentam natureza reprodutiva, isto é, são produzidos enunciados e atingidos resultados empíricos que se justificam mutuamente, num ciclo vicioso.

Apesar do carácter multidisciplinar que este fenómeno comporta, são frequentes os olhares estigmatizantes e estereotipados sobre estes sujeitos (Ferreira, 2010). Decidimos, em sentido contrário, tratar neste ponto capitular temáticas que não são comumente abordadas mas que revestem extrema importância para o conhecimento do fenómeno. Iniciando com uma abordagem de índole definitória, partimos para questões outras que permitem construir um quadro teórico sobre a sua realidade. Tentamos, se é que é totalmente possível, um distanciamento daquilo que se diz sobre os sem-abrigo para os poder olhar de forma “limpa”, sem juízos prévios. Discursos estigmatizantes que a reboque dos *media* têm vindo a contribuir decisivamente para a visão negativa deste grupo populacional não podem continuar a ser adotados. Nesta linha importa recordar Lemert (in Clinard & Meier, 2008) que desenvolveu o conceito de desviância secundária: o indivíduo rotulado adapta o seu comportamento às características do rótulo que lhe foi imposto.

À semelhança de objetos outros, sobre os quais nos temos vindo a debruçar na presente investigação, também o fenómeno dos sem-abrigo é de difícil materialização conceptual. Desde a polissemia do conceito à dificuldade metodológica na abordagem do fenómeno, é possível atestar a complexidade do estudo desta realidade. Tão grande a variedade de causas e de consequências (Lúcio & Marques, 2010) é efetivamente difícil fechar a noção de sem-abrigo numa definição estanque, pelo menos numa consensualmente aceite. Desde as causas que os conduzem a essa condição ao tempo de permanência na rua, muitas poderiam ser as unidades de referência para uma definição de sem-abrigo. Adiantamos um exemplo que atesta a complexidade do fenómeno:

encontramos dentro de um mesmo critério – o da situação habitacional – dificuldades relativas à diversidade de significados atribuídos a «casa».

Teria distinto mérito uma “definição universal que permitisse monitorizar o fenómeno e torná-lo comparável em todo o mundo” (Lúcio & Marques, 2010, p.7). No entanto, partindo da premissa de que no final do presente ponto capitular não teremos conseguido senão contribuir para a construção da conceção de sem-abrigo apresentamos algumas (das muitas) definições existentes. A *United States Alcohol, Drugs Abuse and Mental Administration* (1983) define sem-abrigo como “qualquer pessoa que não dispõe do alojamento, dos recursos nem dos laços comunitários adequados” (cit. in Muñoz & Vasquez, 1998, p.9). Numa abordagem mais próxima da realidade portuguesa, o Conselho da Europa (1992) definiu os sem-abrigo como “pessoas ou famílias que estão socialmente excluídas de ocupar permanentemente um domicílio adequado e pessoal” (cit. in Muñoz & Vasquez, 1998, p.9). Mais restrita será a definição de Pimenta (1992, p.24) segundo o qual ser sem-abrigo retrata a situação daqueles indivíduos que não detêm “meios de subsistência, nem domicílio certo e pernoitam ao relento ou recorrem a alternativas próprias (...) e que estão a viver num processo de ruptura (ou romperam já) com os principais «espaços de referência social» – família, trabalho e comunidade”. Autores outros adiantam que sem-abrigo serão os que estão afastados do direito de aceder a uma casa com condições de habitabilidade, destacando os que dependem de um alojamento de emergência ou de instituições de longo prazo assim como os que têm uma habitação precária ou condições habitacionais intoleráveis (Edgar et al., 1999). Esta definição é muito semelhante à comumente adotada definição da FEANTSA (Fédération Européenne d’Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri) que propõe o sem-abrigo como “pessoa incapaz de aceder e manter um alojamento pessoal adequado pelos seus próprios meios, ou incapaz de manter alojamento com a ajuda dos serviços sociais (cit. in Muñoz & Vasquez, 1998, p.9).

Destarte, o termo sem-abrigo utilizado na atualidade acentua a questão da habitação *strictu sensu* e da pobreza e exclusão social *latu sensu*. Das definições apresentadas resulta a previsão de um conjunto de situações que em comum têm a falta de meios económicos e de laços comunitários para aceder a um alojamento pessoal. Das diferentes definições é fácil perceber que as pessoas que dormem nas ruas, debaixo de viadutos ou noutros locais não considerados como “residência”, são pessoas sem-abrigo. No entanto, permanece a dúvida quanto à distinção entre pessoas sem-abrigo e aquelas que vivem em habitações inadequadas, dificultando, desde logo, possíveis soluções.

Curioso será apreciar a forma como é construída a definição de sem-abrigo quando comparada com figuras rotuladas de desviantes que lhe estão muito próximas como o vagabundo ou o vadio. Qual a diferença entre o vagabundo e o sem-abrigo? A noção do

primeiro remete para aquele que vagueia e não tem casa, que corre o mundo sem finalidade determinada, sem rumo fixo. Não estão aqui presentes os critérios para a definição de sem-abrigo? Afinal, o que distingue um do outro? Parece ser a responsabilização pela condição que assumem: ao primeiro é atribuído um sentido de autorresponsabilização e ao segundo remete-se para causas que lhe são externas.

A investigação sobre os sem-abrigo tem apontado para fatores causais de índole estrutural e individual, continuando o debate relativo à importância primária que cada um assume (Main, 1998). Para uns o estado dos sem-abrigo resulta principalmente da condição primária de pobreza. Segundo esta matriz teórica existiriam pessoas muito pobres que, em certo momento, perderiam o alojamento por razões diretamente relacionadas com a sua pobreza. As taxas de pobreza, os salários, os apoios sociais, o acesso ao mercado de trabalho constituem-se, nesta perspetiva, como fatores primários para o aumento ou diminuição de pessoas sem-abrigo (Shinn, 1992). Neste ponto de vista, os estudos que têm por cerne o indivíduo sem-abrigo não fariam mais que identificar fatores de vulnerabilidade mas não as causas do problema. Por outro lado, Rossi (1990) alerta para o facto de que, apesar de os fatores estruturais poderem explicar quantas pessoas estão sem-abrigo, só o estudo das características pessoais pode contribuir decisivamente para explicar quem pode ficar nessa situação. Segundo Piliavin, Sosin, Westerfelt e Matsueda (1993), destacam-se, ao nível individual, fatores que se agrupam em perturbações psiquiátricas, défices educacionais e profissionais, desafiliação e problemas de identificação cultural.

Igualmente interessante será pensar na responsabilidade pela atual condição dos sem-abrigo. Das políticas sociais e económicas à sociedade em geral, passando pelas instituições e os próprios sem-abrigo, muitos podem ter responsabilidades na génese e manutenção deste fenómeno. As causas estruturais que referimos anteriormente (políticas, habitacionais, económicas) enfatizam as forças alheias ao indivíduo. As causas individuais (dependência de substâncias ou doenças mentais) responsabiliza-os diretamente (Lee, Jones, & Lewis, 1992; Main, 1998). Independentemente das diferentes responsabilidades, alertamos para o quão assustador e inquietante deve ser a forma como os sem-abrigo assumiram a condição de normatividade. Para alguns pela aparente invisibilidade e para outros pelo hábito da sua figura, os sem-abrigo deixaram de ser notícia. Surgem enaltecidos discursos que, sob o baluarte do voluntarismo e da inclusão social, se lembram deles apenas em momentos marcantes: o período das eleições como paradigmático.

Numa vida fugaz, (sobre)viver como sem-abrigo é estar na procura incessante de pontos de equilíbrio, numa vida dotada de particular imprevisibilidade que expõe os indivíduos a acontecimentos emocionalmente difíceis de controlar. “Ser sem-abrigo, mais que um modo de viver, é um modo de sobreviver” (Bento & Barreto, 2002, p.92).

2.3. Os sem-abrigo na história e na lei: da repressão ao vazio legal

Em jeito de enquadramento, iniciamos por pensar a forma como as sociedades têm sentido a necessidade de marginalizar certos indivíduos. Quando a comunidade tenta purificar as representações que tem de si mesma, as identidades marginais tendem a ser sacrificadas. Atualmente, na linha da frente, estarão os delinquentes, as prostitutas, os sem-abrigo e os toxicodependentes (Bento & Barreto, 2002). Vagabundos, vadios e mendigos, houve-os em todos os momentos da história: das sociedades mais antigas aos Estados modernos (Bento & Barreto, 2002). Ainda que com distintos contornos, esta figura fortemente marcada na cidade foi sendo olhada de modo diferente. Caminhou-se, genericamente, da responsabilidade do próprio indivíduo para a responsabilização externa da sua condição, de medidas de perseguição para a tolerância do fenómeno, da repressão para o vazio legal. É esse o caminho que vamos percorrer no presente ponto capitular.

Na esteira de Soeiro (1959), a terminologia de vagabundo surge na Europa somente no século XIV. Até esse momento os manuscritos referiam-nos como ociosos ou vadios que não querem aceitar trabalho. Desde então e até ao século XVII, a lei define como vagabundo aquele que errava sem destino certo nem profissão definida, vivendo à margem da vida social e por isso desenraizado da comunidade, independente da proteção do seu amo. Do ponto de vista legal, é no século XIV que a mendicidade se torna alvo de proteção legal, sendo obrigatória uma autorização especial para a poder realizar. Mendigar vai-se tornando uma atividade cada vez mais restrita, sendo autorizado apenas aos fracos, velhos e doentes incapazes, passando a ser emitidos alvarás aos titulares do direito de mendigar. Já com D. João I são criadas as primeiras providências legais para os vagabundos, as quais incluíam a prisão ou o açoite público para a ausência de trabalho ou amo (Gemerek, 1986). As Ordens Manuelinas corroboram as mesmas medidas e as com Ordenações Filipinas assiste-se ao perpetuar da filosofia de penalização da vagabundagem, mantendo a pena de prisão (Relvas 1997; Soeiro, 1959).

Mais tarde o fenómeno dos vagabundos confunde-se com a história da criação das grandes estruturas asilares: o Hospital Geral em 1656 e os *dépôts de mendicité* (1764). Por seu turno, em Portugal não se assistiu à criação de estruturas homólogas às casas de trabalho inglesas ou às casas carcerárias alemãs do século XVI. Um pouco atrasado no tempo, imperavam as Misericórdias, as igrejas e os mosteiros como principais centros de assistência e caridade, sendo precária ou mesmo inexistente a intervenção estatal. Até ao século XVII não haviam asilos ou instituições outras para receber os pobres, surgindo unicamente a sopa dos pobres (Bastos, 1997).

Com Pina Manique as medidas tornaram-se mais incisivas, tornando-se os mendigos verdadeiros bodes expiatórios de um sistema de justiça ao qual o processo penal como o conhecemos hoje era totalmente alheio. As questões da vadiagem chegam mesmo, a par do homicídio, a constituir o campo de eleição dos penalistas. O Código Penal de 1852 introduz a pena indeterminada: após seis meses de prisão o vadio é entregue à administração que lhe deve arranjar trabalho e à qual fica ligado até manifestar a sua regeneração. O Código Penal de 1852 introduz a questão da reincidência e inclui a pena de deportação como medida disciplinar de envio dos vadios e reincidentes para as colónias (Fatela, 2000). A vadiagem é por isso criminalizada, tendo como prova a inexistência de domicílio certo e a capacidade para o trabalho, reproduzindo as definições que emergiram da Idade Média. É com os ideais iluministas que são abolidas as penas cruéis e desumanas, iniciando-se um caminho longo que viria a resultar na forma como o fenómeno é hoje visto do ponto de vista legal: um vazio.

Ainda durante o período da monarquia em Portugal, o Regulamento Policial de Mendigos na cidade de Lisboa (1905) determinava que fossem conduzidos ao tribunal os mendigos adultos e válidos para o trabalho (Pinto, 1999). A Lei da vadiagem, que data de 1912, introduz as preocupações inovadoras do então governo republicano em relação aos vadios e mendigos. A mendicidade é autorizada, desde que seja apresentada uma licença para o efeito. Os indivíduos que fossem encontrados a mendigar sem autorização e não tivessem uma morada fixa eram conduzidos para o Governo Civil. Conforme estivessem impossibilitados de trabalhar ou se encontrassem em plano estado de saúde, eram remetidos, respetivamente, para asilos ou para o juízo. De referir a existência de subsídios e esmolas distribuídos pelo Governo Civil, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e outras instituições de beneficência. A preocupação com os cuidados de saúde e de higiene levou à criação de balneários públicos pela cidade, bem como à criação de colónias balneares para as crianças pobres (Pinto, 1999).

As políticas de repressão da mendicidade e vadiagem intensificam-se com o surgimento do Estado Novo. Assumindo novos contornos, a PSP assume um papel preponderante como a principal mediadora entre os vadios e a restante sociedade, para além das funções de assistência social. Na dependência dos Comandos Distritais da PSP são criados, em todas as cidades sede de distrito, albergues cuja função seria prevenir e reprimir a mendicidade (Bastos, 1997). Surgindo os albergues de polícia, é inaugurada uma nova época no domínio da assistência social, com uma instituição estatal de carácter policial a assumir funções que tipicamente estavam adjudicadas às Misericórdias e associações religiosas Bastos (1997). É a própria polícia que constrói e gere os Albergues da Mendicidade, tendo igualmente um papel ativo na distribuição da sopa dos pobres e restantes iniciativas de cariz solidário. Podemos pensar o carácter instrumental que a polícia

assume nesta regulação social. A intervenção da polícia resulta da maior intervenção do Estado, que a usa como uma extensão da sua vontade.

Em 1976 o fenómeno dos sem-abrigo assume o quadro legal ainda vigente: é abolida a repressão à mendicidade. O Decreto-Lei 365, de 15 de maio, parece melhor compreender o fenómeno: pela primeira vez pensa-o como resultado de problemas sociais. Parte-se da premissa que são causas externas ao indivíduo que o deixaram em tal situação e por isso, quando resolvidas, tenderá a sair da mesma. Num novo contexto legal, dormir na rua não é punível obrigando a polícia a pautar a sua intervenção junto desta população com base no consentimento voluntário. Ainda que a visibilidade dos sem-abrigo nos anos noventa tenha aumentado, a vadiagem e a mendicidade não são punidas, excetuando quando existir a exploração de menores de 16 anos ou de pessoa com anomalia psíquica para mendigar.

Um último apontamento para a forma como, independentemente do momento histórico, a condição de sem-abrigo – representação extrema da pobreza – esteve ligada ao ideal religioso em certas culturas. Exemplo disso será a forma como, no mundo cristão, as povoações olhavam os mendigos como o próprio Jesus Cristo disfarçado, o que conferia à esmola uma simbologia religiosa e ao mendigo um papel de intermediário no contacto com a dimensão sagrada (Bahr, 1973; Bastos, 1997). Na verdade, a própria Igreja pareceu favorecer a vagabundagem: sempre foi elevado o número de penitentes, predicadores e frades errantes, assim como os peregrinos que se deslocavam de terra em terra, subsistindo com a boa vontade de terceiros (Bento & Barreto, 2002). Será por isso que os praticantes da mendicidade optam frequentemente por locais do culto religioso?

Em suma, ao longo da história, duas grandes concepções perspetivaram o fenómeno. Por um lado a ideia resultante de uma situação de pobreza estrutural ou a incapacidade para o trabalho. Por outro como ligada à mendicidade, à ociosidade ou a práticas delinquentes. Com efeito, assistimos à alternância entre períodos de relativa tolerância e outros com a adoção de medidas repressivas. Hoje parece vivermos num período de tolerância, deixando inclusivamente de usar termos como vagabundo ou vadio no discurso jurídico. O vazio legal impera. Assistimos, pontualmente, a medidas de limpeza. Os exemplos multiplicam-se por toda a Europa revelando que apesar da geral tolerância do fenómeno existem ainda opiniões que favorecem o seu combate repressivo (Bento & Barreto, 2002). No Porto, por exemplo, com o encerramento do hospital psiquiátrico do Conde de Ferreira, em 2001, reacendeu-se o debate sobre estas questões, aparecendo notícias relativas ao internamento de arrumadores de automóveis e de sem-abrigo (Diário de Notícias, 18-6-2002; Tempo Medicina, 24-6-2002).

2.4. Estratégias de sobrevivência: um potencial ator do desvio?

Quando pensada a temática dos sem-abrigo do ponto de vista do interesse policial, defendemos o quão relevante e pertinente será conhecer as estratégias de sobrevivência por eles desenvolvidas. Porquê? Algumas podem ser enquadradas como incivilidades ou mesmo como ilícitos criminais, podendo ambas influenciar o sentimento de insegurança do cidadão. Não será por acaso que desde cedo os sem-abrigo foram alvo de atenção policial e das diferentes estruturas que integram o controlo social formal. Assim, partimos das estratégias que usam para sobreviver que os enquadrar como potenciais atores do desvio.

Aqueles que se encontram em condição de sem-abrigo (sobre)vivem nas ruas com constantes e crescentes ameaças ao seu bem-estar físico e psicológico (Whitbeck & Simons, 1993), desde logo, pela natureza pública que assume a sua vida. Com efeito, é possível equacionar o risco de vitimação associado aos sem-abrigo (Hindelang et al., in Whitbeck & Simons, 1993): porque os espaços públicos não foram desenvolvidos para hospedar pessoas (Silva, 2007). No que é relativo aos fatores de risco que envolvem a vida destes sujeitos, a literatura parece ser unânime (Amato & MacDonald, 2011; Pereira, 2009): drogas; álcool; perigos relativos à segurança; e, falta de cuidados básicos ocupam o palco principal dos desafios que tornam esta população extremamente vulnerável.

A investigação tem-se deslocado da mera análise dos fatores de risco associados aos sem-abrigo para o estudo dos fatores de proteção (Zweig, Phillips, & Lindberg, 2002): os pontos fortes individuais e as competências sociais e crenças positivas são as mais referidas (Bender, Thompson, McManus, Lantry, & Flynn, 2007). Daqui resulta a construção da figura dos *street smarts*: os sem-abrigo que sabem onde encontrar recursos, que estabeleceram pessoas em quem confiar e que se adaptaram à estrutura social e cultural da economia da rua (Bender et al., 2007; Kidd & Davidson, 2007). Nessa condição podem não desenvolver comportamentos pró-sociais, mas a observação e experiência permite-lhes desenvolver capacidades que garantem a sua existência quotidiana (Bender et al., 2007). É legítimo afirmar que o confronto com as adversidades e o uso de estratégias de sobrevivência promovem a construção do processo de resiliência (Jesus, 2008).

Em consonância, viver na rua obriga ao desenvolvimento de extraordinárias competências em resultado da complexa reorganização não só comportamental mas também cognitiva e afetiva (Jesus & Menezes, 2010; Sumerlin, 1995). Estas competências de sobrevivência são produto de um juízo de concordância prática entre as necessidades e as possibilidades de as conseguir mitigar (Graciani, 2005). Perante as crescentes vulnerabilidades que, num efeito de bola de neve, se vão gerando é possível pensar nas

estratégias de sobrevivência como nada mais que ações no sentido de diminuir a exposição ao perigo (Whitbeck & Simons, 1993).

Snow e Anderson (1993) apresentam categorias dinâmicas de constrangimentos capazes de dificultar a sobrevivência dos sem-abrigo. De destacar os constrangimentos ecológicos uma vez que os locais que frequentam podem ser entendidos como um recurso e diferentes locais estruturam padrões de subsistência distintos. A este respeito, foram estudados os *habitats* sustentáveis dos sem-abrigo. Como principais características desses locais estão: a forte afluência de pessoas (para mendigar); a existência de comida gratuita ou barata; uma comunidade recetiva e disposta a fazer donativos; espaços públicos seguros para dormir; limpeza frequente das ruas; serviços nas proximidades como abrigos ou distribuição de alimentos (Duneier, in Verteuil, Marr, & Snow, 2006). Os aspetos relativos ao território são efetivamente decisivos: é por isso que, enquanto se mantiverem as características que tornam um local apetecível, os sem-abrigo tendem a ocupá-lo por longos períodos de tempo. Neste sentido está Moore (2007, p.147) que enfatiza a “importância da vinculação a um local e dos limites afectivos, cognitivos e comportamentais entre um espaço e a pessoa”.

Feito um enquadramento genérico dos fatores de risco, fatores de proteção, necessidades e dinâmicas outras que colocam os sem-abrigo na linha da frente da sobrevivência, decidimos olhar para os estudos que dão conta das distintas estratégias usadas pelos sem-abrigo, cuja aprendizagem traduz um processo de desenvolvimento pessoal e para o qual o “método de tentativa-erro é o mais eficaz, pois aqui não há manuais de instrução” (Kidd & Davidson, 2007, p.226).

Destacamos, em primeiro lugar, a rede de pares como um recurso basilar para a sobrevivência, desde logo, porque permite combater o isolamento e fornece proteção (Bender et al., 2007; Hein, 2006; Rew, 2000; Thompson, Barczyk, Gomez, Dreyner, & Popham, 2010). Nesta linha estão Kidd e Davidson (2007) ao indicar que para grande parte dos sem-abrigo a rede de suporte na rua é fundamental. Os seus pares fazem-no “sentir humano, conectado” (Kidd & Davidson, 2007, p.228) e “funcionam como família” (Karabanow, Hughies, Ticknor, Kidd, & Patterson, 2010, p.51). Em alternativa, sem-abrigo outros, em detrimento de relações humanas, optam pelo recurso a animais de estimação. Para além da tradicional companhia, é possível equacionar outras dimensões na preferência pelos animais: fornecem segurança; incutem motivação para sobreviver pela ideia da dependência do animal (Bender et al., 2007; Rew, 2000; Silva, 2011); e, são um mecanismo adicional para a obtenção de esmola. O sem-abrigo pede não para ele mas sim para o seu animal de estimação, atribuindo superior eficácia à sua mendicância já que, por muito assustador que possa parecer, isso motiva mais pessoas a darem uma esmola. Sheehan (2010) afirma que podem funcionar como uma estratégia para afastar a polícia.

Por outro lado, estes animais podem constituir um obstáculo à integração dos sem-abrigo já que a maioria das instituições não permitirem a entrada de animais.

Apesar de frequentemente apontado como causa para a condição de sem-abrigo (Dail, 2000; Evans & Forsyth, 2004; Miguel, 2007; Stein, Nyamathi, & Dixon, 2008) e como fator potenciador da exposição à vitimação (Stein & Gelberg, 1995), o consumo de substâncias que criam dependência é igualmente mencionado em vários estudos como um dos mecanismos sobrevivência. Empregado como “auto-medicação para a mágoa” (Amato & MacDonald, 2011, p.233), permite “manter a mente longe do sofrimento” (Kidd & Davidson, 2007, p.231), funcionando como um atenuador da dor (Hein, 2006; Williams & Stickley, 2011). Relativamente aos fenómenos como a toxicodependência e o alcoolismo, mantém-se a dificuldade em definir se os mesmos são causa ou consequência da vida na rua. Na prática, tem que ser analisado casuisticamente: porque cada história de vida é diferente.

Com superior relevância, do ponto de vista das estratégias de sobrevivência económica, as atividades ilícitas parecem ser preponderantes no seio da população sem-abrigo (Hein, 2006; Pimenta, 1992; Williams & Stickley, 2011), sendo que à medida que aumenta a sua deterioração também aumenta potencialmente o recurso a atividades criminosas para sobreviver (Evans & Forsyth, 2004). Estes últimos autores adiantam que, entre essas atividades criminosas, é prevalente o furto na população feminina e o tráfico de droga na masculina, acrescentando ainda a aceitação de dinheiro da polícia em troca de informações. Miner (1990) aponta no seu estudo para o envolvimento em atividades delinquentes ou ilegais como o tráfico de droga, a prostituição e o furto. Similarmente, a investigação de Whitbeck e Simons (1993) demonstrou que muitos se envolvem em práticas delituosas como o tráfico de drogas, o furto em estabelecimentos comerciais e o roubo. Em sentido contrário está Pimenta (1992) ao revelar que a maior parte das pessoas que vivem na rua consegue angariar dinheiro através de atividades como mendicância e pequenos trabalhos informais, afastando a vertente criminal. Nessa linha, Hein (2006) registou como estratégias de sobrevivência financeira o recurso aos serviços sociais, as ajudas monetárias da família e amigos, a mendicância e a prostituição. Os dados da investigação de Karabanow et al. (2010), mostram que as estratégias de subsistência financeira mais referidas são as atuações de rua, a mendicância e a atividade de arrumar carros. Assiste-se, olhando para as investigações supra, a duas formas distintas de sobrevivência económica: uma com recurso ao crime e outra que, ainda que passível de ser enquadrada como desviante, inclui a vontade dos outros em contribuir. Os sem-abrigo caminharam no sentido da adoção de estratégias cada vez menos lesivas do estado social. De atividades criminosas a outras passíveis de serem enquadradas como incivilidades, também os sem-abrigo foram evoluindo nesse sentido.

3. Formulação do problema de investigação

A formulação de um problema de investigação “pode derivar de uma teoria existente e que se constitui como referência, da observação diária dos comportamentos, dos problemas práticos que (...) se gostaria de resolver e, finalmente, das propostas ou sugestões decorrentes de investigações anteriores” (Almeida & Freire, 2007, p.38). Nesta linha, têm sido desenvolvidos no ISCPSP, sob o baluarte das Ciências Policiais, alguns estudos cujo objeto são atores comumente associados à desviância. Quando pensada a relação de certos objetos do desvio com o sentimento de insegurança, relevam os estudos de Fernandes (2009) e Moreira (2008) que se debruçam sobre a prostituição (na cidade de Lisboa), de Leal (2011) que estudou o toxicodependente e de Cunha (2013) cujo objeto de estudo foi o arrumador de automóveis. Nessa possível relação que todos foram estudar, numa área fisicamente limitada e por isso impossível de generalizar em termos de resultados, foram obtidas conclusões nem sempre concordantes. Moreira (2008, p.64) apresenta a forma como a prostituição de rua, na zona que abrange as Ruas Rodrigo da Fonseca e Artilharia I, não é “um factor que contribua, por si só, para o sentimento de insegurança”; Fernandes (2009, p.59) atinge resultados que o permitem defender que a prostituição na zona do Instituto Superior Técnico contribui para o sentimento de insegurança, “embora possa não ser o único factor a fazê-lo”. Leal (2011, p.62), olhando a figura do toxicodependente no Intendente, Lisboa, aponta-o como alguém que corporiza “diversos factores susceptíveis de incomodar os utentes daquele local da cidade, (...) [tendo] repercussões imediatas nas áreas da (in)segurança”. Cunha (2013, p.48) apresenta a forma como “os entrevistados confirmam que é esse o fundamento [a noção de risco para a sua viatura] que inscreve estes indivíduos nas causas do sentimento de insegurança”.

A urbe oferece aos que nela vivem novos e crescentes medos, materializando-se numa fonte de diferenciados fenómenos que reclamam soluções securitárias. Cristalizada na condição urbana, assume-se como predatória pela forma como potencia a ocorrência de encontros indesejáveis, cujas representações ocupam lugar central na construção dos diferentes imaginários de insegurança. No quadro das realidades que afetam o cidadão, o sentimento de insegurança arroga um lugar de destaque mas o seu combate tem-se mostrado ineficaz. Por conseguinte, é urgente estudar os fenómenos que o intensificam e com os quais as pessoas são obrigadas a lidar no seu quotidiano. O crime, desde logo pelo alarme social que provoca, parece incontornável nesse propósito mas com evidentes implicações deve também ser pensada a dimensão das incivildades: marcas físicas de desgaste da ordem socialmente instituída. As incivildades, primando pela frequência com que são expostas, remetem os locais que as patenteiam para construções mentais

equiparadas a verdadeiros labirintos do medo, passando estes a ser lugares de evitamento e que por isso são riscados dos mapas mentais da segurança que o cidadão desenvolve. Decisiva é a obrigatoriedade de equacionar não só esses espaços mas também os atores sociais capazes de gerar tais medos ou evitamentos – capazes de potenciar o sentimento de insegurança.

Tão frequentes como anónimos nas cidades, os sem-abrigo são alvo de diversos juízos frequentemente subordinados a estereótipos. Podendo ser olhados por diversos prismas – tantos quantos os que olham para eles na rua – desde cedo foram conectados ao desvio. São precisamente as marcas de desviância que patrocinaem que os tornam uma das personagens principais dos contos insegurizantes que veem na cidade o seu palco preferido. Os sem-abrigo apresentam uma marca de marginalidade e de exclusão social, sendo uma representação das incivilidades que se fazem notar na urbe. Conseguem uma proximidade com o cidadão que lhes permite interagir com ele mas, por outro lado, também ameaçar, confrontar e, quem sabe, vitimizar. Neste contexto, presente no miolo urbano e frequentemente olhado de lado por quem com eles diariamente se cruza, a figura dos sem-abrigo constitui-se como um alvo de curiosidade digno de investigação e estudo. Capazes de condicionar o comportamento das pessoas e a própria atuação policial, importa investigar qual a influência que têm no sentimento de insegurança. É importante perceber como é que os restantes atores do tecido social olham para os sem-abrigo, que preocupações lhes despertam, que sentimentos lhes provocam. Materializa-se, desta forma, uma das problemáticas da presente investigação: saber se os sem-abrigo contribuem, ou não, para o sentimento de insegurança do cidadão.

Não satisfeita a curiosidade sobre as dinâmicas deste fenómeno, acrescentamos outra perspetiva inovadora de análise. Com efeito, do ponto de vista da utilidade social (mas também policial) raramente pensada, que utilidade lhes pode ser atribuída? Dentro das diferentes formas como podemos olhar à sua utilidade, decidimos tentar explorar duas delas: os sem-abrigo como potenciais mecanismos de prevenção criminal e como informadores policiais. Afinal, poderá a presença de um sem-abrigo, num determinado local, contribuir para mitigar o cometimento de ilícitos criminais? Será que pode um sem-abrigo ser os olhos da polícia na rua e por isso assumir a condição de fonte privilegiada de informação? O objetivo? Pensar os sem-abrigo num quadro completo, que os olha nas suas diferentes dimensões. Ainda que olhar os sem-abrigo no quadro do sentimento de insegurança seja por si só inovador, pensá-lo numa vertente positiva é ainda mais desafiante. Cria-se uma abordagem sistemática do fenómeno, que o olha desprovido dos juízos que circulam no miolo social.

A compreensão deste possível relacionamento entre os sem-abrigo e o sentimento de insegurança do cidadão, cada vez mais marcado na cidade, reveste-se de extrema

importância. Trata-se de um fenómeno social em constante evolução para o qual a Polícia de Segurança Pública deve também procurar responder atempadamente, adotando medidas no sentido de prosseguir a sua missão de garantia da tranquilidade e segurança das pessoas, o que evidencia a pertinência deste estudo para a sua atividade operacional. Esta deve conhecer, de forma efetiva, temáticas que tão de perto influenciam a população que serve. Do ponto de vista policial, percorre-se um caminho cujos possíveis resultados podem ser determinantes na forma como a polícia olha para os sem-abrigo. A perspetiva como olha este fenómeno deve ser diferenciada e independente, podendo espoletar na polícia o reconhecimento da utilidade a que se podem associar os sem-abrigo.

Em suma, ao longo da presente investigação pretendeu-se perscrutar a forma como os sem-abrigo contribuem, ou não, para o sentimento de insegurança. Num momento seguinte pretendeu-se auscultar a forma como dessa figura, frequentemente remetida para a desviância, se pode retirar alguma utilidade social mas também policial, isto é, de que maneira a sua presença contribui para evitar o cometimento de crimes e a forma como se podem constituir fonte de informação policial.

II – MÉTODO

Na escolha do método – coluna vertebral do processo investigativo que atribui validade ao estudo – o investigador deve-se deixar conduzir pelos seus objetivos operacionais, isto é, apenas depois de definidos estes últimos é que deve traçar o caminho metodológico que melhor os permita alcançar. Nessa escolha, deve ter presente a íntima dependência com as variáveis presentes, as condições em que a investigação vai decorrer e a natureza do fenómeno. Esta última parece determinante, não podendo ser analisada unicamente por aquilo que se diz sobre ela (Ghiglione & Matalon, 2001), pelo que um fenómeno que (des)integra o tecido social dificilmente será entendido sem o cabal conhecimento do meio em que se insere e dos principais valores e orientações culturais que o mesmo encerra (Machado, 2008).

Optou-se, em concordância, pela utilização do método de investigação qualitativo que permite “procurar leituras dinâmicas da realidade” (Serrão, 2005, p.75) e obter a “descrição das características e o conhecimento em profundidade” (Marques, 2008, p.43) do fenómeno associado os sem-abrigo. Edifica-se “uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real” (Yin, 2005, p.32). A escolha da abordagem qualitativa justifica-se pela possibilidade de explorar uma “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito (...), um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzida em números” (Reis, 2010, p.63), sendo este um imperativo na realidade do sentimento de insegurança e fenómenos que o potenciam. Atinge-se, desta forma, um conhecimento efetivo da realidade em estudo, impossível de obter por via de métodos outros.

Dentro da abordagem qualitativa, desenvolvemos uma investigação baseada na filosofia dos estudos etnográficos. Como ensina Fernandes (2002), trata-se de uma modalidade metodológica de resolução de enigmas, equiparando-o ao acelerador de partículas para o físico teórico. É esta conceção de instrumentalidade que torna a pesquisa etnográfica uma atividade especializada, “talhada numa longa aprendizagem que exige o confronto e a transformação pessoais. Se o trabalho respeitar todas as exigências que lhe são próprias, o etnógrafo não sairá, digamos, incólume da experiência que viveu” (Fernandes, 2002, p.24). Um estudo desta natureza obriga o investigador a sair da sua zona de conforto sobretudo porque estuda o fenómeno no seu ambiente natural, na tentativa de procurar o seu sentido e interpretar os significados que as pessoas lhe atribuem. Intensifica, pois, tudo o que a realidade sobre a qual se debruçou tem para dar.

1. Caracterização do território de estudo

De mão dada com uma panóplia de outras marcas do comportamento desviante, também aqueles que se encontram em situação de sem-abrigo se fazem notar na cidade do Porto: a condição urbana assim o parece obrigar. A realidade impõe-se, bastando frequentar os locais mais afamados daquela cidade para o poder testemunhar. Fortemente marcado pela presença dos sem-abrigo, o centro da cidade destaca-se pelas condições favoráveis para o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência: o Porto, mormente a Rua de Santa Catarina, apresenta-se apetecível para aqueles indivíduos. Sob o propugnáculo do turismo, é um lugar preferido daqueles que procuram (sobre)viver. Se durante o dia muitos se fazem notar pela mendicidade (alguma dela materializada na figura do arrumador de automóveis ou do artista de rua), à noite será a ocupação do espaço público/privado para pernoitarem que mais se destaca. À medida que surge o crepúsculo e se adensa o inverno olham para certos espaços como abrigos para mais uma noite. Com o nascer do sol, aquelas ruas – que ficaram praticamente vazias durante o período noturno – ganham novo movimento e é particularmente nesse momento que os sem-abrigo se podem constituir fonte de incómodo, por distintas razões. Cria-se, neste complexo enredo da dinâmica urbanística, um triângulo de relações cujos vértices potencialmente chocam: os sem-abrigo, os comerciantes e, por arrasto, a polícia. O Porto – terreno fortemente rubricado pela existência do objeto que decidimos estudar – materializa-se numa cidade onde é possível satisfazer os objetivos da presente investigação.

2. Participantes

A revisão do estado da arte, potenciado pelo trabalho de campo, permitiu atestar a forma como os sem-abrigo se assumem como um ator das grandes cidades. Em resultado da sua exposição, interação regularmente com as diferentes pessoas que as frequentam. Das possíveis relações construímos, tendo em conta o âmbito e objetivos do estudo, um triângulo relacional com potencial de choque. Nesse sentido, a seleção dos participantes permite erguer uma relação tripartida, permitindo olhar o fenómeno de diferentes perspetivas. Deste modo, fomos auscultar a forma como entendem o possível contributo dos sem-abrigo para o sentimento de insegurança mas também que utilidade social lhes pode ser atribuída. Para a presente investigação, em consequência do método adotado e porque se trata de um estudo exploratório, torna-se “inútil inquirir um grande número de pessoas” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.55) pelo que foi definida a participação de 15 indivíduos: cinco elementos policiais a prestar serviço na Polícia Municipal do Porto (Pol);

cinco funcionários ou proprietários de estabelecimentos comerciais (Com); e, cinco sem-abrigo (Sab).

3. *Corpus*

O *corpus* constitui “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1977, p.96). É composto pelas entrevistas transcritas realizadas aos 15 participantes enunciados no ponto anterior, cuja duração média de gravação foi de aproximadamente 22 minutos. Para cada conjunto de entrevistados foi utilizado o respetivo guião (cf. Anexos 1, 2 e 3, nos quais estão parte das questões que compõem a integridade das entrevistas).

4. Instrumentos

4.1. De recolha de dados

4.1.1. O investigador

Neste tipo de investigações, de cariz etnográfico, o investigador assume um papel decisivo. É o trabalho de campo que o coloca no centro das tensões atinentes à realidade que investiga, permitindo-lhe densificar as informações recolhidas. É a observação participante que, por outro lado, permite enriquecer o estudo (Silva, 2009), levando a que o investigador seja a pedra angular no que à recolha da informação diz respeito.

A entrevista materializa-se no mais importante instrumento de recolha de dados mas cabe ao investigador a aproximação e envolvimento no meio em estudo (Fernandes, 1998), bem como desenvolver as relações interpessoais sujeitas à imprevisibilidade que orbita em torno dos sem-abrigo. Numa abordagem como a que aqui foi realizada, tem que ser o investigador, na condição de observador-participante, a moldar-se ao entrevistado de forma a obter informação que, de outra forma, não lhe estava acessível. O investigador, essa figura central e preponderante, recolhe, seleciona, interpreta e estuda a informação recolhida (Cunha, 2013). Daí que o principal instrumento do etnógrafo seja ele próprio (Atkison & Hammersley, 1994; Kon, 1980).

4.1.2. A entrevista e seus guiões

Segundo Bogdan e Biklen (1994), uma entrevista é utilizada para recolher dados descritivos presentes na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver uma ideia sobre a maneira como aquele interpreta certa realidade. Este é um instrumento adequado à análise da interpretação que os atores dão às práticas e acontecimentos com os quais se veem confrontados, permitindo analisar a leitura que fazem das suas experiências pessoais (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Das diversas tipologias de entrevista (Creswell, 1997), optou-se por recorrer a entrevistas realizadas a cada um dos indivíduos em separado, comportando os guiões utilizados questões abertas e fechadas. Conduzidas de modo semi-diretivo, as entrevistas foram reconhecendo a importância da admissão da iniciativa do entrevistado no que é relativo à introdução de novas temáticas. Daqui resulta, na perspetiva do investigador, a necessidade de inserir perguntas que não tinham sido primitivamente pensadas mas que após tal introdução temática se impõem pela obrigatoriedade de aprofundar os tópicos que não ficaram bem explícitos pelo sujeito (Mucchielli, 1994). O entrevistador pauta-se pelas perguntas-guia que desenvolveu e “a propósito das quais é imperativo receber uma informação por parte do entrevistado, (...) [não colocando] necessariamente todas as perguntas pela ordem que as anotou e sob a formulação prevista” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.192). Alcança-se, assim, uma entrevista que melhor espelha e absorve todo o contributo que cada entrevistado pode dar. Mitiga-se, portanto, a potencial resistência do entrevistado porque se adota o paradigma de que deve ser a entrevista a adaptar-se àquele e não o contrário (Atkinson, 1981; Mucchielli, 1994). Em súmula, e “tanto quanto possível, [o entrevistador] «deixará andar» o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e na ordem que lhe convier” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.192-193).

Os três guiões desenvolvidos para cada grupo de participantes foram beber a estudos outros que, apesar tratarem distintas figuras do desvio, permitiram orientar a recolha de informação pelo menos sob o ponto de vista da estruturação e das temáticas que são gerais às diferentes perspetivas em estudo: não faria sentido generalizar os guiões. Apesar de existir, como já se escreveu antes, uma linha de continuidade relativamente aos estudos de Cunha (2013), de Fernandes (2009), de Leal (2011) e de Moreira (2008), deslindam-se perspetivas de estudo que o investigador pode aprofundar relativamente à realidade dos sem-abrigo. O cunho pessoal do investigador encontra-se patente nas questões subvertidas à sua curiosidade sobre o tema e cujas respostas são o “sumo do estudo”. Os guiões tentam a perceção da realidade estudada conforme o prisma sob o qual é olhada, bem como “as leituras que [os envolvidos] fazem das suas

experiências” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.193). Na prática podemos olhar para os guiões de entrevista como fio-de-prumo que verticaliza os objetivos da mesma, cabendo ao investigador a tarefa de dirigir a entrevista sobre temáticas que conhece, colocando as questões pela ordem e do modo que considerar mais profícuo, “sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.64).

4.1.3. O gravador

As questões realizadas permitem ao entrevistado uma interpretação própria, completamente distinta daquela que o investigador pensou no momento em que as construiu. A resposta pode ser, para um mesmo guião, totalmente diferente entre entrevistados. Perante esta amplitude admitida mas simultaneamente enriquecedora do estudo, “seria um erro não captar o modo exacto como os respondentes reagem às questões” (Silva, 2009, p.27). É esta a pertinência da utilização do gravador que, aliada a questões de índole logística como o tempo para anotar as respostas, o tornam indispensável aos investigadores que utilizam métodos qualitativos (Patton, 1990). Permite, por outro lado, o registo cabal da informação que é transmitida: condição pragmática do ponto de vista da realização da análise de conteúdo. Permite igualmente interagir e olhar diretamente o entrevistado, espoletando-se a dimensão não-verbal que não irá ser registada mas que contribui para a interpretação daquilo que é dito e também para a criação de um certo clima relacional que favorece o andamento da entrevista. Acresce a forma como o gravador permite que o entrevistado sinta que tudo que aquilo que tem para transmitir é digno de registo, comprometendo-o, simultaneamente, num esforço para se envolver nas respostas, o que se traduz como positivo para o estudo.

Por outro lado, este instrumento de registo de informação poderá mostrar-se com algum prejuízo por se apresentar como condicionante da sinceridade de quem fala. Apesar do anonimato, as opiniões expostas podem ser negativamente influenciadas por tal objeto, tornando incontornável a inibição na comunicação. Pode, para potenciais entrevistados, ser causa da sua não participação, imperando a forma como o investigador deve enquadrar o entrevistado: eleva-se o fulcral papel do trabalho de campo e do próprio termo de consentimento informado (cf. Anexo 4).

4.1.4. O diário de campo

A opção pela realização de um estudo na linha etográfica exigiu uma “presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo e [um] contacto directo com

as pessoas e as situações” (Costa, 1986, p.129), possibilitando conhecer melhor o fenómeno dos sem-abrigo e suas dinâmicas. Os fenómenos sociais não podem ser reduzidos ao que deles dizem os indivíduos: são necessárias informações outras que podem ser reunidas por diferentes métodos, como a observação participante (Ghiglione & Matalon, 2001). Para esta tipologia de investigação tudo aquilo que é presenciado representa um decisivo contributo para a investigação. Mesmo que no campo da interpretação individual, tudo aquilo que foi registado permitiu consolidar conhecimento prático da realidade em estudo e, portanto, uma outra interação com os entrevistados.

Embora seleccionados, os apontamentos realizados no diário de campo traduzem o “olhar sobre uma situação sem que esta seja modificada” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.7). Constituindo um complemento da informação recolhida nas entrevistas, permitiu melhor conhecer uma realidade da qual muitos procuram distanciamento. Reportando somente os aspetos considerados pertinentes e dado que as notas de campo são totalmente desregradas (Emerson, Fretz, & Shaw, 2001), não se verifica um polimento para que sejam publicadas. O diário de campo debate-se com questões da subjetividade do investigador perante o cenário em que se inseriu. Puramente intimista, aquilo que o investigador achou digno de registo não deve ser totalmente exposto. Decidimos, por conseguinte, colocar em anexo (vd. Anexo 5) apenas algumas das notas de campo tomadas, acompanhadas de um mapa com localização aproximada dos locais onde foram realizadas as entrevistas (cf. Anexo 6) e respetivo registo fotográfico (cf. Anexo 7).

4.2. De análise de dados

4.2.1. Análise de conteúdo

“Tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo” (Henry & Moscovici, in Bardin, 1977, p.33). A informação recolhida por meio de entrevistas não é exceção, sendo obrigatório analisá-la. Somente desta forma é possível trazer para o meio científico o conhecimento cristalizado nas conclusões do estudo, tornando-se a análise de conteúdo “numa das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais” (Vala, 1986, p.101).

Nesse sentido, como instrumento de análise de dados dos estudos qualitativos (Ghiglione & Matalon, 2001), permite ir além de uma mera descrição da informação recolhida. A excelência deste instrumento (Krippendorff, 1980) resulta de um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (...) que permitam a

inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1977, p.42). Este conjunto de técnicas tem por finalidade “efectuar inferências sobre mensagens cujas características foram inventariadas ou categorizadas” (Vala, cit in Serrão & Pais, 2006, p.152). Quanto a essas inferências, importa que sejam identificadas de forma objetiva e sistemática, incidindo sobre o conteúdo e características das mensagens (Ghiglione & Matalon, 2001). Obedecendo aos critérios de objetividade, sistematização e lógica, procura estabelecer indicadores que consigam a categorização específica de toda a informação recolhida, garantindo a sua exclusividade e exaustividade (Bardin, 1977; Ghiglione & Matalon, 2001). Se a primeira diz respeito à obrigatoriedade de uma unidade de registo só poder ser colocada numa categoria, a segunda alerta para a necessidade de todas as unidades de registo (u.r.) deverem ser codificadas numa categoria.

A credibilidade deste instrumento de análise de dados está dependente da sujeição do seu procedimento a regras atinentes à amostragem de dados, fiabilidade e validade (Ghiglione & Matalon, 2001). Do ponto de vista da amostragem dos dados é importante referir que não existe um número ideal de entrevistas. É da heterogeneidade da população que esse número depende já que, se os temas em discussão se começarem a repetir sistematicamente, provavelmente as entrevistas que se seguem não trarão qualquer contributo (Leite, 2015). Desta forma, não seria correto tentar criar uma amostra representativa da população que estamos a estudar, já que “não se farão inferências globais e o número de pessoas inquiridas será reduzido” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.56).

A fiabilidade está “ligada ao processo de codificação e, por consequência, ao codificador e ao instrumento de codificação” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.195). Nesta linha, Krippendorff (1980) ensina que a fiabilidade está intimamente dependente da estabilidade, reprodutibilidade e exatidão. A estabilidade diz respeito à fiabilidade intra-codificador, isto é, “os resultados devem ser independentes daqueles que os produzem” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.195). Por seu turno, a reprodutibilidade diz respeito à fiabilidade inter-codificador, ou seja, “um conjunto de codificadores, operando sobre o mesmo texto, deve chegar aos mesmos resultados” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.195). A exatidão corresponde à capacidade da codificação seguir um padrão (Krippendorff, 1980), sendo tão maior quanto menos ambígua for a categoria usada (Ghiglione & Matalon, 2001). Daqui resulta a necessidade de “tornar as categorias e unidades de registo claras, definindo-as com rigor” (Serrão & Pais, 2006, p.153).

Relativamente à validade, esta pode ser vista como a “adaptação entre os objectivos e os fins sem distorção dos factos” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.196). Atravessando “todos os momentos da análise do conteúdo” (Pais, 2004, p.251), está relacionada com a qualidade dos resultados de investigação que levam a que estes sejam

acolhidos como factos incontestáveis (Krippendorff, 1980). Em consonância estão Carmo e Ferreira (1998, p.218) ao afirmarem que a validade “diz respeito à correspondência entre os resultados e a realidade, isto é, à necessidade de garantir que estes traduzam a realidade estudada”, devendo as categorias ser criadas com base na teoria estudada (Silva, 2009). Para que os resultados possam ser aceites, “todos os passos devem ser claros e justificados” (Pais, 2004, p.251).

Como instrumento de investigação, a análise de conteúdo pressupõe “objectivos e referentes teóricos” (Vala, 1986, p.109). Estando a problemática da investigação teoricamente formulada, estão criadas as condições necessárias para a definição das categorias, fase esta que reveste elevada importância e por isso deve primar pelo rigor (Ghiglione & Matalon, 2001). Como defende Weber (1985) uma categoria materializa-se como uma “representação simplificada dos dados brutos”, ou seja, “reúnem um grupo de elementos (...) sob um título genérico” (Bardin, 1977, p.117). Desta forma, “a inclusão de um segmento de texto numa categoria pressupõe a detecção dos indicadores relativos a essa categoria” (Vala, 1986, p.111). Esta operação de atribuição de sentido necessita de “validade interna de categorização” (Pais, 2004, p.252), que por si só pressupõe o cumprimento de critérios de exclusividade e exaustividade. Só assim se criam condições para que outros investigadores repliquem os mesmos procedimentos (Pais, 2004).

Como ensina Bardin (1977), a análise de conteúdo comporta em si três fases distintas. A primeira fase, de pré-análise, corresponde neste estudo a uma leitura flutuante das entrevistas onde nos deixamos “invadir por impressões e orientações” (Bardin, 1977, p.96) constantes no *corpus*, com vista ao estabelecimento de categorias. A segunda fase será a “exploração do material (...) [que consiste] na administração sistemática das decisões tomadas” (Bardin, 1977, p.101), isto é, a codificação dos materiais. Por último, procede-se ao “tratamento dos resultados obtidos e interpretação (...) [momento este em que] os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos («falantes») e válidos” (Bardin, 1977, p.101).

Suportada por um enquadramento teórico fundamentado e respeitando estes critérios, a análise de conteúdo protege-se das fragilidades que as inferências permitem idealizar, afastando toda a subjetividade inerente ao investigador. Foi o instrumento escolhido dado que pretendemos perceber o significado e as motivações dos atores envolvidos, para que não ficássemos por uma mera descrição quantitativa dos dados recolhidos. Destacamos a forma como este instrumento de análise de dados obriga o investigador, no momento da análise dos dados que recorreu no terreno, a pautar a mesma por índices elevados de disciplina e minúcia técnica, fazendo lembrar o rendilhar, do mais fino e complexo que se consiga imaginar.

5. Procedimento

A revisão do estado da arte materializa-se como basilar na presente investigação. De incontornável importância, obtempera ao critério de adequação ao problema de investigação formulado e tenta, entre as várias opções de construção teórica, enraizar o mais possível os diferentes resultados que decorram da parte empírica. Assiste-se, pois, ao traçar de um caminho teórico que é reflexo dos objetivos da investigação e suas opções metodológicas.

Partindo de um conceito abrangente – o sentimento de insegurança – introduzimos a componente das incividades como objeto multidisciplinar presente na urbe que permite, devidamente enquadrada num modelo integrativo, a explicação do sentimento de insegurança. Das repercussões às incividades associadas, aprofundámos as possíveis implicações para a atividade policial, discutindo a possibilidade de exigências securitárias.

Criado o sustentáculo teórico que enquadra genericamente o objeto em estudo e afunilando sob o ponto de vista da importância para a criação do problema de investigação, aprofundamos teoricamente algumas das dinâmicas do fenómeno dos sem-abrigo. Realizando uma primeira abordagem que os coloca como uma das figuras do desvio estudadas pela Escola Sociológica de Chicago, partimos para a análise das dinâmicas atinentes ao fenómeno propriamente dito. Nesse intento desenvolvemos um enquadramento conceptual em que levantamos temáticas que frequentemente são evitadas por tocarem na ferida social. Num segundo momento optámos por olhar os sem-abrigo sob o ponto de vista de uma temática com interesse estratégico para a polícia: as suas estratégias de sobrevivência.

Chegados ao problema de investigação – o fenómeno dos sem-abrigo como potenciador do sentimento de insegurança e a utilidade social que lhe pode ser atribuída – desenvolvemos um estudo científico qualitativo com aproximação etnográfica. Recorrendo à entrevista como instrumento de recolha de dados, usámos o trabalho de campo para desenvolver observação participante, que permite ao investigador diluir-se na realidade dos sem-abrigo. A pesquisa etnográfica e a observação participante a ela inerente pode ser vista “como um olhar sobre uma situação sem que esta seja modificada, olhar cuja intencionalidade é de natureza muito geral, actuando ao nível da escolha da situação e não ao nível do que deve ser observado na situação” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.7), tendo como objetivo a recolha de dados sobre a mesma. Segundo Costa (1986, p.135), o impacto da observação deve-se apresentar “negligenciável, [já que] é necessário que o investigador faça parte daquele contexto social ou esteja com ele fortemente familiarizado por socialização ou aproximação prévias”.

Concebida à luz da pesquisa bibliográfica e seguindo a estrutura teórica adotada, as entrevistas iniciam-se com algumas perguntas gerais acerca da (in)segurança na cidade do Porto. Das diferentes impressões inserimos, de seguida, o possível contributo dos sem-abrigo para essa relação. Uma vez lançada a associação entre os sem-abrigo e a (in)segurança, introduzimos perguntas que remetem para a utilidade social daquelas figuras que, apesar de frequentemente associadas ao desvio, podem contribuir para a prevenção criminal ou ser até fonte de informação policial. Por último, realizámos perguntas outras que remetem incisivamente para o objeto em estudo: as razões que os levaram a ficar sem-abrigo, por exemplo.

No que à realização de entrevistas diz respeito, eram os sem-abrigo que, pelo menos no plano teórico, se anteviam de mais difícil acesso. Na verdade, quem parte para uma investigação deste género tem que reconhecer que pode não conseguir realizar as entrevistas pretendidas: caso contrário expõe um completo desconhecimento do fenómeno que está a estudar. Efetivamente, a teoria corroborou a prática uma vez que realizar algumas das entrevistas foi um verdadeiro desafio. A recolha de dados junto destas “populações ocultas” é difícil. Para esse objetivo último, o de conseguir realizar entrevistas aos sem-abrigo, tornava-se obrigatória a delineação da abordagem a ser feita: porque de forma isolada e desenquadrada tal não seria possível. Reunindo com as responsáveis do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) do Porto, chegou-se àquele que viria a ser determinante para a recolha de dados: uma pessoa que é caso de sucesso da intervenção daquele núcleo.

Como ensinam Ghiglione e Matalon (2001, p.7), “utilizar pessoas bem colocadas como informantes, inquirir informadores privilegiados de qualidade (...) é muitas vezes indispensável para reconstituir e analisar um processo social”, funcionando como facilitadores da recolha de informação. O nosso informante privilegiado (Burgess, 2001): um ex sem-abrigo, na figura de educador de paz da ONG Médicos do Mundo. O acompanhamento das equipas de rua daquela ONG permitiu conviver de perto com os sem-abrigo e o cruzamento com os mesmos. No entanto, devido à forte afluência dos que procuram os serviços fornecidos por aquelas equipas, optou-se por uma abordagem mais seletiva. Assim, acompanhámos este antigo sem-abrigo pelas ruas do Porto, num verdadeiro roteiro de histórias de sobrevivência e de experiências que apenas ele poderia proporcionar. Partia dele a iniciativa da escolha dos potenciais entrevistados assim como era ele o responsável pela primeira abordagem: conhecia aqueles que eram mais colaboradores, os que àquela hora não estavam muito embriagados ou sob influência de outras substâncias psicoativas. A sua figura quebrava as barreiras iniciais: se estávamos com ele então também deveríamos ser alguém em quem os sem-abrigo podiam confiar. Afinal, o nosso informante já tinha pernoitado com alguns na rua. Ainda que na presença

de alguém que reconheciam como um par, alguns, pelo estado de alteração associado a distintas dependências, excluía-se automaticamente da sua possível colaboração.

A seleção dos participantes comerciantes obedeceu a um único critério de seleção: os estabelecimentos comerciais serem na Rua Santa Catarina. Nesta rua os sem-abrigo fazem-se notar em toda a sua extensão, pelo que seria importante que os entrevistados tivessem uma mesma realidade base, sob a qual formariam as suas impressões. Importante será notar como se mostraram, por vezes, renitentes quanto à sua participação. O facto de estarem a trabalhar surgiu como justificação. No entanto foi notória, por parte de alguns, a forma como fora a explanação dos objetivos do estudo que os deixou receosos, refugiando-se precisamente na desculpa do horário de trabalho.

Os elementos policiais, por outro lado, rapidamente reconheceram a pertinência do estudo, contribuindo de imediato para o mesmo após autorização via canal técnico hierárquico (vd. Anexos 8 e 9). A sua seleção não obedeceu a um qualquer critério que não a prestação de serviço na Polícia Municipal do Porto, que lhes proporciona, devido à sua natureza de polícia administrativa, um frequente contacto com a população sem-abrigo.

Todos os entrevistados, cuja participação foi livre e previamente esclarecida, foram informados acerca do âmbito e objetivos do estudo. Dada a garantia de anonimato, foi solicitada a autorização para a gravação das entrevistas, a fim de se proceder à sua transcrição e posterior tratamento dos dados recolhidos (conforme o termo de consentimento informado que assinaram; vd. Anexo 4).

O método utilizado permitiu a recolha de dados que constituíram o *corpus* da investigação. Sobre ele procedeu-se à análise de conteúdo, respeitando os demais critérios de validade e fiabilidade, tendo-se contado, no caso da fiabilidade inter-codificador, com a participação de uma investigadora com experiência em análise de conteúdo. Como ensina Pais (2004), usou-se um procedimento misto de análise que combina procedimentos “fechados” e “abertos ou exploratórios” (Ghiglione & Matalon, 2001). Se os primeiros se baseiam na pesquisa teórica efetuada e da qual resultam categorias previamente definidas, já os segundos permitem a inclusão de novas categorias, “emergindo [estas] do próprio *corpus* quando ficam evidentes certas propriedades características dos textos” (Pais, 2004, p.254). Desenvolveu-se um quadro categorial onde estão formuladas pré-categorias, categorias e subcategorias, tendo sido realizada a sua codificação “através da saturação daquelas pelas unidades de registo” (Serrão & Pais, 2006, p.154), no caso, proposições, considerando os critérios de exaustividade e exclusividade (Bardin, 1977; Krippendorff, 1980; Pais, 2004; Vala, 1986). Para a interpretação dos resultados obtidos foi feita uma contagem das unidades codificadas, verificando-se a sua agregação e prevalência,

procedendo-se a uma posterior exemplificação que permite o leitor melhor interpretar as diferentes definições.

No que respeita à construção da grelha categorial (vd. Anexo 11), de destacar que foi construída tendo por base os estudos de Cunha (2013), de Fernandes (2009), de Leal (2011) e de Moreira (2008). Partindo da grelha que todos utilizaram, sempre com as necessárias adaptações em função do objeto específico de cada um, houve também a necessidade de, em razão das especificidades inerentes ao objeto, proceder às seguintes alterações: 1) extinção da categoria A8; 2) extinção da categoria B6; 3) extinção da categoria C1, integrando as categorias C1, C2, C3 e C4 intituladas, respetivamente, “Impressão de segurança”, “Impressão de insegurança na sua generalidade”, “Impressão de insegurança por via de ilícitos criminais”, “Impressão de insegurança por via de incivildades e seus autores” e “Impressão de insegurança por via de espaços urbanos”; 4) extinção da categoria F1 que, pela própria definição, passa a integrar a categoria E5; 5) formulação das categorias E6 e E7, respetivamente, “Responsabilidade não é da polícia” e “Os sem-abrigo recusam ajuda”; 6) substituição da previamente extinta categoria F1 por outra denominada “Reações perante o fenómeno” nas quais integram oito sub-categorias; 7) extinção da pré-categoria H, integrando outra denominada “Fenómenos associados aos sem-abrigo”; 8) extinção das categorias I3 e I4 com nova formulação das categorias I8 e I9; 9) formulação das categorias J5, J6 e J7; 10) extinção das categorias K1, L1, L2, L3, M1, N1, O1, O2.

III – RESULTADOS

1. Apresentação

1.1. Pré-categorias

A informação que conheceu maior expressão foi aquela em que os entrevistados dão conta da percepção de (in)segurança, na sua vertente subjetiva, em face da figura dos sem-abrigo (A = 174 u.r.). Quando questionados sobre as temáticas que enquadram esta pré-categoria, referiram a forma como os sem-abrigo contribuem, ou não, para o sentimento de insegurança; que diferentes ações em prol da segurança reconhecem nos sem-abrigo; a sua possível associação à segurança no sentido da prevenção de certos ilícitos criminais; e, a ideia de risco (para o próprio ou seus bens) que associam aos sem-abrigo. Também com grande prevalência surgem as menções sobre a relação entre a polícia e os sem-abrigo (J = 140 u.r.), considerando as suas diferentes dimensões. As respostas evidenciam a importância dessa relação, o reconhecimento dos sem-abrigo como fonte de informação da polícia, as limitações legais à atuação policial, bem como a eficácia dessa atuação.

Assiste-se, por conseguinte, ao destaque discursivo de duas temáticas relativamente às demais, que reconhecem nos entrevistados semelhante expressão, desde logo, pelo número muito aproximado de u.r. arrecadadas. Tal constatação assume particular interesse para a investigação já que são precisamente as temáticas preferidas pelos entrevistados que constituem o cerne da mesma.

No decorrer das entrevistas foi repetida a tentativa de atribuir responsabilidades pelo atual estado em que se encontra o fenómeno dos sem-abrigo (E = 81 u.r.). Frequentemente apontado como responsável está o Estado cujo dever de atuação não é corretamente concretizado. Também mencionada é a recusa de ajuda dos sem-abrigo, assim como a possível responsabilidade da polícia neste complexo cenário de culpabilização.

A associação entre os sem-abrigo e a vertente objetiva do sentimento de insegurança, isto é, da sua relação com o crime está também presente nos diferentes discursos (B = 78 u.r.). Refutam genericamente uma possível associação dos sem-abrigo como autores de ilícitos criminais adiantando até, em sentido contrário, a forma como podem contribuir para evitar ou diminuir a ocorrência de crimes como furto, roubo ou dano.

São referidos os possíveis efeitos do fenómeno dos sem-abrigo para a atividade dos comerciantes e para a atuação policial (D = 75 u.r.). Atribui-se alguma influência negativa, nem que seja indireta, pelo transtorno que provocam ao turismo, principalmente pela má imagem que dão à cidade. É reconhecido enquanto problema para a atividade policial porque trazem um acréscimo de ocorrências policiais a resolver mas admite-se, igualmente, que a resolução das mesmas são rápidas principalmente pela colaboração dos sem-abrigo nesta matéria.

Os possíveis fatores que podem levar ao recurso da vida como sem-abrigo (I = 73 u.r.) também são referenciados pelos diferentes entrevistados: de problemas económicos em geral a outros estritamente profissionais, passando pelos de índole familiar como pela dependência de substâncias psicoativas e álcool.

A possível diferença entre as u.r. arrecadas entre as pré-categorias com maior representatividade e as restantes resultará, eventualmente, pela própria construção do guião de entrevista que direcionava o entrevistado para áreas de particular interesse para esta investigação, mas resulta, também e essencialmente, pela forma como foram os próprios entrevistados a destacar certas temáticas em detrimento de outras. Veja-se um exemplo que patrocina a forma como os sujeitos entrevistados desenvolvem mais o seu discurso nas questões que lhes suscitam mais interesse: quando interrogados acerca dos fatores que motivam o recurso à vida de sem-abrigo descriminavam meramente os que mais achavam importantes; quando tocada a temática que olha a relação dos sem-abrigo com o sentimento de insegurança, enunciavam repetidamente certas ideias e davam variados exemplos para as mesmas.

Não deve, porém, ser estranhada tal diferença. A análise de conteúdo é isso mesmo: notar as temáticas com maior prevalência nos discursos dos entrevistados, não esquecendo também que um assunto, ainda que apenas referido uma vez, pode ter igual relevância para efeito da discussão dos resultados.

1.2. Categorias e subcategorias

Torna-se relevante aumentar o nível de detalhe da análise e por isso apresentar os resultados ao nível das categorias e, quando aplicável, respetivas subcategorias (cf. Anexo 12). Importa perceber como é que as u.r. foram distribuídas pelas categorias que compõem as pré-categorias previamente definidas (e analisadas no ponto capitular anterior), mas também pelas que foram emergindo com a análise realizada, num justo e exigível equilíbrio da relevância das mesmas para a investigação.

No que é relativo à percepção da insegurança e o fenómeno dos sem-abrigo (A = 174 u.r.), os entrevistados tendem a inscrever estes últimos e/ou fenómenos a eles associados no quadro das realidades que provocam insegurança, ou seja, apontam a existência de aspetos indutores de insegurança associados aos sem-abrigo (A5 = 66 u.r.). É possível notar que não é propriamente a condição de sem-abrigo que os insere nesse enredo inseguritário mas sim os fenómenos a que se associam e representam. Em sentido contrário, existe também a percepção do não reconhecimento dos sem-abrigo como um fenómeno que aumente *per si* a insegurança, já que alguns polícias e comerciantes entrevistados não veem os sem-abrigo como capazes de aumentar o seu sentimento de insegurança (A1 = 23 u.r.) e os próprios sem-abrigo não tendem a rever-se na condição de alguém que aumenta esse sentimento (A2 = 11 u.r.).

De salientar são as explanações que dão a conhecer a forma como os sem-abrigo podem efetivamente estar associados à segurança impedindo, direta ou indiretamente, o cometimento de ilícitos criminais (A3 = 22 u.r.). De ressaltar que a ideia contrária, a da não associação dos sem-abrigo à segurança (A7 = 6 u.r.), tem pouca expressividade atestando a ideia de que os entrevistados pensam, na sua generalidade, a forma como os sem-abrigo podem evitar a ocorrência de alguns crimes. Nesta linha, são reconhecidas ações dos sem-abrigo em prol da segurança (A4 = 30 u.r.), isto é, de comportamentos reais que tentaram efetivamente evitar a prática de ilícitos criminais.

Resumindo, no momento de associar a figura dos sem-abrigo ao sentimento de insegurança, as opiniões dividem-se entre entrevistados e, num aparente paradoxo, um mesmo entrevistado é capaz de fazer uma leitura ambivalente do fenómeno: é capaz de o inserir, num primeiro momento, no quadro do sentimento de insegurança mas também o pensa, num segundo momento, como um potencial contributo para a segurança. É, pois, possível equacionar a ambiguidade que cerca este objeto.

Do ponto de vista da relação dos sem-abrigo com a prática de crimes, isto é, quando pensada a sua relação com a insegurança na sua vertente objetiva, os sujeitos entrevistados dão a conhecer tanto uma ligação positiva como negativa (B1 = 41 u.r.). No entanto, importa destacar que 27 dessas u.r. negam essa possível associação. Para além de a generalidade dos entrevistados não olharem os sem-abrigo como uma fonte material do crime, alguns ainda o associam como um alguém que é capaz de diminuir os índices de certas tipologias criminais específicas, destacando o crime contra o património como o furto ou o dano (B4 = 5 u.r.). Quanto à ocorrência de agressões ou insultos, impera a opinião de que essa relação é inexistente (B3 = 20 u.r.), admitindo-se, porém, que podem ocorrer principalmente no momento em que os sem-abrigo são obrigados a abandonar um espaço (B5 = 12 u.r.).

Relativamente ao enquadramento das questões da insegurança e a cidade do Porto, é transmitida a impressão genérica de uma cidade segura (C1 = 56 u.r.). No entanto, os entrevistados dão também conta da sua impressão de insegurança relativamente à cidade. Se alguns dizem ter uma impressão de insegurança na generalidade (C2 = 22 u.r.), outros atribuem causas exatas para tal sentimento. Entre essas causas está a existência de certos crimes (C3 = 52 u.r.), a existência de incivildades e seus autores (C4 = 38 u.r.) e a forma como sentem que a cidade do Porto é insegura por nela existirem espaços urbanos em específico e aos quais associam aspetos indutores de insegurança (C5 = 62 u.r.). Por conseguinte, a agregação destes resultados parece constituir um indicador de que há muito a fazer no que diz respeito ao sentimento de insegurança dos residentes na cidade do Porto (e, porventura, dos seus turistas). Cruzando os resultados, relembrando as possíveis responsabilidades por este fenómeno, parece estar fundada a pertinência desta investigação para a polícia, a quem cabe lidar com o sentimento de insegurança e, por conseguinte, com os fenómenos que o potenciam.

No que é tocante aos efeitos dos sem-abrigo para outras atividades (D = 75 u.r.), os comerciantes tendem a defender que o fenómeno dos sem-abrigo tem implicações para o seu negócio (D2 = 23 u.r.). Apesar de menos representativos existem também discursos que defendem a ideia contrária, isto é, a da não implicação para a sua atividade (D1 = 6 u.r.). Já para a atuação policial são notórias as implicações acrescidas nomeadamente pelo reconhecimento da necessidade de intervenção junto daquela população que traz acréscimos quanto ao volume de ocorrências policiais (D3 = 27 u.r.). Por outro lado, é trazido para debate a forma como os sem-abrigo não causam problemas para a atuação policial uma vez que as intervenções junto desta população, apesar de existirem, são facilmente resolvidas (D4 = 19 u.r.).

Quando os discursos tocam a questão da responsabilidade pelo atual estado do fenómeno dos sem-abrigo, surge à cabeça o Estado principalmente pela sua aparente omissão no dever de atuação (E3 = 27 u.r.). Pragmática é a frequente atribuição das culpas aos próprios sem-abrigo pela forma como tendem a recusar a ajuda de terceiros (E7 = 16 u.r.). Ainda em sede de responsabilidades, se alguns dos entrevistados atribuem culpas à polícia (E1 = 11 u.r.) principalmente pela condescendência perante o fenómeno, outros refutam totalmente essa ideia de responsabilização policial (E6 = 9 u.r.). Neste sentido, é interessante olhar a forma como são reconhecidas limitações de vária ordem à atuação policial, que levam à atuação possível por parte da polícia perante os sem-abrigo (E2 = 13 u.r.) mas também a uma atuação policial vista como inconsequente (E5 = 5 u.r.).

Uma das temáticas visadas pelos entrevistados prende-se com as diferentes formas como pensam e/ou enfrentam o fenómeno. Este ponto particular surge com elevada relevância, podendo até constituir relativa surpresa a forma como os indivíduos

entrevistados, principalmente os sem-abrigo, deram conta da existência de relações interpessoais positivas entre si e os restantes cidadãos (F1.6 = 45 u.r.). Tal facto poderá ir ao encontro da forma como os entrevistados conhecem e estão atentos para o fenómeno dos sem-abrigo e suas dinâmicas reconhecendo, por exemplo, a dificuldade efetiva de saírem dessa situação (F1.1 = 44 u.r.). Apesar de pouco representativa, merece especial atenção a forma como os entrevistados mostraram marcas reais de confiança (F1.8 = 3 u.r.) surgindo como exemplo, por parte de um dos sem-abrigo, o seu acolhimento na casa de um dos moradores da rua onde pernoita pela existência de condições climáticas fortemente adversas. Marcado no discurso dos sujeitos entrevistados está o sentimento de pena perante o fenómeno em estudo (F1.2 = 15 u.r.), mas também a forma como desenvolvem medidas de evitamento perante os sem-abrigo, no sentido de evitar o contacto com eles (F1.5 = 15 u.r.). Tendo em conta que são os discursos dos elementos policiais entrevistados que mais destacam as medidas de evitamento, é possível equacionar a forma como, particularmente fora do desempenho do seu serviço, aqueles não são de facto tão diferentes dos demais cidadãos no que ao sentimento de insegurança diz respeito: são afetados por receios e medos distintos, entre os quais poderão também estar os sem-abrigo. Podemos até pensar a forma como são os primeiros a desenvolver certas medidas de evitamento em razão da presença de distintas realidades securitárias no seu quotidiano. Na prática, os conhecimentos que têm sobre a cidade que patrulham e os atores que a frequentam tornam-nos um conhecedor privilegiado que o permite reduzir o risco de vitimização: sabem quais os locais com maior frequência de certas tipologias criminais mas também sabem, por exemplo, em que locais costumam estar certos sem-abrigo com uma estratégia de mendicidade mais forçada. Partindo desse conhecimento vão desenvolver medidas no sentido de evitar ambas as realidades.

O fenómeno dos sem-abrigo e a sua capacidade para promover o incómodo nas pessoas não constitui novidade. Auscultados os fatores nos sem-abrigo suscetíveis de provocar tal incómodo, surgiram oito cenários justificativos que indiciam esta tendência. Entre elas, parece ser a falta de higiene e consequente risco para a saúde pública que mais incomoda os entrevistados (G1.5 = 38 u.r.). A conspurcação da via pública (G1.4 = 25 u.r.) aliada à apresentação geral e o mau aspeto dos sem-abrigo também são suscetíveis de incomodar os entrevistados (G1.3 = 21 u.r.). Curiosos (mas também alarmantes) são os discursos que se alinham no sentido de afirmar que a presença dos sem-abrigo *per si* é suficiente para os incomodar (G1.1 = 13 u.r.).

Emergindo da análise, é possível notar no discurso dos entrevistados a forma como frequentemente é feita uma associação dos sem-abrigo a outros fenómenos capazes de os caracterizar (H1 = 77 u.r.), a qual, como veremos de seguida, acaba por não constituir propriamente uma novidade tendo em conta as figuras a que surgem ligados. Ao encontro

dos demais resultados, destacam-se os discursos que ligam a figura do mendigo ao sem-abrigo (H1.6 = 21u.r.). Segue-se a toxicodependência (H1.4 = 16 u.r.) quase que de mão dada com o alcoolismo (H1.5 = 15 u.r.): porque a associação de um trazia quase sempre o outro a reboque.

Quando o tema é os fatores que motivam o recurso à vida de sem-abrigo, os entrevistados adiantam como mais frequente a instabilidade familiar (I5 = 21 u.r.). Segue-se a ideia de que para ficarem sem-abrigo, por norma, não está presente um só fator mas vários em concorrência (I9 = 14 u.r.), entre os quais a dependência de estupefacientes ou álcool (I2 = 13 u.r.), motivos económicos em geral (E1 = 10 u.r.), instabilidade no trabalho (I6 = 7 u.r.) ou a existência de acontecimentos marcantes (I7 = 3 u.r.).

Por último, quando questionados acerca da coexistência entre os sem-abrigo e a polícia, bem como do possível contributo dos primeiros para a atividade da segunda, é dada relevância à qualidade dos sem-abrigo enquanto fonte de informação policial (J2 = 55 u.r.). Importa notar que apenas cinco destas u.r. dão conta da forma como é necessário ter precauções extras quanto aos sem-abrigo já que estes podem não constituir uma fonte de informação totalmente credível. Surge, com pouca expressividade e em sentido contrário, a ideia de que os sem-abrigo não podem ser olhados como fontes de informação policial principalmente pela necessária confiança prévia para conseguir aprofundar tal relação (J4 = 3 u.r.). Quando o tema é a existência de relações e coexistência entre os polícias e os sem-abrigo (J1 = 47 u.r.), é transmitida a ideia geral de relações positivas entre os mesmos já que apenas quatro dessas u.r. caracterizam como negativa a relação sem-abrigo/polícia. Para certos entrevistados os sem-abrigo não constituem qualquer tipo de prioridade para a polícia (J5 = 9 u.r.) mas tal facto não invalida que a atuação policial junto daquela população seja pautada por níveis de eficácia (J6 = 11 u.r.). Apesar de pouco mencionada, é relevante a constatação das limitações legais da atuação da polícia perante os sem-abrigo (J7 = 3 u.r.).

2. Discussão

2.1. Cidade do Porto: que sentimento de (in)segurança?

Apesar de, num primeiro momento, a maioria dos entrevistados transmitir uma impressão genérica de segurança acabam por ter, depois, um discurso que remete para vários fatores indutores de insegurança na cidade. Indagados sobre a caracterização da cidade em termos de segurança, todos os elementos policiais dão a conhecer a forma como a olham e sentem “segura” (Pol1), onde não é necessário “andar com cautela e sempre com atenção” (Pol5). Fazendo por vezes a distinção entre o período diurno e o noturno, a ideia geral é de que o Porto é passível de ser adjetivado como seguro (“durante o dia não me parece uma cidade com insegurança, muito pelo contrário” – Pol2). É considerada até uma “cidade segura comparativamente a outras cidades europeias e até Lisboa” (Pol4). A segurança “põe a cidade do Porto, que é um destino do turismo, com essa vantagem” (Pol3). Por seu turno, os comerciantes não são unânimes no momento de caracterizar a cidade do Porto quanto à segurança. Desde respostas que vão de um confiante “sinto-me segura” (Com2) a outras mais tímidas como “a segurança...vai havendo” (Com3), passando por constatações prudentes como “a nível de segurança não está muito mal” (Com4). Apesar de na maioria reconhecerem que a cidade vai podendo ser caracterizada como segura, também é apresentada a ideia contrária: a cidade é “péssima, não se sente segurança” (Com1). Se uns reconhecem que não têm razão para se sentirem inseguros (“não tenho razão de queixa” – Com2) outros admitem que “em geral o Porto torna-se um bocadinho inseguro” (Com1). Noutra perspetiva, os sem-abrigo são mais pragmáticos nas suas respostas. Se uns transmitem a ideia de que a cidade é realmente insegura (“Pessimamente, mas mesmo mesmo péssimo” – Sab1), outros pensam que ao nível “da segurança ... é segura” (Sab2), alertando também que é “um pouco duvidosa” (Sab3) nesse aspeto. No entanto, quando comparado com o passado, o Porto parece ser uma cidade que melhorou ao nível da segurança (“Eles agora patrulham as noites, já andam mais em cima da juventude” – Com4).

No momento em que os entrevistados iniciam o discurso que remete para os vários fatores indutores de insegurança na cidade, de forma sistemática, referem os ilícitos criminais com maior prevalência; alguns espaços urbanos presentes nos seus imaginários de insegurança; certas incivildades e seus autores: corroborando a ideia de complementaridade do sentimento de insegurança. O discurso que apresentam é muito semelhante já que os crimes são praticamente os mesmos, os locais mais inseguros não variam muito, as figuras que personificam incivildades também não. É, pois, possível

pensar a forma como ainda existem algumas medidas a desenvolver no sentido de mitigar o sentimento de insegurança daqueles que residem na cidade do Porto. Vejamos, tendo por base os discursos dos entrevistados, as causas que deveriam ser alvo de tais medidas.

Quanto aos ilícitos criminais, a generalidade dos participantes vai no mesmo sentido adiantando principalmente os crimes contra a propriedade, mormente o furto de/em veículos e o furto em habitações (“o furto de veículos, furto de habitações (...) [é] o que as pessoas normalmente mais se queixam” – Pol1). Para além dos também referidos crimes contra as pessoas, sobretudo sob a forma de ofensas à integridade física, os discursos vão invariavelmente tocar também “o comércio da droga” (Pol3). Efetivamente, o tráfico de droga é apontado como paradigmático (“o tráfico de droga (...) é abundante aqui no Porto” – Pol5) e a reboque do qual estão um conjunto de fenómenos criminais outros que tendem a sobre ele orbitar, sendo o tráfico “que desencadeia uma série de crimes” (Pol5): “como sabe eles precisam de dinheiro para adquirir os estupefacientes” (Pol4). Neste âmbito, existe uma culpabilização das pessoas pelo “desleixo (...) [que está patente ao] deixarem objetos de valor como casacos, computadores e malas à mostra” (Pol3), transmitindo a ideia de que a oportunidade subjaz grande parte da criminalidade na cidade. “O risco de sermos vítimas de crime às vezes tem que ver com a oportunidade daqueles que se dedicam a esse tipo de situações” (Pol5). Afinal, “a segurança é feita por cada um de nós” (Pol3). No geral é refutada a ideia da existência de criminalidade organizada e violenta (“criminalidade organizada e tudo não há tanto” – Pol1; “[só] daqueles assaltos mais ligeiros” – Com3; “a nível criminal não tenho conhecimento de casos assim graves” – Pol2).

Para além dos crimes, todos os entrevistados mostraram uma tendência natural em associar certos locais à insegurança: o sentimento de insegurança tem, pois, lugares. A maioria dos discursos inicia-se com a pronta e estigmatizada rotulação dos “bairros” – Com1 (“os locais mais inseguros da cidade do Porto que nos dão alguns problemas (...) para mim são os bairros sociais” – Pol3; “os locais mais inseguros são essencialmente onde se localizam os bairros sociais” – Pol4). Como nos mostra Fernandes (1999, 2004), é possível equacionar a forma como alguns desses lugares de evitamentos estão subvertidos ao rumor securizante, fazendo dos discursos do medo os seus cenários de insegurança: “os sítios que acho mais inseguros, que não conheço muito bem porque não os frequento, são os bairros” (Pol2); “eu, por aquilo que as pessoas normalmente falam, os bairros principalmente a zona ali do Aleixo” (Pol 5). Na prática são poucos os que sabem justificar a razão pela qual fazem tal associação, sendo possível admitir que “existe o estigma de que determinados locais já são logo rotulados de perigosos” (Pol5). No momento em que iniciam a enumeração dos mesmos são frequentemente referidos o Bairro da Pasteleira, o Bairro do Cerco, o Bairro Pinheiro Torres e o Bairro da Sé. É possível verificar, como seria expectável, a forma como os lugares do tráfico parecem constituir

critério para a rotulação de um local como perigoso (“os locais mais inseguros (...) são zonas como a Sé do Porto (...) onde há bastante tráfico de droga” – Pol4; “para mim é a Batalha (...) porque ali circula todo o tipo de droga, de tráfico” – Com5; “os lugares do tráfico de droga e de consumo de droga (...) são suscetíveis de haver perigosidade” – Pol4). Sobre estes locais, remetidos para os mapas dos medos individuais, são desenvolvidas medidas de evitamento: “as pessoas têm medo de entrar, ou são moradores ou então evitam passar por esses locais” (Pol3). Foram ainda frequentemente aludidos, principalmente pelos sem-abrigo, locais mais centrais na cidade como a Ribeira, a Batalha, a Estação de São Bento, o Marquês, o Heroísmo e Campanhã. Parece, pois, que os sem-abrigo limitam fisicamente os seus cenários de insegurança com base na realidade que efetivamente conhecem, nos sítios que efetivamente vão frequentando e dos quais têm inúmeras histórias que remetem para o medo. Constata-se a forma como os lugares variam entre os polícias e os sem-abrigo. Se para os primeiros são os locais conotados ao tráfico de estupefaciente que mais relevam, para os segundos parecem ser os locais que já lhes provocaram algum desconforto securitário que imperam. Tal destrição pode resultar, desde logo, pelas distintas preocupações que patrocina o quotidiano destas duas personagens do enredo urbano: os polícias preocupam-se com questões de índole maioritariamente criminal e os sem-abrigo olham a segurança numa perspetiva mais vasta, para tudo o que é possível de colocar em causa o seu bem-estar. Com superior especificidade foi também referida a Rua Escura (pertence ao Bairro da Sé) e a Rua de Santa Catarina (“Santa Catarina para mim é um lugar (...) mesmo inseguro” – Com1; “aqui a Rua de Santa Catarina está má” – Com4). Curioso será notar, em contraste com alguns discursos que parecem ter parado no tempo, a forma como parece existir uma dinâmica citadina que torna locais outrora conotados à insegurança como seguros: “A ribeira hoje está completamente diferente” (Pol2); “ali a zona dos Clérigos e da Ribeira, está muito melhor” (Com4).

Tornando pertinente não centrar a emergência da insegurança no crime (Lourenço, 2009), no que toca às incivildades e sua associação à insegurança (Fernandes & Carvalho, 2000), foram os arrumadores de automóveis os mais preponderantes, cujo “único problema (...) é dar a moeda, porque o carro está guardado. Não assaltam carros onde está o arrumador” (Pol2). Sem que fosse tocado o possível papel dos sem-abrigo, foram os próprios entrevistados a dar conta de que também eles se “tornaram causa de insegurança” (Com1), o que permite constatar que esta é uma figura cujo papel neste cenário deve ser estudado. Seguem-se os toxicodependentes “que já não sabem o que fazem e metem-se com qualquer um” (Pol5): “nota-se imensos drogados (...) que causam insegurança” (Com2). A prostituição “existe mas não é preocupante” (Pol1). A par dos ciganos, um último apontamento para a existência de estrangeiros que se dedicam ao crime como os romenos e os búlgaros: “ainda a semana passada partiram ali o vidro de uma loja” (Sab1).

Independente de atores que frequentemente associados ao desvio, surge como incivilidade mais referida o ruído: “às vezes estamos aqui deitados e vem cada berro por aí abaixo” (Sab4).

É possível observar como a cidade do Porto patrocina um sentimento de insegurança à imagem do que apresentamos ao longo da presente investigação: resultado de um amontoar de causas que se ancoraram nos numerosos pontos das incertezas que povoam a vida na urbe e que não se esgotam no crime (Lagrange, 1984, 1995; Robert & Pottier, 1997; Roché, 1993, 1998; Skogan, 1990). É possível descrever o roteiro das suas zonas de má fama, os locais frequentados por atores e atividades consideradas desviantes, a toponímia dos evitamentos e dos percursos alternativos que o cidadão médio empreende ao circular pela urbe: expressão clara duma estratégia de prevenção situacional do risco. O medo à cidade, suportado pelo sentimento de insegurança, é patrocinado pelos fantasmas da cidade onde se diluem figuras anónimas do desvio, cuja perigosidade se liga à desintegração, ao desenraizamento e à vagabundagem. Afinal, qual o papel dos sem-abrigo neste denso e emaranhado cenário da insegurança?

2.2. O contributo dos sem-abrigo para o sentimento de insegurança

Por forma a estabelecer uma possível relação entre as figuras anónimas que habitam a urbe e o sentimento de insegurança, sondar aqueles que a frequentam parece ser o melhor caminho. Afinal, que dinâmicas atinentes ao fenómeno o coloca nos demais imaginários da insegurança?

Tendo por objetivo materializar uma análise plena deste panorama potencialmente inseguritário numa cidade repleta de novas incertezas (Matias & Fernandes, 2009) começámos por ouvir os próprios sem-abrigo. A maioria dos entrevistados, quando interrogados quanto ao seu possível contributo para o sentimento de insegurança, tende a negar tal relação e inicia um discurso de uma aparente desculpabilização do eu (“eu não faço mal a ninguém” – Sab2; “por medo ou insegurança, pelo menos no meu caso, nunca olharam para mim como os tenha posto inseguros” – Sab4). No entanto, com relevo, um dos sem-abrigo assume que as pessoas podem sentir-se inseguras quando em contacto com eles. Interessante será pensar que este discurso que equaciona os sem-abrigo como potenciador do sentimento de insegurança resulta de alguém que está há menos de um ano nessa condição: poderá, num primeiro momento, ter pensado na forma como os revia antes de também estar nessa condição? Uma coisa é certa: depois daquela quente e intuitiva resposta adotou um discurso que tentava remediar o que tinha dito, concluindo que “são poucas as pessoas que evitam falar com um sem-abrigo. Antigamente talvez...”

(Sab3). Quanto se fala de insegurança torna-se observável a necessidade que têm de mostrar que da parte deles não existe qualquer risco para os demais cidadãos. Um sem-abrigo, quando interrogado neste quadro, tenta imediatamente transmitir inofensividade: porque “eu nem cuspo para o chão” (Sab1).

Uma segunda novidade resulta da constatação da forma como a maioria dos elementos policiais entrevistados não reveem os sem-abrigo como alguém a quem o sentimento de insegurança esteja obrigatoriamente ligado. Sentem, no entanto, a necessidade de se distanciarem dos demais cidadãos, mostrando que para estes últimos poderá existir algum receio. Assim, quando o tema é a relação dos sem-abrigo com a insegurança, os elementos policiais, ao contrário do que talvez seria expectável, nem sempre os têm presentes como significado de insegurança (“Para nós como polícias, não são um mal preocupante” – Pol1). Não os remetendo para esse quadro, reconhecem que “o sentimento de insegurança é muito subjetivo [logo] (...) eu não considero, [mas] se calhar faz alguma confusão a algumas pessoas” (Pol4): porque “há pessoas que os veem com bons olhos e há outras pessoas que os consideram uma ameaça” (Pol2). “Como cidadão (...) as pessoas assustam-se com eles” (Pol1), principalmente “quando eles começam a ser muitos” (Pol1). Conclui-se a forma como admitem que, para as restantes pessoas, os sem-abrigo podem constituir fator de insegurança principalmente porque “as pessoas estão um bocadinho mal informadas do que é o sem-abrigo” (Pol1), logo “se me colocar na pele de um cidadão que não está por dentro destes mecanismos e não compreende estas coisas, se calhar é um fator de insegurança” (Pol4). “É um fator de insegurança se nós não compreendermos o problema” (Pol3), pois “se eu vejo um indivíduo todo sujo, cabelo grande, barba por fazer, mau aspeto e se não compreender o problema vou-me sentir inseguro” (Pol3).

Por seu turno, os comerciantes entrevistados apresentam um discurso que vai no sentido geral do sem-abrigo como um contributo para o sentimento de insegurança. Encontram-se respostas que vão de tímidos contributos (“um bocadinho” – Com2) a outras que dão conta da maneira como não “podemos considerar os sem-abrigo como um todo” (Com3). “Não me parece que os sem-abrigo ganhem alguma coisa em provocar problemas à sociedade” (Com3), transmitindo a ideia de que cada caso é um caso. Uns dizem que “nem é tanto a nível de insegurança” (Com4) mas as pessoas “devem ter medo porque vem uma pessoa assim com mau aspeto, eu pelo menos tinha” (Com4). Efetivamente é transmitida a ideia de receio resultado de uma possível vitimização: “tenho receio de me aproximar de alguns deles (...) por ser assaltada, ser mal tratada” (Com2). “As pessoas têm medo” (Com2). Importante será enquadrar o cenário que possivelmente contribui decisivamente para as respostas dos comerciantes: a realidade da Rua de Santa Catarina, no que toca aos sem-abrigo, é quase única, pelo menos quando pensada a expressividade

com que se manifesta o fenómeno. Os sem-abrigo são inclusivamente referidos como particular causa de insegurança naquela rua, numa constante associação às implicações para o turismo: “julgo que os problemas aqui em Santa Catarina será (...) o incómodo que realmente os sem-abrigo fazem” (Com3), que “está a denegrir a imagem do Porto” (Com1). O problema de “Santa Catarina é mesmo os sem-abrigo” (Com4), sendo que “eu como turista noutros locais, quando me deparo com situações destas, não me sinto confortável” (Com3). De destacar ainda a perceção de um dos entrevistados que defende que “não são os nossos pobres que causam insegurança. São os romenos sem-abrigo: “porque ameaçam e são rudes, são violentos e insultam” (Com5). “Os nossos pobres não fazem mal a ninguém: querem dormir, barriguinha cheia e que ninguém os chateie” (Com5). Esta nova realidade, dotada de elevada complexidade, traz a si aliada dinâmicas com as quais as polícias tem que saber lidar. A mobilidade das pessoas entre países dificulta o próprio controlo social, desde logo, pela forma como surgem na cidade figuras cujos rostos são novos, num ciclo de rotatividade bastante elevado. A polícia deve, pois, estar atenta a tais realidades que escondem inclusivamente fenómenos criminais, muitas vezes sob a forma de criminalidade organizada.

Quando se procura estabelecer uma ligação entre insegurança e os sem-abrigo, a conversa concentra-se principalmente numa mesma atividade: a mendicidade. É no momento em que são confrontadas pelos sem-abrigo que as pessoas tendem a sentir mais receio: “qualquer pessoa, mesmo o polícia (...) ou dá-lhe uma moeda ou fica com medo” (Pol5). Os entrevistados confirmam que parece ser esse o fundamento que inscreve estes indivíduos nas causas do sentimento de insegurança. “Temos uma pessoa que anda a pedir ao final do dia (...) ela agarra-se às pessoas, entra pelas lojas dentro é horrível” (Com1). Santa Catarina parece constituir um mercado de oportunidades principalmente para a sobrevivência económica, mas os excessos de uns criam um labirinto onde a insegurança está patente. Criou-se, naquela rua, uma imagem do sem-abrigo como o “indivíduo todo roto, todo porco, alguns bêbados e com os cães ali à porta” (Com5). Olha-se para a rua e os inúmeros atores do desvio que “estão completamente embriagados (...) [ou] ali a fumar ... droga” (Com1). Ao mendigar, metem-se com as diferentes pessoas “de certas idades que não se deviam meter” (Com1). “São um problema porque incomodam. As pessoas a passar e eles estão sempre em cima das pessoas” (Com4) levando a que, quando abordadas as pessoas “sintam medo” (Com3). Costumam inclusivamente dar alguma coisa, “alguns porque tenho medo e outros por pena” (Com2). Estão ali a “fazer barulho e entram na loja e incomodam os clientes” (Com1). “Eu não estou a dizer que eles sejam necessariamente perigosos mas têm uma postura que...” (Com3) leva a que as pessoas que se defrontam com eles tenham “medo. Tentam evitar” (Com1).

Como forma de se protegerem de uma possível ameaça são desenvolvidas medidas de evitamento (Amerio & Roccato, 2005; Briceño-León, 2002; Fernandes, 2003, 2006; Hunter, 1978; Wacquant, 2008), pois “é bom passar um bocadinho mais afastado talvez” (Pol1). “As pessoas veem o problema e são elas próprias a evitar o conflito ou até o contacto direto” (Pol3), desde logo, “a permanência na entrada de habitações (...) inibe as pessoas de poderem fluir, sair e entrar com segurança” (Pol4). “Há pessoas que evitam passar em Santa Catarina porque de uma ponta à outra é só pedir” (Com1). “Vejo pessoas que até atravessam para o outro lado da rua e vão até por todo o sítio” (Com5) porque é comum o “medo de ser abordada” (Com2).

De resto, uma possível associação dos sem-abrigo ao crime é genericamente refutada pelos elementos policiais: “Não tenho conhecimento dessa situação (...) de eles cometerem crimes” (Pol2); “parte criminal não há” (Pol1). Partindo da ideia de que “por norma os sem-abrigo não se dedicam a atos ilícitos” (Pol3), não afastam a hipótese de que “haja um ou outro isolado” (Pol3) que os pratique. Alertam, no entanto, para a sofisticação de algumas estratégias de sobrevivência dando um exemplo que mostra como os sem-abrigo sabem dar uso à sua condição e rótulo que lhes foi imposto: remetendo os outros para a natural condição de insegurança que os estigmatiza, usam estratégias criativas que potenciam a sua mendicidade (“havia uma técnica (...) ele chegava e abria uma pequena navalhita, cortava as unhas e as pessoas davam a moeda” – Pol2). No que toca aos comerciantes, uns dizem que “alguns podem praticar roubos” (Com2) e outros acham que “roubos, os sem-abrigo, nem tanto” (Com4). Dando conta de uma evolução do fenómeno nos últimos anos, é reconhecida a existência de alguns insultos quando confrontados no sentido da sua saída de um certo local privado. Não existe uma “solução para aquilo e às vezes há insultos” (Pol1), ainda que pontuais.

2.3. Sem-abrigo: de dispositivo de prevenção criminal a informantes privilegiados

Questionado um dos comerciantes quanto à permanência dos sem-abrigo no espaço circunvizinho ao seu estabelecimento comercial o mesmo respondeu: “tive há uns anos atrás, mas curiosamente (...) há um lado positivo e um negativo. Foi uma fase em que esta loja tinha as grades avariadas e eles realmente vinham para aqui dormir. Se por um lado deixavam aqui um cheiro um bocadinho desagradável, por outro lado eram eles próprios a tomar conta da loja. Com eles aqui ninguém faz nada” (Com3). Materializa-se, pois, o mote para iniciar a análise dos sem-abrigo enquanto dispositivo de prevenção criminal, isto é, aferir quanto à presença destes utilizadores da cidade, em determinado

local, durante os diferentes períodos do dia, poder contribuir para a prevenção da ocorrência de certos ilícitos criminais.

Ouvidos os elementos policiais, a totalidade dos mesmos tem “conhecimento que naqueles sítios onde há um sem-abrigo, ou mais que um, os crimes são menores” (Pol2). Referem inclusivamente a forma como “aqueles que se dedicam ao crime se os virem lá são capazes de não se sentirem à vontade para praticar o crime” (Pol3). “A presença deles de alguma forma pode evitar o crime naquele local” (Pol3), levando o criminoso a “procurar locais mais isolados onde eles não estejam” (Pol3). É trazido para debate a forma como o sem-abrigo vê na ausência de crime no seu local (“eles intervêm porque na área deles não lhes interessa que haja furtos” – Pol2) um potencial vínculo ao proprietário do local onde pernoita, permitindo-lhe “ter confiança das pessoas” (Pol2). Não obstante, alerta-se para o facto de que “quem anda no crime não vê ali um potencial inimigo (...) mas vê uma testemunha” (Pol2), pelo que é necessário distinguir o tipo de assalto e o tipo de assaltante: pode haver o risco de vitimação do próprio sem-abrigo. Nesta matéria, é necessário pensar a forma como pode a polícia acautelar tal circunstancialismo. Na prática, parece-nos que o sem-abrigo estará no plano dos demais cidadãos pelo que, em caso de necessidade, teria que seguir os procedimentos que os outros adotam em caso de serem vítimas de crime. Tal facto vai no sentido dos discursos dos entrevistados que defendem que os sem-abrigo não constituem uma prioridade para a polícia. Talvez fosse altura de olhar para o superior risco de vitimização destas figuras, cujo direito à segurança é igual aos demais. Também este segmento da população deve ser alvo de programas integrados de policiamento de proximidade, com as devidas vantagens que aqui exploramos.

Como é possível concluir pelos diferentes discursos, ainda que de forma ambivalente, a presença dos sem-abrigo pode ser olhada como inibidora da prática de crimes e, por maioria de razão, como potenciadora da segurança. Socorremo-nos, para sustentar tal afirmação no plano teórico, da teoria das atividades rotineiras (Cohen & Felson, 1979). Esta, com decisivos contributos para a prevenção criminal, parte da premissa de que o desvio é normativo pelo que se existirem condições favoráveis à prática de crimes estes vão acontecer. Assumindo que para certo tipo de crimes ocorrerem tem que existir uma convergência no tempo e no espaço de um delinquente motivado, um alvo apropriado e a ausência de um protetor capaz, construíram o Triângulo Básico do Crime que vê nos seus vértices cada um dos elementos anteriormente apontados, bastando atuar sobre um deles para evitar a prática de um crime. Tomando a existência de um delinquente motivado como garantida, focam-se nos outros dois elementos. No que ao protetor diz respeito, este não tem que necessariamente ser um agente da autoridade mas somente alguém cuja presença ou proximidade pode desencorajar a prática de um crime, emergindo a pertinência da figura do sem-abrigo neste cenário de prevenção criminal.

Entre outras, como a Teoria da Escolha Racional (Clarke, 1997), decidimos ainda sustentar o papel dos sem-abrigo como dispositivo de prevenção criminal com recurso ao CPTED – *Crime Prevention Through Environmental Design* (Brantingham & Faust, 1976; Clarke, 1995). Tendo como objetivo impedir ocorrências criminais, o CPTED é conceptualmente diferente das estratégias, muitas vezes reativas, utilizadas pelas polícias (Wallis, 1980). Apesar de envolver geralmente a alteração do espaço urbano para reduzir as oportunidades de ocorrência do crime, focaliza-se num conjunto de estratégias que, assentes em seis pilares (Moffat, 1983), tentam a redução de oportunidade do crime. Entre essas estratégias está o aumento da vigilância natural (Clarke, 1995; Crowe, 2000), que limita a possibilidade da ocorrência de um crime através de iniciativas que incrementam a perceção de que um indivíduo pode ser visto. Se os criminosos se apercebem que podem estar a ser observados (e basta apenas essa possibilidade) a probabilidade de continuarem com a atividade ilícita diminui substancialmente, dado o aumento potencial de uma possível intervenção (Painter & Tilley, 1999). O aumento da vigilância ocorre pela maximização da visibilidade e da interação social entre os habitantes de um espaço privado ou público. Neste panorama, torna-se incontestável considerar os sem-abrigo como uma figura com potencial na prevenção criminal. Afinal, os frequentemente rotulados de “feios e mal cheirosos” podem também ter uma utilidade social de relevo, sendo óbvio que “o assaltante inibe-se na presença de outro ser humano independentemente da condição social ou estado social” (Pol4).

Os elementos policiais adiantam inclusivamente exemplos reais que publicitam esta construção teórica: “foi justamente o sem-abrigo que denunciou o assalto e que nos referenciou as características de quem assaltou” (Pol4); “foi o denunciante e deu a cara. Coisa que muita gente, que não é sem-abrigo, não faz” (Pol4). Aliás, os próprios sem-abrigo admitem ações que praticam em prol da segurança: “se vir coisas contra o meu feitio e se os vir passar sou eu próprio que os chamo e digo” (Sab1).

Indagados os sem-abrigo sobre este quadro, são obtidas respostas e perspetivas de relevo. A noção de território está muito vincada na sua vivência, sendo aqueles locais onde deixam todos os seus pertences alvo de uma verdadeira vigilância da sua parte: “Sempre de olho aberto, não é?” (Sab4). De forma mais rebuscada, tentámos ainda explorar a possível tentativa de evitamento de crimes que possam acontecer na esfera da sua vigilância. Aqui surge como claro e compreensível impedimento o receio pela sua integridade física (“O receio são as represálias” – Sab3). No entanto, “vejo e identifico a pessoa ... é a mesma coisa” (Sab1), dando conta da sua relevância enquanto testemunha ocular de ilícitos criminais (“Assisti (...) e denunciei” – Sab4; “se puder evitar evito, nem que seja no dia a seguir ir à polícia: eu vi isto e vi aquilo” – Sab4).

Questão igualmente interessante e com relevo incontornável para a PSP será olhar para os sem-abrigo como informantes privilegiados, como uma extensão dos seus olhos na rua e, por isso, capazes de edificar alguma utilidade policial. Na prática, notamos como tal construção teórica tem expressão na realidade: porque a totalidade dos polícias entrevistados dizem já ter recorrido ou preveem recorrer no futuro aos sem-abrigo nesse sentido. Os próprios sem-abrigo deram a conhecer episódios diversos em que já colaboraram com a polícia na cedência de informações, mostrando disponibilidade para casos futuros. Todos eles, principalmente por iniciativa da polícia, já forneceram informações. São vários os exemplos: “eu disse logo quem é que foi. Tanto que ele foi logo detido” (Sab1); “já aconteceu (...) [relativamente] a um rapazito parece que tirou uma bicicleta (...) vieram-me perguntar como é que ele se chamava” (Sab3); “a polícia perguntou-me a mim algumas coisas” (Sab4).

Efetivamente, quando se questiona os elementos policiais sobre os sem-abrigo como fonte de informação surge, em todos, a ideia de que realmente essa é uma relação a aprofundar, desde logo, porque constitui uma realidade: “recorri uma só vez” (Pol4); “já recorri, mas neste momento não faço uso” (Pol1); “é sempre útil porque se estiverem à mão, ou seja, se estiverem de uma forma acessível, vou utilizá-los” (Pol1). Afirmam até que “se houvesse na minha área assaltos, se tivesse algum sem-abrigo era com ele que eu ia falar em primeiro lugar” (Pol2) pois, na verdade, principalmente durante a noite, são poucas as figuras que habitam a cidade: “à noite por norma está ali o sem-abrigo, não tinha qualquer tipo de problema de recolher informação” (Pol2). Um dos elementos policiais entrevistados, com desempenho de anteriores funções na investigação criminal, refere que efetivamente “podem ser utilizados nesse sentido” (Pol3): “já aconteceu (...) porque eles acabam por estar atentos ao que os rodeia” (Pol3). “Eles acabam, pelo menos no tempo que eu trabalhei à civil e lidava mais com eles, até por nos ajudar a desempenhar determinadas atividades, sem dúvida nenhuma” (Pol3).

Ainda sobre este tema surgem algumas questões dignas de registo. Por um lado, “podemos recorrer a ele e não ter *feedback*” (Pol3), elucidando a necessária confiança entre polícia e o sem-abrigo, sem a qual obter qualquer género de informação é tarefa bem mais difícil: tem que existir “um elo de ligação entre um e outro” (Pol3). Se uns pensam que “são credíveis como um cidadão qualquer” (Pol1), outros alertam para a necessária avaliação da credibilidade da fonte de informação já que os sem-abrigo parecem “trabalhar muito por conveniência” (Pol5).

IV – CONCLUSÃO

Paulatinamente caminhando no sentido da construção do suporte teórico da presente investigação, começamos por olhar para a cidade e suas dinâmicas. Sobre a forma de aparente manto invisível que envolve a vida na urbe, notamos a crescente proliferação, por vezes desregrada, de fenómenos que potenciam o sentimento de insegurança daqueles que a habitam. Começando a ganhar formas e contornos que levam à adoção de comportamentos securitários que resultam no isolamento social, esta é uma realidade incontornável para a qual a polícia deve estar atenta. Edificando um modelo integrativo de explicação do sentimento de insegurança, corroboramos as investigações mais recentes que vão no sentido da perspectiva subjetiva da insegurança (Ackermann, Dulong, & Jeudy, 1983; Fernandes, 2009; Lagrange, 1984, 1995; Lourenço, 2009; Robert & Pottier, 1997; Roché, 1993, 1998; Sá, 2000; Skogan, 1990; Valério, 2009), que a olha como o desfecho de fatores vários. Fomos, pois, explorar o papel das incividades neste quadro, concluindo pelo seu incontornável e patente contributo para esse sentimento. Enquadrando os sem-abrigo neste panorama é possível afirmar que estes, pelo menos no plano teórico, contribuem para o aumento do sentimento de insegurança donde são um objeto digno de relevo para as Ciências Policiais, desde logo, pela forma como reclamam soluções securitárias que o tentem mitigar.

Destarte sentimos, com alguma naturalidade, a necessidade de autonomizar capitularmente o objeto que queríamos estudar. Constatando que a difícil operacionalização teórica do mesmo contribui para o atual estado em que se encontra o fenómeno, partimos para algumas das realidades que o caracterizam. Passando pela forma como foram olhados perante a lei ao longo da história, atestamos como se percorreu um caminho no sentido da despenalização que vê a sua expressão máxima no vazio legal que hoje impera. Desenvolvendo ainda o papel dos sem-abrigo como figura com representações nos diferentes imaginários de insegurança, achamos pertinente estudar as estratégias de sobrevivência que colocam em prática e parecem ser a principal razão para uma possível associação ao desvio.

Formulado o problema de investigação, desenvolvemos um estudo exploratório que perspetiva e relaciona as realidades acima dissecadas. Fomos para o terreno contactar de perto com a realidade, procurando o cruzamento com o fenómeno. Assumindo a qualidade de investigador, na linha dos estudos etnográficos, fomos transportados para uma zona de potencial desconforto, olhando o fenómeno no seu contexto real e ouvindo os atores na primeira pessoa, o que não nos deixou imparciais perante as diferentes experiências vividas.

Em jeito de resumo do conhecimento que a presente investigação traz para o meio científico, ancorando-nos nos resultados e na teoria desenvolvida, podemos construir a formulação das seguintes conclusões:

a) A cidade do Porto, considerada na sua generalidade como segura, patrocina também algumas realidades causadoras de impressões de insegurança, levando a pensar a forma como ainda existe um caminho a percorrer no sentido da mitigação desta mescla de fenómenos inseguritários;

b) Os elementos policiais não olham os sem-abrigo como potenciadores do sentimento de insegurança mas quando se colocam no lugar dos demais cidadãos admitem tal realidade. Os comerciantes tendem a pensar os sem-abrigo como um contributo para o sentimento de insegurança principalmente pelo receio patente no momento em que é concretizado o contacto por via da mendicidade. Os sem-abrigo não se reveem como alguém que está inserido nos imaginários da insegurança;

c) Quando o tema é a relação entre os sem-abrigo e o crime, é refutada tal ideia por parte dos polícias, ao contrário dos comerciantes que admitem essa possibilidade;

d) Os sem-abrigo são comumente conectados à segurança, isto é, pode pensar-se que a sua presença em determinado local contribui para a prevenção de certos ilícitos criminais. Eles próprios dão conta de ações que desenvolvem nesse sentido, alertando como principal limitação o receio pela sua integridade física;

e) Os elementos policiais reconhecem que o fenómeno dos sem-abrigo traz acréscimos ao volume da atividade operacional da polícia mas as ocorrências policiais em si não são de difícil resolução, principalmente pela sua postura colaborante;

f) Os comerciantes tendem a pensar os sem-abrigo como prejudiciais para o seu negócio. Partindo desde logo da ideia de má imagem para o turismo, queixam-se sobretudo dos episódios em que entram nas lojas e incomodam os seus clientes;

g) Quando o tema é a responsabilidade pelo atual estado do fenómeno dos sem-abrigo, surge como principal responsável o Estado que parece ter-se demitido do seu dever de atuação, seguindo-se a responsabilização dos sem-abrigo que frequentemente recusam ajuda;

h) Quanto às reações perante o fenómeno dos sem-abrigo, imperam discursos onde está patente o sentimento de pena em contraste com o desenvolvimento de medidas de evitamento, procurando percursos alternativos para diminuir ao máximo a probabilidade de um encontro indesejável. No entanto, aqueles que conhecem efetivamente os sem-abrigo mostram marcas de confiança e de uma relação social saudável;

i) No que é relativo aos fatores suscetíveis de provocar incómodo, destaca-se a falta de higiene e conseqüente risco para a saúde pública, seguida da conspurcação da via

pública. Acresce ainda, conjugada com a sua apresentação e mau aspeto, a mendicidade como passível de provocar incómodo;

j) Ao sem-abrigo é frequentemente associado o fenómeno da mendicidade, assim como a toxicodependência e o alcoolismo. Assumindo que muitos também são arrumadores de automóveis, o isolamento social que lhes está subjacente também é frequentemente apontado;

k) Aos sem-abrigo pode ser atribuída a figura de informante privilegiado. Efetivamente, todos os elementos policiais disseram já ter recorrido a eles nesse sentido ou admitem a possibilidade de o fazer no futuro. A totalidade dos sem-abrigo dizem, no mesmo sentido, já ter tido casos reais em que foram abordados por polícias no sentido do fornecimento de informações, tendo os mesmos contribuído e deixando presente a ideia de que o podem fazer no futuro;

l) Na relação entre os polícias e os sem-abrigo parece existir compreensão mútua. Os sem-abrigo entendem que a polícia está a fazer o seu trabalho e os polícias têm o cuidado de, percebendo o fenómeno, deixarem que os sem-abrigo transportem os seus bens materiais no momento em que são chamados a um local para os retirarem do mesmo. No entanto, reconhecendo a sua especificidade, os sem-abrigo não são considerados uma prioridade para a polícia.

Com especial relevo, retomando os objetivos a que nos propusemos na introdução, é possível defender que os sem-abrigo, podendo contribuir para o sentimento de insegurança, assumem, num verdadeiro paradoxo securitário, utilidade social não só pela forma como podem constituir um dispositivo de prevenção criminal mas também porque podem ser olhados como informantes privilegiados. Por conseguinte, não nos poderíamos abster de dar alguma atenção à obra de Durkheim. Trazendo para debate a relação entre a sociedade e o indivíduo, desenvolve uma análise das características da organização da vida coletiva, apresentando em *Les règles de la méthode sociologique* (1895) e *Suicide* (1897) uma teorização sobre o papel do marginal na manutenção da ordem social (Bastos, 1997). É equacionado inclusivamente como “um agente regulador da vida social” (Durkheim, 1998, p.86), atribuindo-lhe até alguma necessidade e utilidade. Nesta linha, os funcionalistas Talcott Parsons, Daniel Bell, Kingsley Davis, Robert Merton, inspirados no modo como Durkheim encontrou na marginalidade um fator indispensável para a regulação do sociedade, enfatizaram a necessidade de olhar para os comportamentos desviantes não como uma ameaça à estrutura social mas antes pelas consequências positivas na sua manutenção e evolução (Bastos, 1997). É, pois, atribuído ao desvio um papel de gestor da sociedade. Assim, é possível desenvolver a ideia da função positiva que estes atores desempenham. Pensados frequentemente como um resíduo social, podem afinal ter um

papel social positivo, sendo por isso merecedores de uma dignidade social que afasta os demais rótulos.

Mas em que resulta, afinal, toda a exposição crítica realizada neste trabalho? Num contributo para a mudança de mentalidades. A polícia vive maioritariamente de medidas de prevenção e repressão criminal. As intenções são boas mas os resultados podem não ser os melhores quando se fala de sentimento de insegurança. Claro que a questão criminal é pragmática pelo alarme social que cria e bens jurídicos a ela associada. Defendemos, não obstante, que devem também ser desenvolvidas medidas de prevenção e repressão das incivildades que, como demonstrado, são as que mais contribuem para o sentimento de insegurança: até porque prevenir incivildades é também prevenir a criminalidade. No entanto, tal realidade apenas é possível conhecendo efetivamente os fenómenos que as representam, reduzindo-se aqui o desiderato do contributo deste estudo.

E em que contribui a presente investigação para a PSP? Que importância pode assumir para a instituição? Admitindo que a resolução do fenómeno dos sem-abrigo não é da competência da PSP, é possível equacionar a forma como é possível mitigar as consequências do fenómeno sob o ponto de vista do sentimento de insegurança para o qual contribui. Com recurso à visibilidade, podemos inserir no próprio policiamento os sem-abrigo. Como? Partindo da utilidade que lhes subjaz, tentar recolher informações diversas sobre possíveis fenómenos que ocorram naquele local. De certa forma, capitaliza-se toda a utilidade que aqui lhes foi atribuída, mormente no que à obtenção de informação diz respeito. Acresce uma outra vantagem: o cidadão, ao ver o contacto entre o polícia e o sem-abrigo sem que seja para o retirar daquele local, desenvolve uma certa familiarização positiva com o fenómeno, o que tende a diminuir o potencial sentimento de insegurança que lhe está inerente.

É, pois, possível pensar na utilidade que teria ministrar conhecimento sobre fenómenos como o aqui estudado: porque permitem pensar a cidade e suas dinâmicas de forma mais ampla. Os polícias não podem olhar estes objetos como os demais cidadãos. Cabe em particular ao oficial de polícia, junto dos seus elementos, sensibilizá-los para estas questões de índole psicossocial, da qual resultará uma abordagem polida dos fenómenos com que lida diariamente. Não nos podemos esquecer que o enquadramento social, cultural e político dos objetos com os quais lida, por vezes descurado na formação, é o que está na génese daquilo que é a polícia, nunca deixando de estar presente. Neste panorama, é importante que os agentes policiais não operem como elementos de estigmatização. Devem, em sentido contrário, assumir a condição de agente regulador, que não emite juízos de valor perante o fenómeno: a polícia deve ser o árbitro desta relação.

Consideramos ter atingido os diferentes objetivos – genéricos e específicos – que definimos para a presente investigação. No entanto, não poderíamos deixar de realçar algumas das limitações com que nos deparamos. Como seria previsível, encontramos dificuldades acrescidas no próprio objeto que decidimos estudar: uma figura de difícil acesso. Tendo principalmente em conta o prisma com que o queríamos olhar, é possível notar a sensibilidade e o cuidado acrescido que é necessário ter quando desenvolvido o contacto com esta população, muitas vezes fechada sobre si. Se a primeira limitação é de índole prática, a segunda resulta de uma ótica puramente teórica: foi difícil sistematizar o conhecimento produzido sobre os diferentes objetos que decidimos estudar.

Para trabalhos futuros, atendendo à limitação espacial cujas dinâmicas podem influenciar os resultados, não se afigura descabido promover a duplicação do presente estudo em distintos locais, por forma a construir resultados mais consistentes. De destacar ainda a utilidade de possíveis estudos que, olhando para os resultados aqui alcançados, o explorassem com uma componente mais prática. Assim, servindo a presente dissertação como mote, poder-se-ia partir para investigações outras que fossem testar no terreno as asserções que concluímos. Falamos, por exemplo, de um estudo de caso, num possível *hotspot* de crimes de furto em interior de veículos, que tentasse analisar o possível contributo destas figuras para a diminuição do crime naquele local ou deslocalização do mesmo. Um último apontamento para a forma como estudos vindouros poderiam replicar a presente investigação junto de grupos de sem-abrigo com diferentes características. Falamos, por exemplo, da participação de entrevistados do sexo feminino ou de outros sem-abrigo cujo estado de detioração psicológica esteja mais avançado. Poder-se-ia inclusivamente desenvolver temáticas teóricas outras que circundam em específico tais entrevistados, como a saúde mental. Caminhar-se-ia no sentido do complemento do conhecimento policial, reconhecendo que são diversas as abordagens passíveis de serem realizadas, desde logo, pelos diferentes sem-abrigo que existem.

A impressão com que ficamos no final da presente investigação é de que estamos ainda no início de um estudo complexo de fenómenos cuja diversidade os inscreve num quadro de diferentes perspetivas a explorar. Digamos que nos sentimos, como investigador mais informado, atraídos pelo possível desenvolvimento das raízes cujas sementes lançamos com este trabalho. Ficamos, pois, expectantes pela forma como vão crescer as árvores que comportam as diferentes figuras associadas ao desvio, pertencentes à densa e desorganizada floresta que é o sentimento de insegurança. Mas não deveria a produção de conhecimento científico ser sempre assim?

REFERÊNCIAS

- Ackermann, W., Dulong, R., & Jeudy, H. (1983). *Imaginaires de l'insécurité*. Paris: Librairie des Méridiens.
- Agra, C. (2002). Prefácio. In P. Robert (Ed.), *O cidadão, o crime e o Estado* (pp. 7-16). Lisboa: Editorial Notícias.
- Almeida, L. S., & Freire, T. (2007). *Metodologia da investigação em psicologia e educação* (4ª Ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Alves, A. C. (2008). *Em busca de uma sociologia da polícia*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Amato, F., & MacDonald, J. (2011). Examining risk factors for homeless men: Gender role conflict, help-seeking behaviors, substance abuse and violence. *The Journal of Men's Studies*, 19 (3), 227-235.
- Amerio, P., & Roccato, M. (2005). A predictive model for psychological reactions to crime in Italy: An analysis of fear of crime and concern about crime as a social problem. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 15 (1), 17-28.
- Anderson, N. (1923). *The hobo: The sociology of the homeless men*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Anderson, N., & Schwartz, O. (1993). *Le hobo: sociologie du sans-abri. L'empirisme irréductible*. Paris: Nathan.
- Atkinson, P. (1981). Research design in ethnography. In P. Atkinson (Ed.), *Research methods in education and the social sciences* (pp. 41-81). London: Open University Press.
- Atkinson, P., & Hammersley, M. (1994). Ethnography and participant observation. In N. K. Denzin (Ed.), *Handbook of qualitative research* (pp. 248-261). Thousand Oaks, CA: Sage.

- Bahr, H. M. (1973). *Skid row: An introduction to disaffiliation*. New York: Oxford University Press.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barley, S. R. (1989). Careers, identities and institutions: The legacy of Chicago School of Sociology. In M.B. Arthur, D.T., Hall, & B.S., Lawrence (Eds.), *Handbook of career theory* (pp. 41-65). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Bastos, S. P. (1997). *O Estado Novo e os seus vadios: Contribuição para o estudo das identidades marginais e sua repressão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Bayley, B. K., & Andersen, J. D. (2006). Fear of crime among urban american youth. *Journal of Family and Consumer Sciences*, 98 (2), 26-32.
- Beck, U. (1992). *Risk society: Towards a new modernity*. New Delhi: Sage.
- Becker, H. S. (1963). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press.
- Bender, K., Thompson, S., McManus, H., Lantry, J., & Flynn, P. (2007). Capacity for survival: Exploring strengths of homeless street youth. *Child Youth Care Forum*, 36 (1), 25-42.
- Bento, A., & Barreto, E. (2002). *Sem-amor, sem-abrigo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bissler, D. L. (2003). *Fear of crime and social networks: A community study of two local public housing complexes*. (Unpublished doctoral dissertation). North Carolina State University, Raleigh.
- Blau, P. M. (1994). *Structural contexts of opportunities*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e métodos*. Porto: Porto Editora.

- Brantingham, P. J., & Faust, F. L. (1976). A conceptual model of crime-prevention. *Crime and Delinquency*, 22 (3), 284-296.
- Briceño-León, R. (2002). La nueva violencia urbana de América Latina. *Sociologias*, 4 (8), 34-51.
- Bricenõ-León, R., & Zubillaga, V. (2002). Violence and globalization in Latin America. *Current Sociology*, 50 (1), 19-37.
- Bulmer, M. (1984). *The Chicago School of Sociology*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da investigação: Guia para a autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Clarke, R. V. (1995). Situational crime prevention. *Crime and Justice*, 19, 91-150.
- Clarke, R. V. (1997). *Situational crime prevention: successful case studies* (2ª Ed.). New York: Harrow and Heston.
- Clemente, P. J. L. (2000). *A polícia em Portugal: Da dimensão política contemporânea da segurança pública* (Vol. 2). (Tese de doutoramento, não publicada). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Clemente, P. J. L. (2015). *Cidadania, polícia e segurança*. Lisboa: ISCPSI-ICPOL.
- Clinard, M., & Meier, R. (2008). *Sociology of deviant behavior*. Belmont, CA: Thomson/Wadsworth.
- Cohen, S. (1972). *Folk devils and moral panics*. London: MacGibbon and Kee.
- Cohen, L. E., & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: A routine activity approach. *American Sociological Review*, 44 (4), 588-608.
- Cordner, G. (2010). *Reducing fear of crime: Strategies for police*. Kutztown, Pennsylvania: U.S. Department of Justice.

- Costa, A. F. (1986). A pesquisa de terreno em Sociologia. In J. M. Pinto, & A. S. Silva (Orgs), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 35-62). Porto. Edições Afrontamento.
- Coulon, A. (1992). *L'École de Chicago*. Paris: PUF.
- Creswell, J. W. (1997). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Crowe, T. (2000). *Crime prevention through environmental design: Applications of architectural design and space management concepts* (2ª Ed.). London: Butterworth-Heinemann.
- Cunha, R. (2013). *Arrumadores de automóveis: Do sentimento de insegurança à utilidade social*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Cusson, M. (2002). *Criminologia* (2ª Ed.). Lisboa: Casa das Letras.
- Dail, P. (2000). Introduction to the symposium on homelessness. *Policy Studies Journal*, 28 (2), 331-337.
- Derr, C. B., & Laurent, A. (1989). The internal and external career: A theoretical and cross-cultural perspective. In M. B. Arthur, D. T Hall, & B. S. Lawrence (Eds.), *Handbook of career theory* (pp. 454-471). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Diogo, S. (2000). *A actuação policial: Factor condicionante do sentimento de insegurança*. (Monografia de licenciatura, edição não revista e policopiada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Domingues, T. V. C. (2001). *A insegurança: Sentimento e polícia – um estudo sobre a G.N.R. ou quem tem medo....* (Monografia de licenciatura, não publicada). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Dubet, F., & Lappeyronnie, D. (1992). *Les quartiers d'exil*. Paris: Éditions du Seuil.
- Durkheim, É. (1998). *As regras do método sociológico* (7ª Ed.). Lisboa: Editorial Presença.

- Edgar, B., Doherty, J., & MinaCoull, A. (1999). *Services for homeless people: Innovation and change in the european unión*. Bristol: Policy Press.
- Emerson, R. M., Fretz, R. I., & Shaw, L. L. (2001). Participant observation and fieldnotes. In A. J. Coffey, J. Lofland, L. H. Lofland, P. A. Atkinson, & S. Delamont (Eds.), *Handbook of ethnography* (pp. 352-365). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Evans, D. J., & Fletcher, M. (2000). Fear of crime: Testing alternative hypotheses. *Applied Geography*, 20 (4), 395-411.
- Evans, R., & Forsyth, C. (2004). Risk factors, endurance of victimization, and survival strategies: The impact of the structural location of men and women on their experiences within homeless milieus. *Sociological Spectrum*, 24 (4), 439-505.
- Farral, S., Bannister, J., Ditton, J., & Gilchrist, E. (2000). Social psychology and fear of crime: Re-examining a speculative model. *British Journal of Criminology*, 40 (3), 399-413.
- Fatela, J. (2000). E para se lhes dar destino: modos de repressão dos vadios em Portugal na segunda metade do século XIX. In M. J. Vaz, E. Relvas, & N. Pinheiro (Org.), *Exclusão na história: Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social* (pp. 149-168). Oeiras: Celta Editora.
- Félix, E. (2001). *O senhor da farda amarela*. (Monografia de licenciatura, não publicada). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Ferguson, K., & Mindel, C. (2007). Modeling fear of crime in Dallas neighborhoods: A test of social capital theory. *Crime & Delinquency*, 53 (2), 322-349.
- Fernandes, L. (1998). *O sítio das drogas: Etnografia das drogas numa periferia urbana*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Fernandes, L. (1999). Imaginários da insegurança. *Olhares Seguros*, 1 (2), 19-21.
- Fernandes, L. (2002). Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: As facetas da escrita etnográfica. In T. H. Caria (Org.), *Experiência etnográfica em ciências sociais* (pp. 23-40). Porto: Edições Afrontamento.

- Fernandes, L. (2003). A imagem predatória da cidade. In G. Cordeiro, L. Baptista, & A. Costa (Orgs.), *Etnografias urbanas* (pp. 53-63). Lisboa: Celta.
- Fernandes, L. (2004). Bases ecossociais do sentimento de insegurança. *Educação, Sociedade e Culturas*, 21, 93-112.
- Fernandes, L., & Carvalho, M. C. (2000). Problemas no estudo etnográfico de objectos flúidos: Os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social. *Educação, Sociedade e Culturas*, 14, 59-87.
- Fernandes, L. F. (2006). *A sociedade de risco e a liquidificação da segurança*. (Trabalho final do 2º Curso de Direcção e Estratégia Policial, não publicado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Fernandes, T. J. C. (2009). *Contributo das incivilidades para o sentimento de insegurança: A prostituição de rua e a actuação da Polícia de Segurança Pública*. (Monografia de licenciatura, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Ferreira, E. V. (1998). *Crime e insegurança em Portugal: Padrões e tendências, 1985-1996*. Oeiras: Celta.
- Ferreira, S. (2010). *Para além dos sem-abrigo: Pequeno ensaio sobre a pobreza e a exclusão social*. (Dissertação de Mestrado, não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Frias, G. (2004). A construção social do sentimento de insegurança em Portugal na actualidade. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/gracafrias.pdf>.
- Garofalo, J. (1981). The fear of crime: Causes and consequences. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, 72 (2), 839-859.
- Geremek, B. (1986). *A piedade e a força: História da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito: Teoria e prática* (2ª Ed.). Oeiras: Celta.

- Giddens, A. (2001). *Sociologia* (4.^a Ed. rev. e act.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Graciani, M. S. (2005). *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida* (5^a Ed.). São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- Grafmeyer, Y., & Joseph, I. (1990). *L'École de Chicago: Naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Aubier.
- Guinote, H. B. (2006). Os sentimentos de insegurança e os diversos poderes. *Politeia*, 3 (1), 29-62.
- Hein, L. (2006). *Survival among male homeless adolescents* (Unpublished doctoral dissertation). Vanderbilt University, Tennessee.
- Hughes, E. C. (1993a). Institutional office and the person. In E.C. Hughes (Ed.), *The Sociological Eye – Selected Papers* (pp. 132-140). New Brunswick, London: Transaction Publishers.
- Hughes, E. C. (1993b). Social role and the division of labor. In E.C. Hughes (Ed.), *The Sociological Eye – Selected Papers* (pp. 304-310). New Brunswick, London: Transaction Publishers.
- Hughes, E. C. (1993c). Personality types and the division of labor. In E.C. Hughes (Ed.), *The Sociological Eye – Selected Papers* (pp. 326-337). New Brunswick, London: Transaction Publishers.
- Hunter, A. (1978). *Symbols of incivility: Social disorder and fear of crime in urban neighbourhoods*. Evanston, Illinois: Northwestern University.
- Jackson, J. (2006). Introducing fear of crime to risk research. *Risk Analysis*, 26 (1), 253-264.
- Jesus, I. (2008). *A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.

- Jesus, M., & Menezes, I. (2010). A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. *Análise Psicológica*, 28 (3), 527-535.
- Kappeler, V., & Gaines, L. (2009). *Community policing: A contemporary perspective* (5ª Ed.). Newark, New Jersey: LexisNexis Matthew Bender.
- Karabanow, J., Hughies, J., Ticknor, J., Kidd, S., & Patterson, D. (2010). The economics of being young and poor: How homeless youth survive in neo-liberal times. *Journal of Sociology & Sociology Welfare*, 37 (4), 39-63.
- Katz, C. M., Webb, V. J., & Armstrong, T. A. (2003). Fear of gangs: A test of alternative theoretical models. *Justice Quarterly*, 20 (1), 95-130.
- Kidd, S., & Davidson, L. (2007). “You have to adapt because you have no other choice”: The stories of strength and resilience of 208 homeless youth in New York city and Toronto. *Journal of Community Psychology*, 35 (2), 219-238.
- Kon., I. (1980). Ethnography and psychology. In. E. Gellner (Ed.), *Soviet & western anthropology* (pp. 217-227). London: Gerald Duckworth.
- Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Newbury Park, CA: Sage.
- Lagrange, H. (1984). La perception de la violence par l'opinion publique. *Revue Française de Sociologie*, 25 (4), 636-657.
- Lagrange, H. (1995). *La civilité à l'épreuve : Crime et sentiment d'insécurité*. Paris: PUF.
- Leal, J. (2010). O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. *Sociologias*, 12 (23), 394-427.
- Leal, T. F. (2011). *O contributo das incivildades para o sentimento de insegurança: O fenómeno da toxicodependência*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Lee, B., Jones, S., & Lewis, D. (1992). Are the homeless to blame? A test of two theories. *The Sociological Quarterly*, 33 (4), 533-552.

- Leitão, J. (2000). Sentimentos de insegurança. *Polícia Portuguesa*, 125 (2), 2-13.
- Leite, H. M. (2015). *As incivilidades e o sentimento de insegurança dos turistas internacionais: Um estudo exploratório na cidade de Lisboa*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- L’Heuillet, H. (2004). *Alta polícia, baixa política: Uma visão sobre a polícia e a relação com o poder*. Lisboa: Notícias Editorial.
- Lourenço, N. (2009). *Segurança, sentimento de insegurança e Estado de Direito: O espectro axial da relação de direitos, liberdades e garantias e poderes do Estado*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Lourenço, N. (2012a). Legitimidade e confiança nas polícias. *Revista do Ministério Público*, 129, 181-196.
- Lourenço, N. (2012b). Violência urbana e sentimento de insegurança. In J. B. Gouveia (Coord.), *Estudos de direito e segurança* (vol. 2, pp.349-367). Coimbra: Almedina.
- Lúcio, J. & Marques, F. (2010). Inclusão social – do conceito à estratégia: O caso dos sem-abrigo na cidade de Lisboa. In R. Salvador, A. Firmino, C. Ponte, & E. Ferreira (Org.), *Actas do Seminário Geografias de Inclusão: desafios e oportunidades* (pp. 61-82). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
- Luckenbill, D. F., & Best, J. (1996). Careers in deviance and respectability: The analogy’s limitations. In D. F. Greenberg (Ed.), *Criminal careers* (pp.3-12). Dartmouth: International Library of Criminology, Criminal Justice & Penology.
- Luhmann, N. (1993). *Risk: A sociological theory*. Berlin: Suhrkamp.
- Machado, C. (2004). *Crime e insegurança: Discursos do medo e imagem do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Machado, C., & Agra, C. (2002). Insegurança e medo do crime: Da ruptura da sociabilidade à reprodução da ordem social. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 12, 80-101.

- Machado, P. (2008). Abordagem sócio-ecológica do comportamento anti-social em meio urbano. *Actas do VI Congresso Português de Sociologia*. Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/126.pdf>
- Magro, C. S. (2001). Vitimação, percepção de invulnerabilidade e medo do crime. *Sub Judice*, 22/23, 99-105.
- Main, T. (1998). How to think about homelessness: Balancing structural and individual causes. *Journal of Social Distress and the Homeless*, 7 (1), 41-54.
- Marques, P. (2008). *Avaliação de uma situação de formação de formadores no domínio da tutoria*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Matias, M. (2008). *Desarrumar o medo... O arrumador de carros como figura do medo na cidade*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Matias, M., & Fernandes, L. (2009). Desarrumar o medo... O arrumador de carros como figura do medo na cidade. *Revista Toxicodependências*, 15 (3), 9-22.
- McCrea, R., Shyy, T. K., Western, J., & Stimson, R. J. (2005). Fear of crime in Brisbane: Individual, social and neighbourhood factors in perspective. *Journal of Sociology*, 41 (1), 7-27.
- Mével, C., Oblet, T., & Villechaise-Dupont, A. (2005). Incivilités et travail de civilité. *Les Cahiers de la Sécurité*, 57 (2), 47-69.
- Miguel, M. (2007). *Prevalência ao longo da vida e atitudes face aos sem-abrigo em Portugal*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Miner, M. (1990). The self-concept of homeless adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 20 (5), 545-560.
- Moffatt, R. E. (1983). Crime prevention through environmental design: A management perspective. *Canadian Journal of Criminology*, 25 (1), 19-31.

- Monet, J. (2002). *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Moore, J. (2007). Polarity or integration? Towards a fuller understanding of home and homelessness. *Journal of Architectural and Planning Research*, 24 (2), 143-159.
- Moore, M., & Braga, A. (2003). *The “bottom line” of policing: What citizens should value (and measure!) in police performance*. Washington, DC: Police Executive Research Forum.
- Moreira, M. J. M. (2008). *Incivilidades e sentimento de insegurança: Estudo exploratório sobre a prostituição de rua e a actuação da Polícia de Segurança Pública*. (Monografia de licenciatura, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Mucchielli, R. (1994). *A entrevista não directiva*. São Paulo: Martins Fontes.
- Muñoz, M., & Vasquez, C. (1998). Las personas sin hogar: Aspectos psicosociales de la situación española. *Intervención Psicosocial*, 7 (1), 7-26.
- Oliveira, J. F. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Ost, F. (2001). *O tempo do direito*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Painter, K., & Tilley, N. (1999). *Surveillance of public space: CCTV, street lighting and crime prevention*. Cullompton: Willan.
- Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. (Tese de doutoramento, não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Patton, M. (1990). *Qualitative evaluation and research methods* (2ª Ed). Newbury Park, CA: Sage.

- Park, R., Burgess, E. W., & McKenzie, R. D. (1984). *The city: Suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Pereira, C. (2009). *A resiliência e a vulnerabilidade ao stress numa população sem-abrigo*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Piliavin, I., Sosin, M., Westerfelt, A., & Matsueda, R. (1993). The duration of homeless careers: An exploratory study. *Social Service Review*, 67 (4), 576-598.
- Pimenta, M. (1992). *Os sem-abrigo na cidade de Lisboa*. Lisboa: Editores Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- Pinto, M. F. (1999). *Os indigentes: Entre a assistência e a repressão*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Quintas, S. (2010). *Percepção de técnicos e indivíduos sem-abrigo: Histórias ocultas de uma realidade no Porto*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Quivy, R., & Campenhout, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rêgo, X. (2007). *A cidade, espaço produtor de desordem: Relações entre a mobilidade residencial e o sentimento de insegurança no centro/baixa do Porto*. Disponível em <http://conferencias.iscte.pt/viewabstract.php?id=114&cf=3->
- Rêgo, X., & Fernandes, L. (2012). As falas do medo: Conferências entre as cidades do Porto e do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (78), 51-65.
- Reis, F. L. (2010). *Como elaborar uma dissertação de mestrado segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Relvas, E. M. M. (1997). *Mendigos e vadios em Lisboa: Assistência e repressão (1835-1910)*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

- Rew, L. (2000). Friends and pets as companions: Strategies for coping with loneliness among homeless youth. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 13 (3), 125-140.
- Ribeiro, J. (2006). *Combate à criminalidade, prevenção da ordem pública e informações policiais: Uma abordagem integrada*. (Trabalho final do 2.º Curso de Direcção e Estratégia Policial, não publicado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Robert, P. (2002). *O cidadão, o crime e o Estado*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Robert, P., & Pottier, M. L. (1997). Sur l'insécurité et la délinquance. *Revue Française de Science Politique*, 47 (5), 630-644.
- Roché, S. (1991). Insécurité: Incivilités, citoyenneté et ordre public. In Y. Bernard, & M. Segaud (Eds.), *La ville inquiète: Habitat et sentiment d'insécurité* (pp. 135-155). La Garenne-Colombes: Éditions de L'Espace Européen.
- Roché, S. (1993). *Le sentiment d'insécurité*. Paris: PUF.
- Roché, S. (1994). *Insécurité et libertés*. Paris: Seuil.
- Roché, S. (1996). *La société incivile: Qu'est-ce que l'insécurité?*. Paris: Seuil.
- Roché, S. (1998). Expliquer le sentiment d'insécurité: Pression, exposition, vulnérabilité et acceptabilité. *Revue Française de Science Politique*, 48 (2), 274-305.
- Rossi, P. H. (1990). The old homeless and the new homeless in historical perspective. *American Psychologist*, 45 (8), 954-959.
- Sá, T. V. (2000). Segurança e o seu sentimento na cidade. In *Actas do IV Congresso Português de sociologia: Passados recentes, futuros próximos*. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc462900dd_1.PDF.
- Serrão, J. C. (2005). *A delinquência juvenil segundo os seus protagonistas: Uma reflexão sobre o género*. (Monografia de licenciatura, não publicada). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.

- Serrão, J. C., & Pais, L. G. (2006). A delinquência juvenil segundo os seus protagonistas: Uma reflexão sobre o género. In C. Machado, L. Almeida. M. A. Guisande, M. Gonçalves, & V. Ramalho (Coords.), *Actas da XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e contextos* (pp.149-158). Braga: Psiquilíbrios.
- Sessar, K., & Kury, H. (2009). Risk and insecurity as broader concepts behind fear of crime and punitiveness. In M. Keynes, *Aspects of deviance, crime and prevention in Europe* (pp. 120-136). London : The Open University.
- Shaw, C. (1966). *The Jack-Roller: A delinquents boy's own story*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Sheehan, R. (2010). “I’m protective of this yard”’: Long-term homeless persons’ construction of home place and workplace a historical public space. *Social & Cultural Geography*, 11 (6), 539-558.
- Shinn, M. (1992). Homelessness: What is a psychological to do?. *American Journal of Community Psychology*, 20 (1), 343-366.
- Silva, S. (2007). *Identidades e narrativas sem-abrigo*. Lisboa: EDUCA.
- Silva, T. P. (2009). *Espaços envilecidos: O medo do crime nos moradores da periferia de bairros sociais*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Silva, S. (2011). *Viver com ou sem-abrigo? Etnografia de lugares vazios*. (Tese de doutoramento, não publicada). Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Silva, A. M. L. (2012). *Exaustão emocional, estratégias de motivação e desenhos de policiamento: Um estudo longitudinal na Polícia Municipal do Porto*. (Tese de doutoramento, não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Skogan, W. G. (1990). *Disorder and decline: Crime and the spiral of decay in American neighbourhoods*. New York: Free Press.

- Snow, D., & Anderson, L. (1993). *Down on their luck: A study of homeless street people*. Los Angeles, CA: University of California Press.
- Soeiro, L. N. (1959). A vagabundagem e mendicidade: problema bio-psico-social (investigação no Albergue da Mitra 1947-1948). *Anais Portugueses de Psiquiatria*, Ano XII, Dezembro.
- Sparks, R. (1992). *Television and the drama of crime: Moral tales and the place of crime in public life*. Buckingham: Open University Press.
- Stein, J., & Gelberg, L. (1995). Homeless men and women: Differential associations among substance abuse, psychological factors, and severity of homelessness. *Experimental and Clinical Psychopharmacology*, 3, 75-86.
- Stein, J., Nyamathi, A., & Dixon, E. (2008). Effects of psychological and situational variables on substance abuse among homeless adults. *Psychology of Addictive Behaviors*, 22 (3), 410-416.
- Sumerlin, J. (1995). Adaptation to homelessness: Self-actualization, loneliness, and depression in street homeless men. *Psychological Reports*, 77 (1), 295-314.
- Sutherland, E. H. (1937). *The professional thief*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Taylor, R. B. (1987). Toward an environmental psychology of disorder. In D. Stokols, & I. Altman (Eds.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 34-72). New York: Wiley.
- Thiry-Cherques, H. (2006), Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, 40 (1), 27-55.
- Thomas, R.J. (1989). Blue – collar careers: meaning and choice in a world of constraints. In M.B. Arthur, D.T. Hall, & B.S. Lawrence (Eds.), *Handbook of career theory* (pp. 354-379). Cambridge, UK: Cambridge University Press.

- Thompson, S., Barczyk, A., Gomez, R., Dreyner, L., & Popham, A. (2010). Homeless, street-involved emerging adults: Attitudes toward substance use. *Journal of Adolescent Research*, 25 (2), 231-257.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Org.), *Metodologia das ciências sociais* (pp.101-128). Porto: Afrontamento.
- Valente, M. M. G. (2012). *Teoria geral do direito policial*. Coimbra: Almedina.
- Valério, M. Â. F. M. (2009). Modelo integrativo de explicação do sentimento de insegurança. In M. C. Silva (Orgs.), *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Sociedades desiguais e paradigmas em confronto* (pp. 148-155). Braga: Instituto de Ciências Sociais.
- Verteuil, G., Marr, M., & Snow, D. (2006). *Sustaining environments, adaptation, and resistance: Place-dependent experiences of homelessness in Los Angeles*. Los Angeles, CA: Conference Papers.
- Vidal-Naquet, P. A., & Tiévant, S. (2005). Incivilités et travail de civilité. *Les Cahiers de la Sécurité*, 57 (2), 13-31.
- Wacquant, L. (2008). Ordering insecurity: Social polarization and the punitive upsurge. *Radical Philosophy Review*, 2 (1), 9-27.
- Walklate, S. (2007). Inventing fear of crime. *Punishment & Society*, 9 (4), 439-441.
- Wallis, A. (1980). *Crime prevention through environmental design: An operational handbook*. Washington, DC: U.S. Department of Justice.
- Weber, R. (1985). *Basic content analysis*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Whitbeck, L., & Simons, R. (1993). A comparison of adaptative strategies and patterns of victimization among homeless adolescents and adults. *Violence and Victims*, 8 (2), 135-152.
- Williams, S., & Stickley, T. (2011). Stories from the streets: People's experiences of homelessness. *Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing*, 18 (5), 432-439.

- Wilson, J., & Kelling, G. (1982). Broken windows: The police and neighborhood safety. *Atlantic Monthly*, 211, 29-38.
- Wortley, R., & Mazerolle, M. (2008). *Environmental criminology and crime analysis*. Devon, UK : Willan.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (3.^a Ed). Porto Alegre: Bookman.
- Zani, B., Cicognani, E., & Albanesi, C. (2001). Adolescent's sense of community and feeling of community and feeling of unsafe in the urban environment. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 11 (6), 475-489.
- Zweig, J., Phillips, S., & Lindberg, L. (2002). Predicting adolescent profiles of risk: Looking beyond demographics. *Journal of Adolescent Health*, 31 (4), 343-353.

ANEXOS

Anexo 1: Exemplos de perguntas constantes no guião das entrevistas realizadas aos elementos policiais

Data: ____/____/____

Hora: ____h____min.

Dados pessoais e historial de serviço

Idade: _____ Género: _____ Estado civil: _____

Tempo de serviço na PSP: _____

2. Na PSP, qual o seu percurso profissional? Há quanto tempo desempenha funções na Polícia Municipal do Porto?

A perceção da insegurança: contributo dos sem-abrigo

1. Considera alguns lugares e/ou atores sociais como causas de insegurança?
2. E os sem-abrigo considera-os um problema a ter em conta?

Os sem-abrigo: a questão policial

4. Alguma vez um sem-abrigo o agrediu ou tentou agredir física ou verbalmente?
5. O facto de pertencer à P. M. Porto trás repercussões, relativamente a uma esquadra de competência genérica, relativamente ao fenómeno dos sem-abrigo?

Os sem-abrigo e o público

1. Existem muitas reclamações sobre os sem-abrigo? De que é que o público mais se queixa?
6. Qual é a sua opinião, no geral, sobre as pessoas que se deparam com os sem-abrigo? O que acha que sentem? Tentam evitá-los?

Atitudes, opiniões e experiências individuais

1. Qual é a sua opinião sobre os sem-abrigo?
2. Qual lhe parece ser a opinião geral dos sem-abrigo em relação à Polícia?

Anexo 2: Exemplos de perguntas constantes no guião das entrevistas realizadas aos comerciantes

Data: ____/____/____

Hora: ____h____min.

Dados pessoais e historial

Idade: _____ Género: _____ Estado civil: _____ Profissão: _____

3. Pode fazer-nos uma breve descrição do seu percurso profissional anterior?

A percepção da insegurança: contributo dos sem-abrigo

8. Encara os sem-abrigo como um fator que contribui para o sentimento de insegurança?
Se sim, de que forma e por que é que tem essa percepção?
9. Qual é a sua opinião, no geral, sobre as pessoas que contactam/ são confrontadas com os sem-abrigo? O que acha que sentem?

Os sem-abrigo e a polícia

1. O que pensa da atuação da Polícia face aos sem-abrigo? Como caracteriza a sua eficácia?
4. Já alguma vez se queixou de um sem-abrigo à polícia? Se sim, fê-lo formalmente (apresentou queixa) ou apenas alertou a polícia?

Os sem-abrigo e o público

5. Já teve algum tipo de problema com um sem-abrigo?
6. Qual o seu sentimento para com os sem-abrigo em geral? E qual é a sua atitude para com eles? Costuma dar-lhes alguma coisa? Tem alguma simpatia ou antipatia?

Atitudes, opiniões e experiências individuais

1. Qual é a sua opinião sobre os sem-abrigo?
2. Quais lhe parecem ser as razões que levam as pessoas a ficar sem-abrigo?

Anexo 3: Exemplos de perguntas constantes no guião das entrevistas realizadas aos sem-abrigo

Data: ____/____/____

Hora: ____h____min.

Dados pessoais e historial

Idade: _____ Género: _____ Estado civil: _____ Profissão: _____

1. Há quanto tempo está sem-abrigo? Esse tempo foi intervalado ou contínuo? Se foi intervalado, por que razões voltou a sê-lo?

A percepção da insegurança: contributo dos sem-abrigo

3. No que diz respeito à segurança, como são os locais por onde costuma estar durante o dia/noite comparativamente com outros?
7. Associa alguns problemas sociais ou ilícitos aos sem-abrigo? Quais?

Os sem-abrigo e a polícia

2. Costuma ver muitas vezes a polícia na área onde ocupa o seu dia/noite?
4. Fale-me um pouco da sua relação com os polícias.

Os sem-abrigo e o público

1. As pessoas que vivem na área onde permanece costumam reclamar consigo? Se sim, de que é que reclamam?
5. O que acha que sentem as pessoas quando são abordadas por um sem-abrigo?

Atitudes, opiniões e experiências individuais

1. O que é que o levou a ficar sem-abrigo?
2. Quais lhe parecem ser as principais razões que levam as pessoas a ficarem sem-abrigo?

Anexo 4: Termo de consentimento informado

Termo de consentimento informado

Tomei conhecimento que o estudante finalista do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Rúben David Ferreira Campos, está a desenvolver um estudo sobre os sem-abrigo, sob orientação da Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais, docente no Instituto. Neste âmbito foram-me explicados os objetivos do trabalho e foi solicitada a minha colaboração para responder a uma entrevista.

Fui informado de que as respostas serão anónimas e que serão gravadas para facilitar a sua análise, sendo destruídos os registos áudio após a sua transcrição. A minha identificação nunca será divulgada e a minha colaboração tem carácter voluntário, podendo desistir em qualquer momento do trabalho.

Compreendo que não irá existir qualquer tipo de remuneração ou custos pela minha participação neste estudo. É-me garantido que sempre que necessitar de algum esclarecimento o mesmo ser-me-á facultado.

Fui esclarecido sobre todos os aspetos que considero importantes e as perguntas que coloquei foram respondidas. Fui informado que tenho direito a recusar participar e que a minha recusa não terá consequências para mim.

Aceito, por conseguinte, colaborar neste estudo e assino onde indicado.

Porto, ____ de _____ de 2016

Anexo 5: Excertos do diário de campo

23JAN2016 (00.10)

Fomos procurar mais um sem-abrigo para entrevistar. Chegamos a um dos locais de pernoita, vemos aquele que iríamos entrevistar: mais uma cara conhecida do Rui (nome fictício). Imagine-se: tinha sido furtado. Foi tudo (pouco) que tinha, menos o colchão. Disse que colaborava para o estudo mas esteve cerca de meia hora junto da carrinha de apoio de uma instituição que lá estava: queria tudo o que tivessem, desde que não estivesse roto. Ah, tinha que lhe servir! Afinal, muitos procuram o brio e dignidade possíveis. Nem todos são “porcos e mal cheirosos” como frequentemente os rotulam.

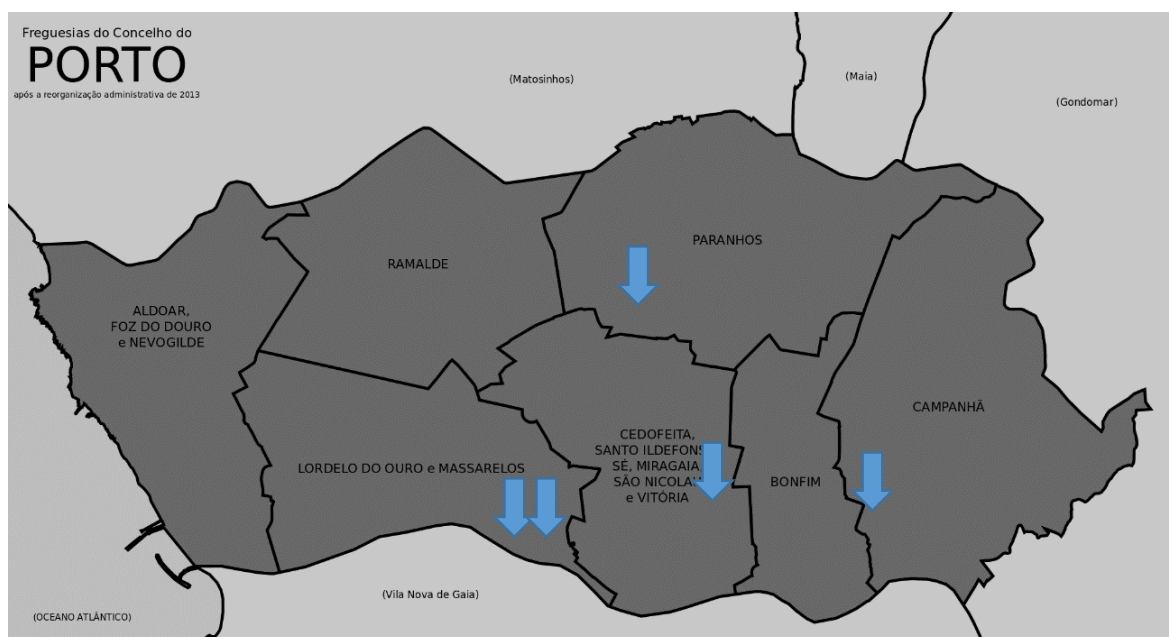
01FEV2016 (12.43)

Vim à Rua de Santa Catarina fazer entrevistas, desta vez a comerciantes. É impressionante a forma como quando lhes falo que quero tratar a temática dos sem-abrigo se refugiam na desculpa do horário de trabalho. Uma realidade inconveniente? Na generalidade reclamam ativamente da sua presença e da forma como lhes estragam o negócio mas no momento em que tiveram que dar a cara – que não dão devido ao tão referido anonimato das suas impressões – deitam por terra possíveis soluções (...) Nos prováveis 200 metros de rua conto 11 pessoas que provavelmente são sem-abrigo. Um é deficiente: faltam-lhe as pernas. Está mesmo no meio da rua com um cartaz desorganizadamente escrito a azul. Não percebo o que tem escrito mas deduzo que alerte para a boa vontade das pessoas e se possível que lhe possam dar uma moedinha. Outros estão a fazer de artistas arrecadando mais dinheiro principalmente pelo que parecem ser turistas. Aos restantes ninguém lhes liga: serão invisíveis?

01FEV2016 (19.08)

Acabei por hoje as entrevistas aos comerciantes. Vinha a caminho da Estação de São Bento para apanhar o comboio para casa e na Rua de 31 de Janeiro estava um Carro de Patrulha da P. M. Porto em cima do passeio. A sua tripulação, constituída por dois elementos cujas caras não me são estranhas, estavam à espera da equipa de limpeza da Câmara Municipal. O motivo: um sem-abrigo terá feito as suas necessidades mesmo à entrada de um edifício. Coincidências?

Anexo 6: Mapa com referência aproximada dos locais onde foram realizadas as entrevistas aos sem-abrigo



Anexo 7: Registo fotográfico dos locais onde foram realizadas as entrevistas aos sem-abrigo





Anexo 8: Pedido de autorização para realização de entrevistas aos elementos da Polícia Municipal do Porto

Exmo. Senhor Diretor de Estágio

Eu, Rúben David Ferreira Campos, Aspirante a Oficial de Polícia n.º 2810/155656, do 28.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, Mestrado Integrado em Ciências Policiais, no âmbito da realização da Dissertação de Mestrado, subordinada ao tema “Das incivilidades ao sentimento de insegurança: Os sem-abrigo”, da qual é Orientadora a Profª. Doutora Lúcia G. Pais, vem mui respeitosamente solicitar a V.ª Ex.ª se digne formalizar pedido de autorização para a concessão de entrevistas a cinco elementos policiais (da classe de agentes) pertencentes à Polícia Municipal do Porto, comandada pelo Exmo. Senhor Intendente Leitão da Silva.

A aplicação das entrevistas tem por objetivo a recolha de dados relativos à temática do estudo a ser realizado no Porto. Tendo em conta a natureza do fenómeno, foi opção estratégica escolher elementos pertencentes à Polícia Municipal do Porto uma vez que estes, ao contrário das esquadras territoriais de competência genérica, tem um superior contacto com os sem-abrigo. Tal facto decorre da sua condição de polícia municipal, segundo a qual exercem funções de polícia administrativa dos respetivos municípios – onde a problemática dos sem-abrigo é pragmática. Dessa condição resulta, como mero exemplo e do ponto de vista do estudo, a chamada a locais onde os sem-abrigo pernoitam e que se constituem espaços privados dos reclamantes. Pretende-se destes elementos (participantes voluntários quanto à concessão da entrevista), atentos e sensibilizados para o fenómeno, saber de que forma os sem-abrigo constituem ou não um percursor do sentimento de insegurança. Dos dados recolhidos será aplicada, como instrumento de análise de dados, a análise de conteúdo que é, por excelência, o instrumento de análise dos estudos qualitativos, onde se enquadra metodologicamente o presente estudo (na linha de estudos levados a cabo sob a mesma orientação mas com diferentes atores do desvio).

Junto, em anexo, exemplos de perguntas constantes no guião das entrevistas a realizar aos elementos policiais.


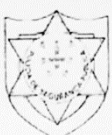
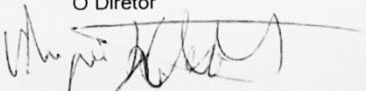

O Aspirante a Oficial de Polícia Rúben David Ferreira Campos compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização de investigação científica.

Pede deferimento

Lisboa e ISCPSI, 14 de janeiro de 2016

Rúben David Ferreira Campos
AOP n.º 2810/155656

Anexo 9: Autorização para realização de entrevistas aos elementos da Polícia Municipal do Porto

	POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA DIREÇÃO DE ENSINO SECRETARIA ESCOLAR	
		Exmo. Senhor Intendente António Manuel Leitão da Silva Comandante da Polícia Municipal do Porto Polícia Municipal do Porto Rua 13 do Bairro da Rainha Dona Leonor, n.º 13 4150-734 Porto
Sua Referência:		
Sua Comunicação:		
Nossa Referência: 43/SECDE/2016		
Classificador: 080.10.02		
Processo: SECDE201600001ASP		
Data: 2016-01-14		
Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS		
<p>1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio - compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora.</p> <p>2. Neste sentido, o Aspirante a Oficial de Polícia (AOP) Rúben David Ferreira Campos irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "Das incivilidades ao sentimento de insegurança: Os sem-abrigo", do qual é Orientadora a Prof.ª Doutora Lúcia Pais.</p> <p>3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para o seguinte:</p> <p>a) Aplicação de um inquérito, do qual se envia o guião, a cinco (5) Agentes dessa Polícia Municipal.</p> <p>4. A necessidade da aplicação do inquérito prende-se com o facto de vir a constituir um capítulo essencial à elaboração da dissertação, sustentando todo o trabalho de investigação realizado.</p> <p>5. Mais se informa V.ª Ex.ª que o AOP Rúben Campos se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, relativamente aos dados recolhidos, fora do âmbito do seu trabalho académico.</p>		
<p style="text-align: center;">O Diretor</p>  <p style="text-align: center;">Pedro José Lopes Clemente Superintendente-Chefe</p>		
	R. 1º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt iscpsi@psp.pt	135573 Página 1/1

Anexo 10: Características dos entrevistados em função da idade, género, estado civil e profissão

Entrevistado	Idade	Género	Estado Civil	Profissão
Pol 1	40	Masculino	Casado	Polícia
Pol 2	56	Masculino	Casado	Polícia
Pol 3	45	Masculino	Casado	Polícia
Pol 4	48	Masculino	Casado	Polícia
Pol 5	54	Masculino	Casado	Polícia
Com 1	43	Feminino	Solteiro	Gerente de loja
Com 2	23	Feminino	Solteiro	Empregado de comércio
Com 3	47	Masculino	Casado	Proprietário de comércio
Com 4	45	Feminino	Casado	Empregado de comércio
Com 5	54	Feminino	Divorciado	Empregado de comércio
Sab 1	38	Masculino	Solteiro	Desempregado
Sab 2	57	Masculino	Divorciado	Desempregado
Sab 3	41	Masculino	Solteiro	Desempregado
Sab 4	57	Masculino	Divorciado	Desempregado
Sab 5	63	Masculino	Solteiro	Desempregado

Anexo 11: Grelha Categorial

Pré categorias	Categorias	Subcategorias	Exemplo	Definição
A – Percepção da (in)segurança e o fenómeno dos sem-abrigo				Diz respeito à percepção de insegurança, na sua vertente subjetiva, que os comerciantes de uma área onde existam sem-abrigo, bem como os polícias que aí efetuam policiamento, têm acerca dessa área, ou seja, se os entrevistados se sentem mais ou menos (in)seguros em face dessa figura e de que maneira
	A1 – O fenómeno dos sem-abrigo não aumenta a insegurança		Com3 – “julgo que nós não podemos considerar os sem-abrigo”	Todas as unidades de registo (adiante: u.r.) que indicam que os polícias e os comerciantes não veem os sem-abrigo, <i>per si</i> , como um fator que aumente o sentimento de insegurança (seu ou dos demais)
	A2 – Os sem-abrigo não aumentam a insegurança		Sab3 – “as pessoas não têm medo”	Todas as u.r. que indicam que os sem-abrigo não se reveem na condição de alguém que contribui para aumentar o sentimento de insegurança
	A3 – Sem-abrigo associados à segurança		Pol3 – “a presença deles, de alguma forma, pode evitar o crime naquele local”	Todas as u.r. que dão conta que os entrevistados sentem que a presença dos sem-abrigo na rua contribui para evitar ou diminuir a prática de ilícitos criminais, fazendo-os sentir seguros
	A4 – Ações dos sem-abrigo em prol da segurança		Sab1 – “se os vir a passar sou eu próprio que os chamo”	Todas as u.r. em que os sem-abrigo dão conta de ações que contribuem para evitar ou diminuir a prática de ilícitos criminais
	A5 – Sem-abrigo associados à insegurança		Com5 – “As pessoas (...) umas têm medo”	Todas as u.r. que indicam que os sem-abrigo e/ou fenómenos a eles associados contribuem para o sentimento de insegurança, ou seja, que indicam a existência de aspetos indutores de insegurança associados aos sem-abrigo

	A6 – Noção de risco para o próprio e/ou para os seus bens	Com2 – “tenho receio de me aproximar de alguns deles (...) por ser assaltada”	Todas as u.r. que indicam que aquilo que mais incomoda os sujeitos que convivem com o fenómeno dos sem-abrigo é o receio de que algo lhes aconteça, a eles ou aos seus bens
	A7 – Sem-abrigo não aumentam a segurança	Pol2 – “quem anda no crime...não vê ali um potencial inimigo”	Todas as u.r. em que os entrevistados dão conta que os sem-abrigo não servem como meio de dissuasão para certos ilícitos criminais
B – Sem-abrigo e ocorrência de crimes			Esta pré-categoria refere-se a todas as u.r. que representam a existência de uma associação, por parte dos sujeitos, entre os sem-abrigo e ocorrência de crimes ou entre os sem-abrigo e a menor ocorrência da prática de crimes, ou seja, da sua relação com a vertente objetiva do sentimento de insegurança
	B1 – Sem-abrigo e o crime em geral	Com2 – “Alguns podem praticar roubos”	U.r. em que é feita uma associação, numa relação positiva ou negativa, entre os sem-abrigo e a criminalidade em geral, ou seja, da possível relação do fenómeno dos sem-abrigo como uma causa da criminalidade ou ao qual a criminalidade está ligada
	B3 – Não ocorrência de agressões ou insultos pelos sem-abrigo	Pol4 – “são pessoas que não são ofensivas em nenhum aspeto”	U.r. que nos dão conta de que os sujeitos entrevistados nunca foram alvo de agressões ou insultos pelos sem-abrigo
	B4 – Menor ocorrência de crimes	Com3 – “Com eles aqui (...) em termos de assaltos nunca tive nenhum problema”	U.r. que dão conta da ideia presente entre os polícias e os comerciantes de que a presença dos sem-abrigo contribui para evitar ou diminuir a ocorrência de crimes de furto, roubo ou dano. Note-se que não é feita qualquer distinção entre furto, roubo e assalto, que embora sejam crimes distintos, a maioria dos entrevistados refere-se a um e a outro como sendo o mesmo.

B5 – Agressões ou insultos pelos sem-abrigo	Com5 – “são violentos e insultam”	Todas as u. r. em que os comerciantes e os polícias mencionam já terem sido vítimas, terem estado envolvidos ou terem conhecimento de agressões ou insultos com os sem-abrigo
C1 – Impressão de segurança	Pol2 – “Considero a cidade do Porto muito segura”	U.r. em que os entrevistados dão conta da forma como sentem que a cidade do Porto é segura, ou que nela existem aspetos indutores de segurança
C2 – Impressão de insegurança na generalidade	Sab1 – “havia de haver mais segurança à noite”	U.r. em que os entrevistados dão conta da forma como sentem que a cidade do Porto é insegura, ou que nela existem aspetos indutores de insegurança, sem especificar quais
C3 – Insegurança por via de Ilícitos criminais	Pol3 – “tráfico de estupefacientes, que vai originar insegurança”	U.r. em que os entrevistados dão conta da forma como sentem que a cidade do Porto é insegura, por via da componente criminal do sentimento de insegurança
C4 – Insegurança por via de incivildades e seus autores	Com1 – “Os mendigos tornaram-se causa de insegurança”	U.r. em que os entrevistados dão conta da forma como sentem que a cidade do Porto é insegura, por via da componente das incivildades do sentimento de insegurança, assim como pela existência dos seus autores
C5 – Insegurança por via de espaços urbanos	Pol2 – “é os bairros”	U.r. em que os entrevistados dão conta da forma como sentem que a cidade do Porto é insegura, por via de espaços urbanos em específico e aos quais associam aspetos indutores de insegurança
D – Efeitos dos sem-abrigo para/sobre outras atividades		Pré-categoria que diz respeito às perceções que os comerciantes e os polícias que efetuam patrulhamento na área onde existem sem-abrigo têm acerca da forma como estes afetam as suas atividades profissionais
D1 – Sem prejuízo para os comerciantes	Com 2 – “Não são problema”	U.r. em que os sujeitos comerciantes referem que os sem-abrigo não afetam diretamente o bom funcionamento da sua atividade.

D2 – Prejuízo para os comerciantes	Com1 – “agarra-se às pessoas, entra pelas lojas dentro e é horrível”	U.r. em que os sujeitos comerciantes referem que os sem-abrigo afetam, direta ou indiretamente, o bom funcionamento da sua atividade
D3 – Problema para a atividade dos polícias	Pol3 – “dá-nos alguns problemas”	U.r. em que os entrevistados referem que os sem-abrigo representam um problema para o exercício da sua atividade, por exemplo, pelas reclamações que sobre eles existem
D4 – Não causam problemas para a atividade policial	Pol1 – “para nós como polícias, não são um mal preocupante”	U.r. em que os sujeitos polícias dão conta de que os sem-abrigo não criam problemas para a atividade policial, por exemplo, pela forma como as ocorrências em que são intervenientes se resolvem facilmente
E – Responsabilidades		Pré-categoria que respeita às u.r. em que os sujeitos entrevistados mostram a quem e em que grau atribuem responsabilidades pelo atual estado das coisas em relação aos sem-abrigo
E1 – Responsabilidades da Polícia	Com1 – “A polícia nada faz”	U.r. em que os sujeitos referem a responsabilidade da Polícia face ao atual estado de situação em relação aos sem-abrigo
E2 – Atuação possível por parte da Polícia	Com2 – “Não podem fazer muito”	U.r. que indicam que os sujeitos percecionam a atuação policial face aos sem-abrigo como a possível, atendendo a limitações de várias ordens
E3 – Responsabilidade do Estado pela omissão do dever de atuação	Pol3 – “Não há interesse em resolver este problema de fundo”	U.r. que indicam que os sujeitos percecionam a atuação do Estado face aos sem-abrigo como omissa ou escassa, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo atual estado da situação
E5 – Atuação policial inconsequente	Pol1 – “nós vamos tirar e eles voltam para cá outra vez. É tipo um ciclo vicioso”	U.r. que dão conta da perceção dos entrevistados acerca da inconsequência da atuação policial relativa ao fenómeno dos sem-abrigo
E6 – Responsabilidade não é da Polícia	Com5 – “a polícia aí não pode atuar em nada”	U.r. em que os sujeitos referem que o atual estado de situação em relação aos sem-abrigo não é da responsabilidade da Polícia

E7 – Os sem-abrigo recusam ajuda	Com4 – “há muito sítio onde podem pedir ajuda e muitos não querem”	U.r. que dão conta da percepção dos entrevistados de que os sem-abrigo recusam ajuda, atribuindo-lhes a responsabilidade do atual estado em que estão
F1 – Reações perante o fenómeno		Categoria que dá conta das u.r. que indicam as diferentes formas como os entrevistados pensam e enfrentam o fenómeno dos sem-abrigo
F1.1 – Reconhecimento e compreensão do fenómeno	Pol1 – “Para eles é muito difícil voltar ao normal”	U.r. que dão conta da forma como os entrevistados conhecem o fenómeno e suas dinâmicas como, por exemplo, o reconhecimento da dificuldade efetiva para aqueles que estão em situação de sem-abrigo deixarem de o ser
F1.2 – Sentimento de pena	Com1 – “tenho pena dela”	U.r. em que os entrevistados mostram um sentimento de pena perante o fenómeno dos sem-abrigo
F1.3 – Indiferença	Pol1 – “As pessoas olham para o lado, não gostam de ver”	U.r. que dão conta da forma como os entrevistados preferem não pensar na realidade dos sem-abrigo, tentando ser indiferentes perante tal fenómeno, isto é, como se os sem-abrigo fossem invisíveis
F1.4 – Reprovação	Com1 – “É muito mais rentável para eles não fazerem nada (...) e têm bom cabedal para trabalhar”	U.r. em que os entrevistados, por razões várias, criticam alguns daqueles que se encontram em situação de sem-abrigo, podendo criticá-los, por exemplo, pela forma como se acomodaram
F1.5 – Medidas de evitamento	Com5 – “vejo pessoas que até atravessam para outro lado da rua”	U.r. em que os comerciantes e os elementos policiais entrevistados dão conta da forma como eles próprios ou outras pessoas desenvolvem medidas de evitamento perante os sem-abrigo, isto é, medidas no sentido de evitar o contacto com eles
F1.6 – Relações interpessoais	Sab1 – “Tirou-me a roupa toda, meteu dentro da máquina de lavar”	U.r. em que os entrevistados informam sobre o relacionamento positivo e a coexistência pacífica entre o cidadão e os sem-abrigo

	F1.7 – Não alteração de comportamentos/attitudes	Com2 – “É-me igual”	U.r. que dão conta da forma como os entrevistados não alteram os seus comportamento ou atitudes perante os sem-abrigo, isto é, não há nada no fenómeno que considerem como passível de os influenciar de alguma forma
	F1.8 – Marcas de confiança	Sab1 – “Estive lá dois dias a dormir em casa dela”	U.r. em que os entrevistados mostram marcas de confiança entre os sem-abrigo e os restantes cidadãos, isto é, de atitudes que espelham uma relação de confiança entre ambos
G1 – Fatores nos sem-abrigo suscetíveis de provocar incómodo			Categoria que dá conta das u.r. que indicam os aspetos relacionados com os sem-abrigo considerados pelos entrevistados como suscetíveis de provocar o incómodo aos outros
	G1.1 – Presença	Pol1 – “a presença deles”	U.r. em que os entrevistados dão conta da forma como a presença dos sem-abrigo <i>per si</i> é suficiente para provocar incómodo aos demais
	G1.2 – Ruído na rua	Sab4 – “fazia-se muito barulho”	U.r. em que os entrevistados referem que o ruído na rua provocado pelo sem-abrigo é fator de incómodo
	G1.3 – Apresentação e mau aspeto	Com3 – “a imagem dos sem-abrigo não é agradável”	U.r. em que os sujeitos entrevistados consideram que a apresentação geral e mau aspeto dos sem-abrigo é fator de incómodo para os outros
	G1.4 – Conspuração da via pública	Com5 – “chegava de manhã e tinha que lavar as necessidades que o senhor deixava lá à porta”	U.r. em que os entrevistados referem que a conspurcação da via pública provocada pelo sem-abrigo é fator de incómodo
	G1.5 – Falta de higiene e risco para a saúde pública	Pol1 – “alguns têm doenças pelo facto de viverem na rua”	U.r. em que os sujeitos entrevistados consideram que a falta de higiene e consequente risco para a saúde pública são fatores que provocam incómodo
	G1.6 – Mendicidade	Com4 – “sempre em cima das pessoas e incomodam”	U.r. em que os entrevistados referem que a mendicidade levada a cabo por alguns sem-abrigo é suscetível de provocar incómodo

	G1.7 – Condições em que vivem	Com2 – “No inverno passam imenso frio na noite”	U.r. em que os sujeitos entrevistados consideram que as condições gerais em que vivem os sem-abrigo são um fator que os incômoda
	G1.8 – Falta de educação	Com3 – “é a falta de educação de alguns”	U.r. em que os entrevistados referem que a falta de educação de alguns sem-abrigo é um fator que os incomoda
H1 – Fenómenos associados aos sem-abrigo			Categoria que inclui as u.r. em que os entrevistados associam aos sem-abrigo outros fenômenos capazes de os caracterizar
	H1.1 – Ausência de fenômenos outros	Pol1 – “são pessoas normais à exceção (...) ter caído naquele sistema de vida”	U.r. que dão conta que os entrevistados não associam aos sem-abrigo outro tipo de fenômenos que não o de ser sem-abrigo
	H1.2 – Saúde mental	Pol1 – “sem-abrigo que estão a nível psicológico mesmo transtornados”	U.r. em que os entrevistados associam aos sem-abrigo problemas de saúde mental, sendo essa uma característica relevante quando presente num determinado sujeito
	H1.3 – Arrumador de automóveis	Pol3 – “arrumadores (...) grande parte são sem-abrigo”	U.r em que os sujeitos entrevistados associam aos sem-abrigo a figura do arrumador de carros, como forma de obter dinheiro em troca da prestação de um serviço
	H1.4 – Toxicodependência	Com1 – “Quando estão ali a fumar droga”	U.r. que incluem a associação dos sem-abrigo à toxicodependência, não como causa que os levou a tal realidade, mas como uma consequência da mesma
	H1.5 – Alcoolismo	Pol5 – “são alcoólicos”	U.r. que incluem a associação dos sem-abrigo ao alcoolismo, não como causa que os levou a tal realidade, mas como uma consequência da mesma
	H1.6 – Mendicidade	Com3 – “dentro dos sem-abrigo há aquele (...) sentado a mendigar”	U.r em que os sujeitos entrevistados associam aos sem-abrigo a figura do mendigo, como forma de obter dinheiro por via dessa atividade

	H1.7 – Isolamento Social	Com2 – “não terem ninguém”	U.r que dão conta da associação aos sem-abrigo do fenómeno do isolamento social pela quebra do vínculo com sociedade, vivendo sozinhos
	H1.8 – Artista de rua	Com3 – “há o sem-abrigo que faz figura de palhaço (...) e a pessoa recompensa-o por isso”	U.r em que os sujeitos entrevistados associam aos sem-abrigo a figura do artista de rua, como forma de obter dinheiro ligada à prestação de um espetáculo de distintas naturezas
I – Fatores que motivam o recurso à vida de sem-abrigo			Esta pré-categoria dá conta das u.r. que dizem respeito aos motivos que os sujeitos entrevistados percecionam como estando na origem da realidade dos sem-abrigo
	I1 – Motivos económicos em geral	Sab4 – “o dinheiro acabou”	U.r. em que os sujeitos entrevistados dão conta de que os motivos que levam o indivíduo a ficar na condição de sem-abrigo estão relacionados com problemas económicos
	I2 – Dependência de estupefacientes ou álcool	Com2 – “O facto de se terem metido (...) em drogas”	U.r. em que os sujeitos entrevistados dão conta de que os motivos que levam os indivíduos a ficar sem-abrigo estão relacionados com a dependência de produtos estupefacientes ou álcool
	I5 – Instabilidade familiar	Com1 – “familiares”	U.r. em que os entrevistados referem que os indivíduos se tornam sem-abrigo devido à instabilidade e problemas familiares
	I6 – Instabilidade no trabalho	Pol2 – “ficam sem trabalho”	U.r. em que os entrevistados referem como razão para ficar sem-abrigo questões de precariedade no trabalho
	I7 – Acontecimentos marcantes	Com2 – “terem cometido algum crime”	U. r. em que os entrevistados referem que os indivíduos se tornam sem-abrigo, devido a acontecimentos que marcaram a sua vida, sejam desgostos amorosos, uma pessoa próxima falecida ou terem cumprido pena de prisão

	I8 – Iniciativa própria ou curiosidade	Com3 – “tiveram a opção de serem sem-abrigo”	U. r. em que os entrevistados referem que os indivíduos se tornam sem-abrigo por iniciativa própria, por curiosidade pela sua experimentação devido ao estilo de vida associado
	I9 – Conjunto de fatores vários	Com1 – “de tudo um pouco”	U. r. em que os sujeitos entrevistados refutam a ideia de que os sem-abrigo assumem essa condição por um motivo em particular, atribuindo antes essa circunstância a um conjunto diversificado de razões
J – Sem-abrigo e a polícia			Pré-categoria que engloba as u.r. que informam sobre a coexistência pacífica entre os sem-abrigo e os polícias e sobre a opinião que os polícias têm sobre os sem-abrigo, bem como do contributo destes enquanto fonte informação para a atividade policial
	J1 – Relações	Pol2 – “até têm vindo desabafar comigo por causa de problemas familiares”	U.r. em que os entrevistados informam sobre o relacionamento, positivo ou negativo, e coexistência entre os polícias e os sem-abrigo
	J2 – Fonte de informações	Pol1 – “Recorro a ele e tento retirar alguma informação do que ele possa ter visto”	U.r. em que se dá conta da relevância dos sem-abrigo enquanto fonte de informação proveitosa para a atividade policial na figura de um informante privilegiado, bem como do recurso dos polícias aos sem-abrigo para obter informações, isto é, se recorrem, já recorreram ou assumem vir a recorrer a eles nesse sentido
	J3 – Inexistência de relações	Pol1 – “se ele for interveniente numa ocorrência é como se fosse outro cidadão qualquer”	U. r. em que os polícias informam que entre eles e os sem-abrigo não existe uma forma de relacionamento especial, comparando-os a um outro cidadão qualquer

J4 – Os sem-abrigo não prestam informações	Pol3 – “podemos recorrer a eles e não ter <i>feedback</i> ”	U. r. em que os entrevistados referem que os sem-abrigo podem não auxiliar a atividade policial com o fornecimento de informações, por razões diversas como o receio pela sua integridade física
J5 – Sem-abrigo não são prioridade	Pol1 – “para a polícia não é prioridade”	U.r. que dão conta que os elementos policiais ou os comerciantes entrevistados pensam que os sem-abrigo não parecem configurar uma prioridade para a atividade policial, nem existindo qualquer tipo de particularidade na atuação junto daqueles
J6 – Eficácia da atuação policial	Pol1 – “fica logo sanado o problema”	U.r. que dão conta de que a intervenção policial junto dos sem-abrigo é eficaz quando pensada a resolução prática das ocorrências policiais em que são intervenientes
J7 – Limitações legais à atuação policial	Pol5 – “começaram a questionar a legalidade do nosso trabalho”	U.r. em que os entrevistados alertam para as limitações legais da atuação policial em que os sem-abrigo são intervenientes

Anexo 12: Quadro dos resultados obtidos na análise de conteúdo

Pré-categorias	Categorias	Subcategorias e/ou designações	Grupos			Σ categorias	Σ de u.r.
			Pol	Com	Sab		
A – Perceção da (in)segurança e o fenómeno dos sem-abrigo	A1	O fenómeno dos sem-abrigo não aumenta a insegurança	12	11	0	23	174
	A2	Os sem-abrigo não aumentam a insegurança	0	0	11	11	
	A3	Sem-abrigo associados à segurança	19	2	1	22	
	A4	Ações dos sem-abrigo em prol da segurança	7	0	23	30	
	A5	Sem-abrigo associados à insegurança	25	39	2	66	
	A6	Noção de risco para o próprio e/ou para os seus bens	7	9	0	16	
	A7	Sem-abrigo não aumentam a segurança	2	0	4	6	
B – Sem-abrigo e ocorrência de crimes	B1	Sem-abrigo e o crime em geral	24	6	11	41	78
	B3	Não ocorrência de agressões ou insultos pelos sem-abrigo	11	2	7	20	
	B4	Menor ocorrência de crimes	5	0	0	5	
	B5	Agressões ou insultos pelos sem-abrigo	5	6	1	12	
	C1	Impressão de segurança	29	19	8	56	230
	C2	Impressão de insegurança na generalidade	1	11	10	22	
	C3	Insegurança por via de ilícitos criminais	23	18	11	52	
	C4	Insegurança por via de incividades e seus autores	13	18	7	38	
	C5	Insegurança por via de espaços urbanos	27	21	14	62	
D – Efeitos dos sem-abrigo para/sobre outras atividades	D1	Sem prejuízo para os comerciantes	1	5	0	6	75
	D2	Prejuízo para os comerciantes	0	23	0	23	
	D3	Problema para a atividade dos polícias	24	3	0	27	

	D4	Não causam problemas para a atividade policial	11	3	5	19	
E – Responsabilidade	E1	Responsabilidades da Polícia	0	11	0	11	
	E2	Atuação possível por parte da Polícia	6	7	0	13	
	E3	Responsabilidade do Estado pela omissão do dever de atuação	16	11	0	27	
	E5	Atuação policial inconsequente	5	0	0	5	81
	E6	Responsabilidade não é da Polícia	2	7	0	9	
	E7	Os sem-abrigo recusam ajuda	10	6	0	16	
F1		F1.1 – Reconhecimento e compreensão do fenómeno	29	15	0	44	
		F1.2 – Sentimento de pena	7	7	1	15	
		F1.3 – Indiferença	6	0	0	6	
		F1.4 – Reprovação	0	7	0	7	139
		F1.5 – Medidas de evitamento	7	4	4	15	
		F1.6 – Relações interpessoais	5	13	27	45	
		F1.7 – Não alteração de comportamentos/attitudes	1	2	1	4	
		F1.8 – Marcas de confiança	1	0	2	3	
G1		G1.1 – Presença	4	9	0	13	
		G1.2 – Ruído na rua	5	1	3	9	
		G1.3 – Apresentação e mau aspeto	12	7	2	21	
		G1.4 – Conspuração da via pública	13	6	6	25	131
		G1.5 – Falta de higiene e risco para a saúde pública	24	8	6	38	
		G1.6 – Mendicidade	5	5	0	10	
		G1.7 – Condições em que vivem	1	8	0	9	

		G1.8 – Falta de educação	0	5	1	6	
		H1.1 – Ausência de fenômenos outros	3	0	1	4	
		H1.2 – Saúde mental	1	0	0	1	
		H1.3 – Arrumador de automóveis	8	0	4	12	
	H1	H1.4 – Toxicodependência	6	8	2	16	77
		H1.5 – Alcoolismo	4	8	3	15	
		H1.6 – Mendicidade	5	6	10	21	
		H1.7 – Isolamento social	1	3	3	7	
		H1.8 – Artista de rua	0	1	0	1	
	I1	Motivos econômicos em geral	6	3	1	10	
	I2	Dependência de estupefacientes ou álcool	8	4	1	13	
	I5	Instabilidade familiar	13	6	2	21	
I – Fatores que motivam o recurso à vida de sem-abrigo	I6	Instabilidade no trabalho	4	3	0	7	73
	I7	Acontecimentos marcantes	0	1	2	3	
	I8	Iniciativa própria ou curiosidade	1	4	0	5	
	I9	Conjunto de fatores vários	8	6	0	14	
	J1	Relações	24	3	20	47	
	J2	Fonte de informações	29	0	26	55	
	J3	Inexistência de relações	9	0	3	12	
	J4	Os sem-abrigo não prestam informações	0	0	3	3	140
J – Sem-abrigo e a polícia	J5	Sem-abrigo não são prioridade	3	4	2	9	
	J6	Eficácia da atuação policial	9	2	0	11	

J7	Limitações legais à atuação policial	2	1	0	3	
Σ u.r.		549	398	251		1198

Legenda: Pol: Polícias; Com: Comerciantes; Sab: Sem-abrigo.

Anexo 13: Distribuição das u.r. pela pré-categorias e categorias

Pré-categoria/Categoria	Σ de u.r.
A – Percepção de (in)segurança e o fenómeno dos sem-abrigo	174
B – Sem-abrigo e a ocorrência de crimes	78
C1 – Impressão de segurança	56
C2 – Impressão de insegurança na generalidade	22
C3 – Impressão de insegurança por via de ilícitos criminais	52
C4 – Impressão de insegurança por via de incivilidades e seus autores	38
C5 – Impressão de insegurança por via de espaços urbanos	62
D – Efeitos dos sem-abrigo para/sobre outras atividades	75
E – Responsabilidades	81
F1 – Reações perante o fenómeno	139
G1 – Fatores nos sem-abrigo suscetíveis de provocar incómodo	131
H1 – Fenómenos associados aos sem-abrigo	77
I – Fatores que motivam o recurso à vida de sem-abrigo	73
J – Sem-abrigo e a polícia	140
Σ total de u.r.	1198